

Mapas das regiões de Portugal:

mal se governa o país que se não conhece...

Luís Miguel Moreira
Centro de Informação
Geoespacial do Exército

Cabo da Roca

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

LISBOA

Mapas das regiões de Portugal:

mal se governa o país que se não conhece...

Ficha técnica

Título

Mapas das regiões de Portugal:

mal se governa o país que se não conhece...

Autoria e Edição

Luís Miguel Moreira e Centro de Informação Geoespacial do Exército

Av. Dr. Alfredo Bensaúde

1849-014 Lisboa

Portugal

Design gráfico

Good Dog Design – Comunicação e Publicidade

Impressão

Seleprinter, Sociedade Gráfica, Lda

ISBN

978-989-21-0297-9

Depósito legal

476708/20

Tiragem

700 exemplares

1.ª Edição / Novembro de 2020



Nota Prévia

Este trabalho é o resultado final de um processo colaborativo, pelo que é justo fazer alguns reconhecimentos. O primeiro, ao Centro de Informação Geoespacial do Exército, na pessoa do seu diretor, Coronel Hélder Perdigão, pelo convite formulado e pela confiança em mim depositada. Este reconhecimento é extensível a todos os seus membros e colaboradores, mas não poderei deixar de destacar o papel desempenhado pelo Tenente-Coronel Luís Crispim, cujo apoio, envolvimento e interesse foram vitais para a concretização deste projeto.

Outros reconhecimentos, ao nível pessoal e, também, académico, devo-os à Professora Doutora Maria Helena Dias, pelo rigor que revelou em todas as suas sugestões e ao Professor Doutor João Carlos Garcia, pela forma interessada e disponível como acompanhou o trabalho e pelas suas úteis leituras críticas, que muito contribuíram para enriquecer o texto final.

Finalmente, devo um agradecimento à Filipa, à Mariana, ao Duarte e ao Diogo, que constituem o núcleo da minha célula familiar, pois sem o seu apoio e imensa paciência, não seria possível concluir esta tarefa.



CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOSPACIAL DO EXÉRCITO

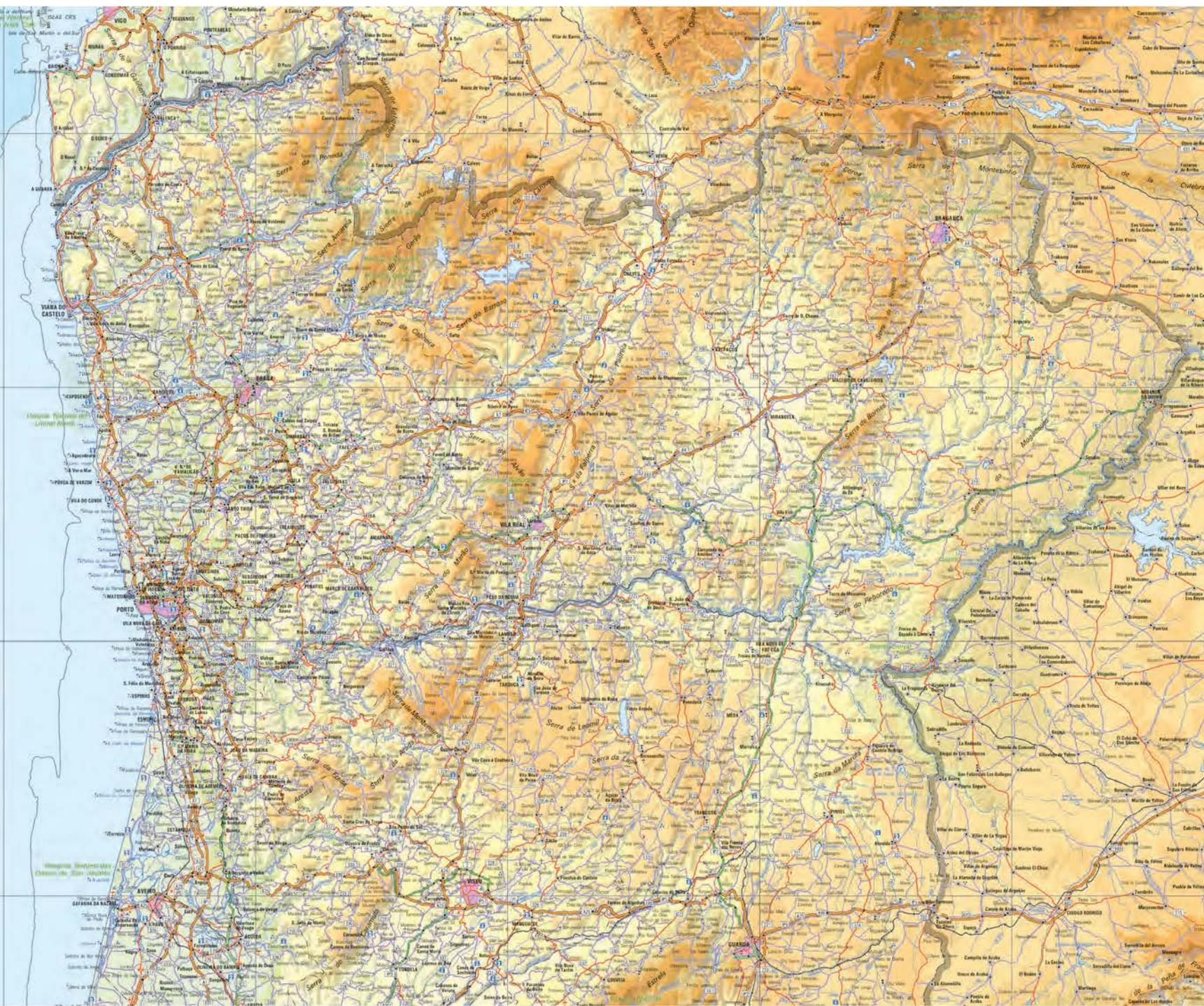
CARTA MILITAR ITINERÁRIA PORTUGAL CONTINENTAL

LEGENDA

AGLOMERADOS POPULACIONAIS	DIVERSOS	HIPSOMETRIA
Capital de distrito: FARO	Aeroporto:	3100
Sede de comarca, cidade ou vila: AIMAÇÁ	Ranagem:	2700
Outra cidade ou vila: SACAVÉM	Castelo:	2300
Outra localidade:	Distrito de terra:	1900
	Cursos subterâneos:	1500
	Faro:	1100
	Gruta:	700
	Lista de água:	300
	Limite de país de direito:	0
	Mina:	-100
	Monumento arqueológico:	-200
	Parque de sítios:	-300
	Parque, Reserva Natural ou Nacional:	-400
	Ponto de abastecimento de combustível:	-500
	Proceda, estalagem:	-600
	Prata:	-700
	Santário:	-800
	S. João de Arqueologia:	-900
	Vertice geodésico de 1ª ordem:	-1000
	Vila geodésica, paraiso:	-1100
		-1200
		-1300
		-1400
		-1500
		-1600
		-1700
		-1800
		-1900
		-2000

Escala 1:500 000

PROJEÇÃO LITM FUSO 29 - DATUM HORIZONTAL WGS84
DATUM VERTICAL - MANIFRÁRIO DE CASCAIS



Prefácio

*Carta Militar Itinerária
(extrato Norte), escala
1:500 000, Edição 5,
CIGeoe, 2020*

É com sentida honra e enorme privilégio que, como Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE), redijo este prefácio numa obra da autoria do conceituado Professor Doutor Luís Miguel Moreira da Universidade do Minho. O autor é um académico de referência na área da cartografia, com trabalho já realizado com o CIGeoE e que, uma vez mais se disponibilizou a partilhar connosco a título gracioso, o seu exaustivo e rigoroso trabalho de investigação, que culminou com a publicação deste magnífico livro intitulado **“Mapas das regiões de Portugal: mal se governa o país que se não conhece...”**.

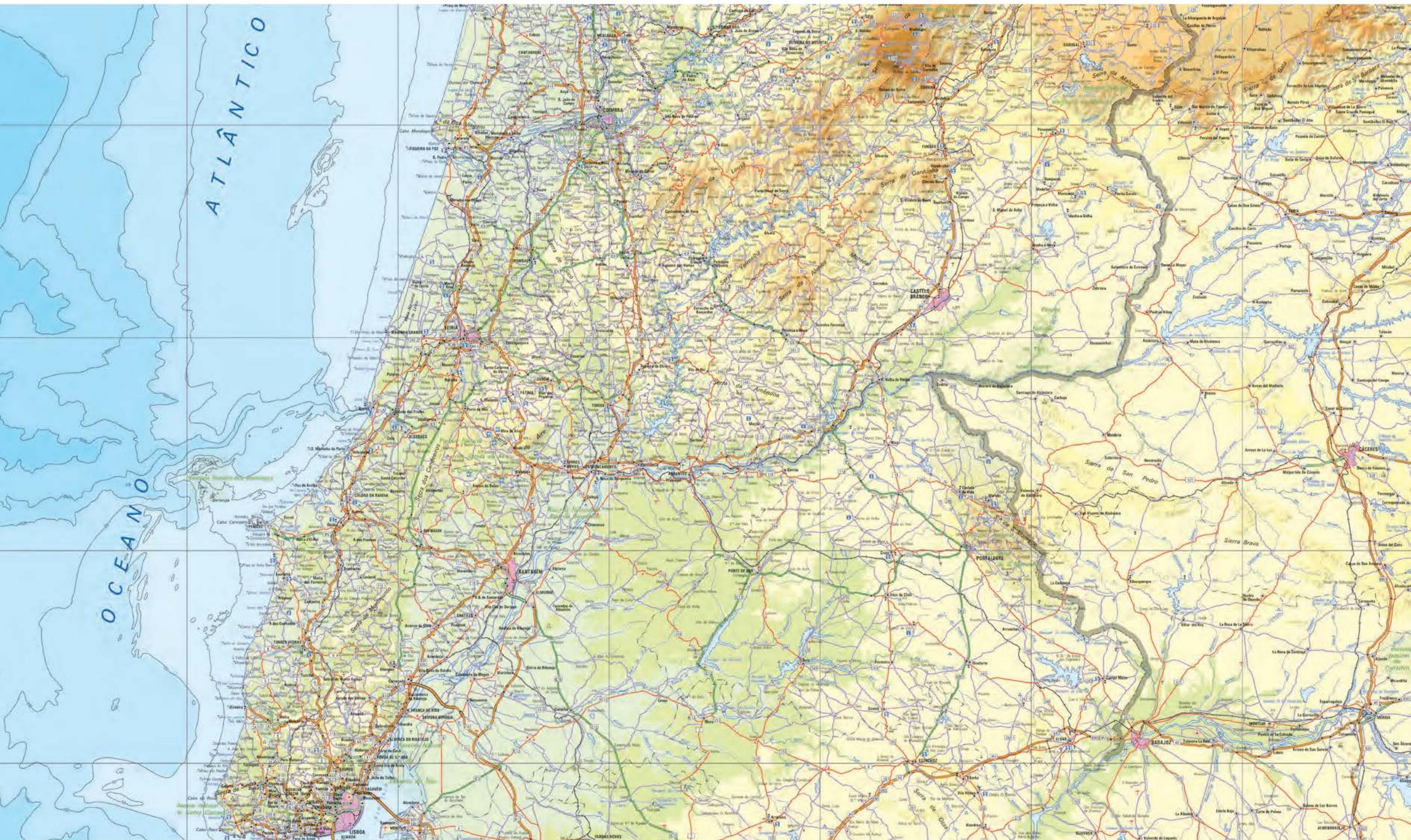
Neste livro podemos verificar o trabalho dos cartógrafos antigos, as suas perspetivas do território nacional que, ao longo do tempo, foram servindo de base a atividades de planeamento e conduta em domínios tão diversos como o político, o jurídico, o administrativo ou o militar. O autor conseguiu de forma simples, objetiva e rigorosa plasmar nesta obra a evolução temporal e etimológica da “Província” e da “Região”, assim como o múltiplo uso da correspondente cartografia, consubstanciada fundamentalmente nas seis tradicionais províncias portuguesas.

Podemos aqui constatar que as primeiras referências geográficas e/ou cartográficas de Portugal remontam sensivelmente ao início do século XVI, onde a leitura militar do território era preponderante. Releva-se desta obra o percurso histórico da cartografia portuguesa que, quase sempre, se mistura e interage com a história militar, relevando-se, entre outros, os relatos da guerra da restauração, das guerras peninsulares e das invasões francesas, até ao triunfo do liberalismo, sem esquecer os arquipélagos atlânticos.

Com esta obra, o CIGeoE no âmbito do seu 88º aniversário, volta a enaltecer o passado, reconhecendo o mérito e o trabalho desenvolvido por várias gerações de cartógrafos, muitos deles oficiais do Exército, procurando consolidar e projetar a sua imagem de excelência, inovação e conhecimento, não só no seio da instituição militar mas também junto da sociedade civil, com enfoque na comunidade académica e científica.

O Diretor reconhece com muito apreço e agrado a prestimosa colaboração do Professor Doutor Luís Moreira que, com o seu saber, vontade e rigor científico, plasmou o seu conhecimento nesta brilhante obra. O reconhecimento é ainda extensível ao Tenente-Coronel Luís Crispim, pela sua permanente disponibilidade e assinalável profissionalismo, com que se envolveu e apoiou este projeto desde a sua génese, sem que a conjuntura adversa da COVID-19 o demovesse das ações de coordenação e revisão necessárias para atingir o produto final em tempo oportuno.

O Diretor
Hélder António da Silva Perdigão
Coronel de Artilharia



Apresentação

*Carta Militar Itinerária
(extrato Centro), escala
1:500 000, Edição 5,
CIGeoe, 2020*

Um espaço pode ser dividido de acordo com diferentes critérios, assim surgindo diferentes tipos de regiões: geográficas, económicas, políticas, administrativas, agrícolas, históricas, militares, não sendo os seus limites coincidentes, nem tão pouco, imutáveis.

“Província” e “região” são conceitos polissémicos e, ainda que a delimitação ou divisão regional/provincial seja um tema que sempre interessou à Geografia, ele não é exclusivo dos geógrafos.¹ Muito embora o conceito de “região geográfica”² tenha sido central em várias escolas de pensamento geográfico, especialmente na escola francesa, constituindo-se, até, no objeto de estudo da Geografia e, assim, permitindo a sua institucionalização académica a partir dos finais do século XIX, ele não é unívoco.³

Com o passar do tempo, estas divisões regionais podem sofrer alterações nos seus limites, (re)ajustes mais ou menos profundos nas suas configurações, mantendo ou não as mesmas designações. Naturalmente, tudo isto poderá contribuir para tornar a administração do território um pouco mais confusa, imprecisa e ineficaz.⁴

Aquilo que se propõe dar a conhecer neste trabalho, são as perspetivas regionais/provinciais do nosso País, a partir de uma seleção de mapas, manuscritos e impressos, que, ao longo do tempo, serviram de ilustração às descrições coró-geográficas, ou de suporte às decisões político-jurídico-administrativas e militares.

Muitos dos documentos cartográficos aqui reunidos foram elaborados por militares e destinados a fins militares, quase sempre relacionados com necessidades de defesa ou de reformas territoriais e administrativas. Contudo, como frequentemente sucede, os mapas, prestam-se a vários usos, muitos dos quais, substancialmente diferentes daqueles para os quais foram, originalmente, concebidos.

Optou-se por organizar esta mostra nas seis tradicionais (ou históricas) províncias portuguesas, a saber: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve, as quais se complementam com os territórios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, justamente porque, entre os séculos XVII e XIX, esta divisão regional era, simultaneamente, a divisão coró-geográfica e militar.⁵

Quanto à organização do texto que serve de catálogo da exposição, optou-se, genericamente, por apresentar os mapas numa sequência cronológica, o que permitiu esboçar uma espécie de História da Cartografia regional portuguesa - contextualizada pelos principais acontecimentos políticos, sociais, diplomáticos, militares e científicos - e aferir a evolução das técnicas cartográficas, bem como o contributo dado pelas várias instituições portuguesas, em especial o Exército, para o (re)conhecimento cartográfico de Portugal, até porque “mal se governa o país que se não conhece”.⁶

1 S. Daveau, 1991, vol. IV, p. 1268-1269. Veja-se também F. Catroga, 2005, pp. 171-241.

2 O. Ribeiro, 1991, vol. IV, p. 1241, afirma que “[...] uma divisão geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais do clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos dão o sentimento de não sairmos da mesma terra”.

3 J. Matthews e D. Herbert, 2008, p. 53.

4 A. Girão, 1933, p. XVII.

5 Ver o mapa de Portugal abertura.

6 C. Vilas Boas, 1800.

Mapas das regiões de Portugal: mal se governa o país que se não conhece...

*Carta Militar Itinerária
(extrato Sul), escala
1:500 000, Edição 5,
CIGeoe, 2020*

● Introdução

A mais antiga referência à existência de uma divisão regional de Portugal remonta aos finais do século XIII, constando no testamento do rei D. Dinis, apenas dois anos após o Tratado de Alcañices. Aí se referem concelhos “d’antre Douro e Minho”; “d’antre Douro e Mondego”; “da Beira”; “da Estremadura”; “d’antre Tejo e Odiana” e “de Moura e de Serpa”.⁷ Não havia qualquer referência a Trás-os-Montes, nem ao Algarve, usualmente considerado um reino à parte.

Inicialmente sem qualquer função administrativa, estas grandes regiões, cujos limites se apoiavam nos rios e nas serras, deram origem às comarcas, unidades administrativas regionais, percorridas pelos corregedores em nome do rei. Estas consolidaram-se ao longo dos séculos XIV e XV: na *Crónica de D. Fernando*, escrita na primeira metade do século XIV, Fernão Lopes já identificava a existência de seis comarcas com a designação de “Entre Douro e Minho”; “Tra-los-Montes”; “Beira”; “Estremadura”; “Entre Tejo e Odiana” e “Algarve”, assim se mantendo até ca. de 1530-1532.⁸

O primeiro mapa impresso de Portugal, cuja autoria está atribuída a Fernando Álvares Seco (fl. 1561-85), foi editado pelo veneziano Michele Tramezzino, em Roma, em 1561. Tratando-se de uma oferta diplomática ao Camerlengo do Papa Pio IV – o Cardeal Guido Ascânio Sforza – pretendia divulgar a imagem do país, ressaltando a sua unidade política no conjunto da Península Ibérica.⁹ Mas esta primeira imagem também dá conta da existência de uma divisão regional (ou provincial) interna e, ainda que o cartógrafo não tenha desenhado os limites, os seus nomes foram inscritos sobre diferentes partes do território representado, a saber: “Antre Douro e Minho”; “Tra los Montes”; “Comarqu ada Beira”; “Estremadura”; “Antre Teio e Guadiana”; “Reino do Algarve”. Os únicos limites internos que se figuram são os dos bispados, o que até se justifica atendendo ao carácter político-diplomático do documento.

⁷ J. Mattoso, 1997, vol. 2, p. 244.

⁸ Veja-se J. Santos, 1985, p. 28 e E. M. Costa, 2004, vol. 4, p. 42-57.

⁹ J. Garcia, 2010, p. 363-368.

A divisão regional aqui fixada já era anacrónica em 1561, mas, atendendo a que o seu protótipo manuscrito terá sido composto cerca de 40 anos antes, ou seja, ainda no decorrer da década de 1520, a realidade sociopolítica retratada não terá sido atualizada.¹⁰

A referência à comarca da Beira – a única região a ser identificada pela designação administrativa – revela a utilização da divisão territorial em “comarcas” e que haviam substituído as anteriores circunscrições medievais, vários séculos antes.¹¹ Esta situação manteve-se até às reformas administrativas, judiciais e eclesiásticas promovidas por D. João III, a partir de 1532, no âmbito do processo de centralização dos Poderes na Coroa, iniciado pelos seus imediatos antecessores.¹² Para servir de suporte a todas estas iniciativas reformistas, a Coroa diligenciou um conjunto de medidas no sentido de obter um (re)conhecimento mais preciso e mais atualizado do reino.

Como se aludiu, a primeira imagem cartográfica de Portugal, cujo original se perdeu, terá sido produzida na década de 1520, mas a sua existência e validade pode ser inferida a partir de outros documentos que terão sido compostos a partir de uma mesma matriz.¹³

A descrição do território foi complementada com a realização de um importante “Numeramento Geral da População” – realizado entre 1527 e 1532 – o que terá permitido à Administração obter um “retrato” mais atualizado do país, uma vez que os representantes do rei percorreram as várias parcelas do território nacional.¹⁴

Ao reconhecimento interno do País, seguiu-se a descrição e inventariação dos seus limites, realizando-se um importante e completo tomo das demarcações da Raia com o reino de Espanha, num processo que decorreu entre 1535-1538.¹⁵

Nesta sequência, a Coroa sentiu necessidade de implementar um processo de reorganização administrativa que desmembrou as anteriores seis comarcas em 27, necessariamente mais reduzidas em extensão, de forma a permitir que os representantes do rei pudessem, mais facilmente, percorrê-las em “correição” e, desse modo, tornar o poder central mais presente e eficaz.¹⁶ Quanto às anteriores comarcas, continuaram a servir de referencial regional, agora denominando-se “províncias”.

Em todo o caso, a mudança não foi meramente nominal, uma vez que se promoveram vários ajustes nos limites, especialmente na Estremadura e na Beira. Esta reforma não atribuiu qualquer função administrativa ou política às províncias, pelo que, num primeiro momento, apenas foram consideradas circunscrições com valor histórico-corográfico e, somente a partir de 1640, por necessidades decorrentes da Guerra da Restauração, se converteu na principal divisão militar do Reino.

Os autores das principais corografias, especialmente aquelas que trataram da descrição do conjunto do país, socorreram-se da divisão provincial para estruturarem as suas obras. Assim aconteceu com Frei Bernardo de Brito (1569-1617) e a sua *Geographia antiga de Lusytania*, publicada em 1597, e Duarte Nunes de Leão (1530?-1608), na obra *Descrição do Reino de Portugal*, datada de 1599, embora só editada em 1610, até às abundantes descrições Setecentistas, como aquelas elaboradas por Carvalho da Costa (1650-1715), *Corografia portuguesa e*

10 S. Daveau, 2010.

11 J. A. Santos, 1985, p. 28.

12 J. R. Magalhães, 1997, vol. III.

13 Para além do mapa de Álvaro Seco, também terá servido de base para compor o mapa de Portugal que integra o quinhentista “Atlas do Escorial”. Cf. A. Crespo Sanz, 2009, p. 263. Em 2010, a professora Suzanne Daveau reconstituiu aquela que pode ter sido a primeira imagem do conjunto do território português peninsular, a partir de uma listagem de várias centenas de topónimos e respetivas coordenadas geográficas, e que figuram no conhecido Códice de Hamburgo e que terão sido obtidos a partir de uma leitura do mapa “original”. Cf. S. Daveau, 2010 e M.F. Alegria, 2011, pp. 123-127.

14 J. Galego e S. Daveau, 1986.

15 H. B. Moreno, 2003. Até à assinatura do Tratado de Limites (ou de Lisboa), em 1864, este “Tomo” constituiu a mais importante referência sobre os limites entre os dois reinos ibéricos.

16 J. A. Santos, 1985, p. 39.

descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, de 1706-1712, e Luís Caetano de Lima (1671-1757), *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, de 1734-1736, entre vários outros.

No campo da Cartografia, os mapas de Portugal produzidos pela escola flamengo-holandesa, quase sempre baseados no modelo de Álvares Seco, conheceram uma ampla divulgação, continuando a difundir a imagem do País com a divisão regional medieval.

Entre todos, destacam-se as versões criadas ainda no século XVI, por Gerard de Jode (ca. 1509-1591), *Portogalliae quae olim Lusitania Vernando Alvaro Secco auctore recens descriptio*, publicado em Antuérpia, em 1565, e por Abraham Ortelius (1527-1598), também em Antuérpia, que editou, em 1570, o mapa *Portogalliae que olim Lusitania nouissima et exactissima descriptio*, para integrar o seu famoso atlas *Theatrum Orbis Terrarum*. Já no século XVII, servem de exemplo os mapas de Jodocus Hondius (1563-1612) que, reaproveitando muito do trabalho elaborado por Gerard Mercator (1512-1594), publicou em Amesterdão, *Portugalliae que olim Lusitania, novissima et exactissima descriptio* e de Willem (ca. 1570-1630) e Joan Blaeu (1596-1673), *Portogallia et Algarbia quae olim Lusitania*, composto ca. 1635.

Somente na segunda metade do século XVII se atualizou a informação relativa à divisão interna, função desempenhada pelo mapa de Portugal, gravado em duas folhas (norte e sul), por Nicolas Sanson, editado em Paris, em 1654. De facto, este autor francês não só marcou os limites das mais de vinte comarcas, como também assinalou os limites das províncias, complementando-os com uma divisão regional baseada nos principais rios portugueses: Minho, Douro, Tejo e Guadiana. Assim, indicam-se o “Entre Minho e Douro”, que engloba todo o território a norte do rio Douro; o “Entre Douro e Tajo”; o “Alentejo ó Entre Tejo e Guadiana” e o “Reino do Algarve”. A estas divisões corográfico-administrativas, sobrepunha-se a figuração dos limites dos bispados portugueses. Mas, este ainda não era um mapa regional.

Logo após a revolta de 1 de dezembro de 1640, uma das primeiras disposições tomadas pelo governo de D. João IV, foi no sentido de alterar a organização militar, nomeadamente através da criação de um Governo das Armas, em cada uma das províncias do Reino, o que permitiu um elevado grau de autonomia na condução das operações militares, especialmente naquelas que correspondiam aos principais teatros de guerra: Alentejo, Beira, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, que se complementavam com os restantes governos das armas da Corte, da Estremadura e do Algarve.

Não tardou muito para que os responsáveis militares provinciais – governador das armas, mestre-de-campo-general e tenente-general de artilharia – sentissem que seria útil e vantajoso para a tomada de decisões, obter mapas e planos dos territórios sob sua administração, assim como das fortalezas e outras obras defensivas ali existentes ou a construir.

Deste modo, a Guerra da Restauração serviu de catalisador para a cartografia portuguesa a várias escalas, que contemplava tanto o conjunto da província, como de outros espaços sub-regionais, considerados estratégicos pelos militares. Afinal, as “tradicionais” províncias, correspondiam agora às principais divisões militares.

Desde então e até ao final do Antigo Regime, a divisão administrativa portuguesa foi-se consolidando em províncias, comarcas, provedorias, concelhos, honras e coutos; a esta juntava-se a divisão eclesiástica (dioceses e paróquias) e a militar. Não obstante, muitas alterações foram sendo impostas aos limites provinciais, sobretudo pela via da divisão comarcal.

Entre o século XVI e as primeiras décadas do século XIX, o número de comarcas passou de 27 para cerca de 40, pelo que, inúmeros ajustes foram realizados à medida que novas comarcas, compostas por vários concelhos, se integravam numa, ou noutra, província confinante. Sendo as comarcas (ou correições), bem como as ouvidorias, a base da administração civil, judicial, fiscal e, até, criminal, as suas circunscrições eram muito irregulares, pois tanto podiam cobrir vastas áreas, como serem de pequena dimensão e, até, estarem dispersas por diferentes províncias não apresentando contiguidade geográfica.

Assim, nem sempre os limites administrativos – definidos pelas comarcas – foram coincidentes com os das províncias/regiões tradicionalmente utilizados por geógrafos, corógrafos e cartógrafos. Esta grande irregularidade territorial, que muito dificultava a ação governativa central e impedia a consolidação do aparelho do Estado, era apontada pelos principais dirigentes políticos “iluministas”, como anacrónica e um dos principais obstáculos à modernização do País.¹⁷

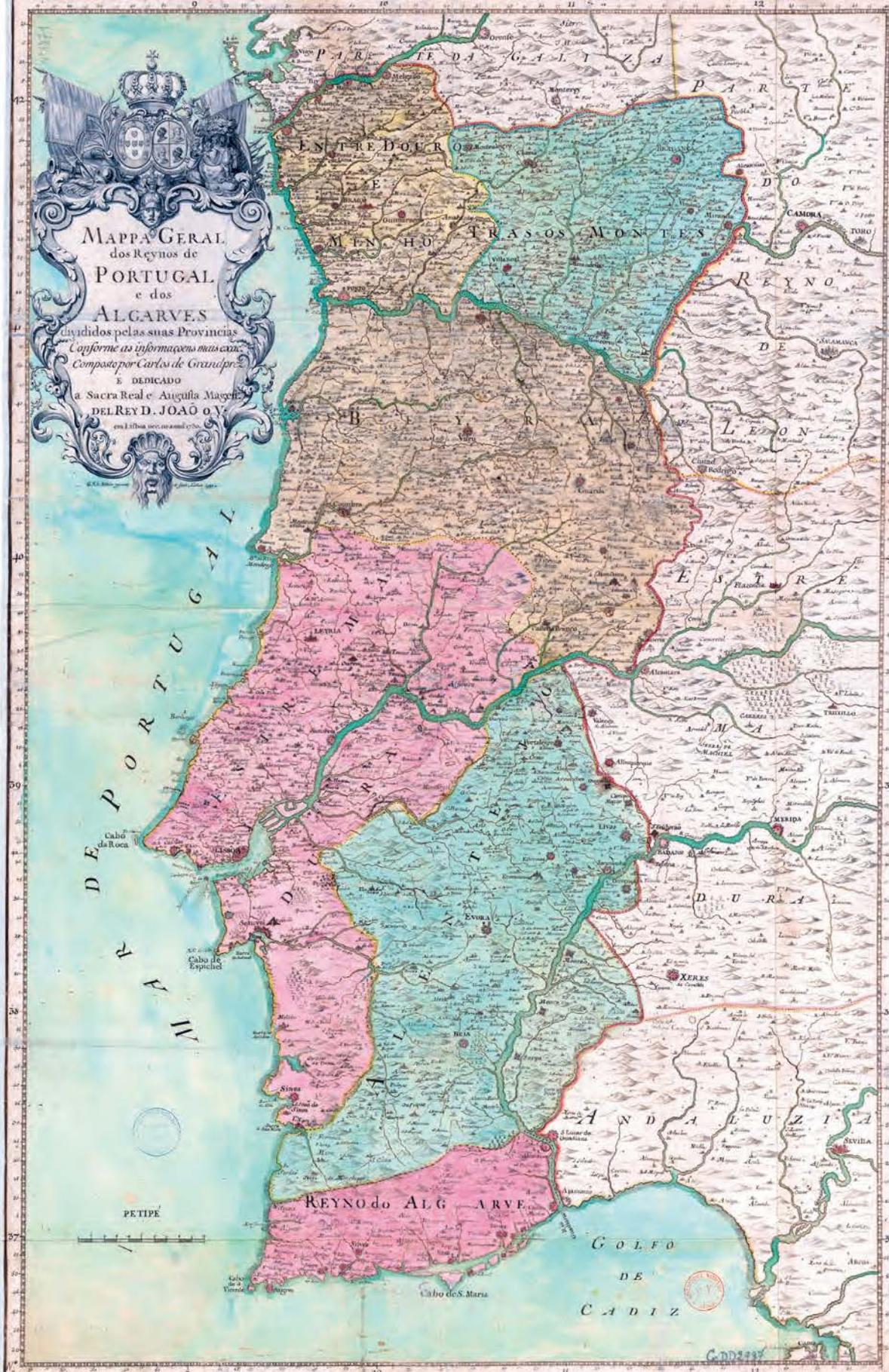
A 19 de julho de 1790, com o intuito de regularizar a divisão administrativa, foi publicada a Lei da Reforma das Comarcas, seguida do alvará régio, de 7 de janeiro de 1792, que a complementava. Este dispositivo legal, para além de tentar regularizar e redimensionar as circunscrições comarcais, pretendia reforçar a posição da comarca (e através dela, a do poder central) na hierarquia administrativa, limitando as exceções e os privilégios senhoriais em favor da Coroa. Em todo o caso, a sobrevivência das províncias não foi posta em causa, porque nela se via alguma utilidade: em 1800, na introdução à sua *Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Provincia do Minho*, Custódio José Gomes de Vilas Boas (1771-1809) afirmava: “[...] sempre foi de muita importância para os soberanos, e para o Estado, o conhecimento particular de cada um dos territórios do seu domínio, para o bom regímen, e felicidade dos povos, na administração da justiça, para se calcularem as forças militares, e fazer ajustadas combinações sobre o movimento dos exércitos em tempo de guerra; e para discutir os meios de adiantar a cultura geral, a indústria, e o comércio, porque mal se governa o país que se não conhece”.¹⁸

Com a Revolução Liberal de 1820, preconizou-se uma nova divisão territorial do País, capaz de refletir a nova ordem sociopolítica. Não obstante, a constituição aprovada em 1822, mencionava que o território português na Península Ibérica se dividia nas tradicionais seis províncias. No ano seguinte, a Comissão da Estatística e Cadastro do Reino, presidida pelo oficial da Marinha, Marino Miguel Franzini (1779-1861), foi incumbida de propor uma nova divisão administrativa. O projeto pensado previa a existência de 11 províncias, constituídas pela subdivisão das existentes, com exceção das de Trás-os-Montes e do Algarve.

As contrarrevoluções absolutistas que se seguiram, impediram a sua implementação. Assim,

17 A. C. Silva, 1998.

18 C.J.G. Vilas Boas, 1997, p. 103.



Mappa geral dos Reynos de Portugal e dos Algarves divididos pelas suas provincias, conforme as informaçens mais exactas, Charles Grandpré, 1730

somente após a promulgação da Carta Constitucional, em 1825, é que os trabalhos de elaboração de uma nova divisão administrativa foram retomados.

Neste sentido, em 1827, a “Comissão de Divisão do Território”, apresentou uma proposta de organização do país em sete regiões, subdividindo-se a província da Beira em Alta e Baixa – tal como já sucedia na divisão militar – e que deveria entrar em vigor no início do ano seguinte. No entanto, os acontecimentos políticos que se seguiram, nomeadamente a “usurpação” do trono por parte de D. Miguel e o início da Guerra Civil, inviabilizaram a sua concretização.

No decorrer deste conflito interno, uma vez estabelecido o governo liberal na cidade de Angra, na ilha Terceira, tratou-se de preparar um corpo legislativo que visava estabelecer uma nova configuração administrativa, apoiando-se nos trabalhos desenvolvidos em 1827/1828, especificamente a proposta de redefinição da circunscrição judicial. Deste modo, numa primeira fase (decretos de 16 de maio de 1832 e de 28 de junho de 1833), o País deveria subdividir-se em províncias, comarcas e concelhos. De uma forma geral, adaptava-se o desenho provincial militar à divisão administrativa e, assim, o Entre Douro e Minho dividia-se em Minho e Douro (este, grosso modo, correspondendo ao Partido Militar do Porto) e a província da Beira convertia-se na Beira Alta e na Beira Baixa. Excluindo Trás-os-Montes, todas as outras unidades regionais sofreram acertos, mais ou menos profundos nos seus limites, em especial a província do Algarve.

Considerada demasiado centralizadora, esta reforma não sobreviveu muito tempo. Assim, quando em abril de 1835 as Cortes fizeram aprovar um novo corpo legislativo para regular a gestão do território nacional, as províncias deixaram de ser consideradas como unidades administrativas.¹⁹ A partir de então, as unidades territoriais consideradas para efeitos administrativos foram os distritos, os concelhos e as freguesias, assim se estipulando no Código Administrativo de 1836 e, pese embora algumas reformas levadas a cabo ao longo do século XIX, esta divisão conseguiu manter uma certa coerência e continuidade.²⁰

Em suma, a legislação reformadora liberal de 1835-1836, não considerou a escala da província/região para efeitos administrativos, preferindo, antes, segundo o modelo francês, a criação de uma nova divisão – os distritos, num total de 17 no território peninsular – ao mesmo tempo que reforçaram o poder local/municipal. Às províncias estava reservado um outro papel importante (para além da organização militar): elas constituíram a circunscrição eleitoral dos deputados, pelo menos, até 1859, altura em que o sistema de listas foi substituído pelo sistema de círculos uninominais, quase correspondentes ao número de concelhos, sendo, mais tarde, em finais do século, substituídos pelos distritos.

Com a implantação da República, em 1910, esperavam-se algumas alterações sociopolíticas, nomeadamente na divisão territorial. E, efetivamente, houve discussão tanto no Senado e na Câmara dos Deputados – fazendo-se aprovar uma proposta de recuperar as seis províncias – como na sociedade, em inúmeros congressos de carácter municipalista e/ou regionalista. No entanto, nenhuma proposta foi acolhida pelos poderes republicanos instituídos.

¹⁹ Esta evolução pode ser acompanhada em J. Santos, 1985, pp. 74-95.

²⁰ Havia o receio, entre a classe política portuguesa, de dotar os representantes do poder central nas províncias de um poder excessivo, pelo que, a opção foi fazer diminuir a extensão das novas unidades administrativas, aumentando, assim, o seu número, bem como dos seus magistrados. Cf. L. Silveira, 1997, pp. 76-118.

Só com a legislação promulgada pelo Estado Novo, em 1935-1936, simbolicamente quando se cumpria um século da publicação do primeiro Código Administrativo português, se recuperou a província como unidade administrativa, equiparada a autarquia. Tratava-se de um projeto baseado nos trabalhos de divisão regional elaborados pelo geógrafo Amorim Girão. O país foi dividido em 11 províncias o que, de algum modo, pretendia associar as regiões geográficas às unidades administrativas, algo que o geógrafo coimbrão considerava imprudente.

Esta divisão regional adequava-se ao projeto ideológico do regime, assente na recuperação da “portugalidade”, exaltando-se a ruralidade bucólica e pitoresca das gentes e das paisagens. A população com os seus hábitos, costumes e tradições regionalizados eram símbolos da identidade da Nação.²¹ Ainda assim, esta proposta foi abolida na reforma administrativa de 1959, sem ter sido plenamente implementada. Contudo, permaneceu firme na imaginação geográfica coletiva da sociedade portuguesa (e continua nos dias de hoje), muito pelo contributo da Geografia e da Cartografia escolar.

A discussão só seria retomada com a aprovação da Constituição democrática de 1976, aí se prevendo a criação de Regiões Administrativas com poderes autárquicos, mas cuja implementação tem sido sucessivamente adiada²².

● As mais antigas representações das regiões portuguesas

A mais antiga Corografia ou descrição geográfica, autónoma, de uma região portuguesa que se conhece, é o *Tratado das Coisas de Entre Douro e Minho*, elaborado por mestre António, em 1512. A esta, seguiu-se a *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, escrita em 1549, pelo doutor João de Barros (fl. 1546-1555).²³

Se as províncias do norte, que constituíam o embrião do reino, foram as primeiras a serem descritas, ainda no decorrer da segunda metade do século XVI, frei João de S. José, compôs a *Corografia do Reino do Algarve* (1577), o último território peninsular a ser acrescentado pela Reconquista cristã e cujas características gerais fizeram manter o seu estatuto de “reino”. Aquela descrição foi complementada por uma *História do Reino Algarve*, concluída em 1607, por Henrique Fernandes Sarrão (fl. 1607), também com forte cunho corográfico. Deste modo, não é de estranhar que também tenham sido estas regiões as primeiras a serem representadas cartograficamente.

²¹ Sampalo, 2012; Cadavez, 2015.

²² Uma súpula desta temática pode ser consultada em P.B. Lema, 1998, pp. 355-386.

²³ O *Tratado* de Mestre António permaneceu manuscrito até 1959, enquanto a *Geographia* de João de Barros foi publicada, pela primeira vez, em 1919 e, mais recentemente, em 2019, com uma análise crítica por Joana Lencart.

Assim, os primeiros mapas regionais de Portugal, foram mapas náuticos que figuram o Algarve no seu conjunto. Embora os primeiros exemplares tenham sido publicados na primeira metade do século XVI, foi só a partir do último quartel da centúria que os cartógrafos/editores holandeses se especializaram na produção e na edição de mapas e de atlas marítimos, muito graças a Lucas Jansz. Waghenaer (1533-1606) e ao seu *Spiegel der Zeevaerdt*, editado em 1584. A obra teve inúmeros seguidores e imitadores ao longo do século seguinte, no contexto da feroz competição existente entre as principais casas comerciais flamengas e holandesas, o que levava a que muitos autores se copiassem e plagiassem entre si, adquirindo, com frequência as chapas de impressão e os acervos cartográficos dos seus rivais, que utilizavam abundantemente.²⁴

Um destes autores era Jacob Theunisz (1631-1679), filho do famoso e bem-sucedido editor de mapas marítimos, Anthoine Jacobsz (1607-1651). Depois da morte do pai, Jacob e seu irmão Caspart conseguiram produzir o *Nieuw en Groot Loots-mans Zee-spiegel* e tal foi o sucesso editorial que os irmãos se tornaram conhecidos por “Lootsman”.

O mapa nº 55 *De custen van Algarve tusschen de C. S. Vincente en Aimonte*, embora não esteja datado, nem identificada a sua autoria, apresenta um conjunto de características (em particular a numeração no canto inferior direito) que permitem associá-lo a uma das obras de Jacob Theunisz. Embora não se trate de uma imagem “nova”, o Reino do Algarve está individualizado, muito embora o interesse do autor se tenha fixado unicamente na representação do litoral, mantendo os habituais exageros na configuração de alguns detalhes e particularidades da linha de costa, nomeadamente os estuários dos rios Guadiana, Gilão e Arade, onde também se indicam os valores de algumas sondagens de profundidade e os bancos de areia.

A partir de 1580-1582, quando o rei Filipe II se tornou, também, rei de Portugal, unindo as duas coroas ibéricas na mesma dinastia familiar, os limites entre Portugal e Espanha desapareceram: a fronteira confundia-se com os limites da própria península, ou seja, para cá dos Pirenéus, fixava-se na linha de costa, tanto a atlântica como a mediterrânica, por onde podiam chegar os inimigos de Espanha que agora eram, também, os de Portugal. Refletindo esta nova realidade política, que se manteve até 1640, foram realizados vários levantamentos cartográficos no litoral português, com o intuito de se promover a sua defesa, como aqueles que, a partir de 1589, o italiano Alexandre Massai (15-- -1638) conduziu nos litorais do Alentejo e do Algarve.²⁵

Alexandre Massai veio para Portugal para auxiliar o seu tio, também ele engenheiro e arquiteto militar, Giovanni Vincenzo Casale (1539-1593), que se encontrava a preparar a fortificação do porto de Lisboa. A partir de 1590, Massai passou a trabalhar autonomamente, sendo colocado na província do Alentejo, onde assinou inúmeros projetos de fortificação e dirigiu levantamentos cartográficos.

Em 1617 foi encarregado de fazer uma inspeção às fortificações do litoral do Algarve. Neste contexto, o autor preparou um mapa para ilustrar a sua *Descrição do Reino do Algarve*, obra que escreveu entre 1617 e 1621 e que deveria constituir um relatório sobre as condições de defesa militar da costa algarvia, mas que

24 P. Krogt, 1993, pp. 118-128.

25 Sobre Massai, ver L. C. Guedes, 1988 e A. Quaresma, 2008 e 2011. A denotar esta maior atenção dada à fronteira atlântica ocidental, destacam-se as fortalezas marítimas mandadas construir neste período, sob a direção dos mais reputados engenheiros militares italianos ao serviço da monarquia hispânica, como era o caso de Leonardo Turriano, de Tibúrcio Spnanochi ou de Vincenzo Casale.

se tornou numa verdadeira corografia daquela província. A par desta descrição, o autor compôs uma *Descrição do Reino de Portugal*, também datada de 1621 e ilustrada por um mapa.

O mapa do Reino Algarve (nº 56) é manuscrito, muito colorido e decorado. À semelhança daquilo que se pode observar noutros trabalhos de Massai, o mar adjacente ao litoral algarvio encontra-se povoado de embarcações, 12 no total, sendo sete de vela redonda (naus ou galeões), três de vela latina (talvez caíques ou chavecos) e duas galeras ou galeotes. Na imagem, o autor dá conta daquilo que parecem ser dois combates navais, um na costa ocidental entre duas naus e o outro na costa meridional, entre duas galeras e uma nau, e que deveria constituir um cenário habitual, dada a presença constante de corsários e piratas, sobretudo magrebinos, que assolavam as costas portuguesas, em especial a do sul.²⁶

O território do Reino do Algarve confina a norte com “Parte de Portugal” e a este com “Parte de Castela” e foi orientado com oeste no topo, o que se indica com uma rosa dos ventos. Sobre um fundo de mapa muito simplificado, o autor desenhou uma esquemática rede hidrográfica (ainda que não tenha identificado qualquer linha de água) e assinalou cerca de meia centena de núcleos de povoamento e respetivos topónimos.²⁷

Como se compreende, para responder à missão da qual fora incumbido, uma maior atenção foi prestada ao litoral e que se revela, não só, nos maiores pormenores da configuração costeira, como pela localização das armações de pesca de atum e de sardinha, identificadas pelas letras do alfabeto, cuja legenda não se encontra no mapa, mas sim na memória descritiva. Pouca informação foi acrescentada no interior da província.

● A Guerra da Restauração (1640-1668)

No contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), do ponto de vista estratégico e político, importava reconhecer, manter e consolidar as fronteiras nacionais face à ameaça de invasão pelos exércitos espanhóis. Para isso, as conceções militares da época indicavam a necessidade de se proceder à fortificação dos locais que permitiam a defesa das linhas de penetração para o interior do País.²⁸

Contudo, aquando da revolução de 1640, Portugal não dispunha de pontos abaluartados ao longo da raia seca, nem de um corpo de engenheiros militares. Acresce, ainda, que os principais cartógrafos portugueses se encontravam espalhados um pouco por todo o Império. Assim, uma das primeiras preocupações da Coroa, para além de obter o rápido e necessário reconhecimento diplomático das outras nações europeias,

²⁶ Sobre esta temática, ver M. Fernandes, 2011.

²⁷ A *Descrição*, bem como o mapa que a acompanha, foram reproduzidos em L.C. Guedes, 1988, pp. 15-269.

²⁸ Por exemplo, em 1640, na província de Entre Douro e Minho, apenas Viana possuía uma fortificação moderna. A mesma situação se repetia na Beira e no Alentejo, onde vários relatórios apontavam para uma urgente necessidade de se proceder à fortificação das principais povoações fronteiriças daquelas duas províncias, assim como em Trás-os-Montes. Cfr. F. Cortés Cortés, 1990, pp. 48-53 e p. 95.

foi o de constituir um corpo de engenheiros militares, capazes de estabelecerem uma rede de defesa terrestre e, simultaneamente, transmitirem os seus conhecimentos, formando engenheiros nacionais.

Deste modo, as atenções cartográficas desviaram-se, progressivamente, do litoral para as regiões fronteiriças, palco das principais movimentações militares, nomeadamente, o Alentejo e o Entre Douro e Minho. No entanto, numa primeira fase, as ações bélicas desenvolvidas pelos dois exércitos caracterizavam-se por sucessivas incursões e razias (saque, roubo, destruição e pilhagens) de aldeias e lugares, num e noutro lado da fronteira.²⁹

Perante a urgente situação militar e a falta de técnicos especializados, a Coroa viu-se na contingência de contratar vários oficiais estrangeiros, destacando-se alguns representantes das escolas de engenharia e de fortificação dos Países Baixos e de França.³⁰ No entanto, reconhecendo a importância em possuir um corpo próprio de engenharia militar, a Coroa estabeleceu, em 1647, a “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar”, a funcionar em Lisboa, liderada pelo Cosmógrafo-Mor Luís Serrão Pimentel. A Aula transforma-se, em 1651, em “Academia Militar da Corte”, reforçando, assim, o carácter científico e institucional dos que ali se formavam.

A Cartografia seria utilizada como instrumento de uma estratégia do poder central que, devido ao clima bélico que então se vivia, assentava em preocupações de defesa das fronteiras e de consolidação da soberania nacional. Por esta razão, os levantamentos topográficos e outros reconhecimentos militares, adquiriram uma expressão territorial limitada à área envolvente da praça-forte, ou apenas a determinados troços de fronteira, dado que era aí que iriam decorrer as principais ações militares. Em suma, todo este clima bélico constituiu um contexto favorável para o uso de mapas em Portugal, mas será conveniente distinguirmos os dois tipos de Cartografia que, então, se desenvolveram.

O primeiro tipo é a Cartografia militar ou, se preferirmos, de uso militar, constituída por exemplares manuscritos, de diversas escalas, apresentando características geoestratégicas e, por essa razão, de circulação restrita (apenas nos meios militares e políticos ou diplomáticos). Foram, muitas vezes, elaborados por técnicos estrangeiros ao serviço de Portugal. As representações à escala local apenas figuravam as obras de fortificação e o espaço envolvente, enquanto os mapas de escala regional, ou supralocal, eram usados no planeamento das ações militares, quer defensivas, quer ofensivas.

No segundo tipo, poderíamos considerar a Cartografia de divulgação e que engloba os exemplares impressos, de ampla difusão pelo público, quer em Portugal, quer no estrangeiro, surgindo, frequentemente, associados a outras obras propagandísticas, quase sempre, de autoria portuguesa.

Desde o primeiro momento, a província de Entre Douro e Minho converteu-se num dos teatros de operações, ainda que não tenha sido aqui travada qualquer batalha importante. Assim, foi considerado prioritário construir, reforçar e reestruturar as fortalezas e praças-fortes na fronteira do vale do Minho, para além dos pequenos fortes e fortins, muitos de carácter provisório, em locais estratégicos com o intuito de travar a progressão das tropas inimigas para o interior da província, repetidamente apoiados em levantamentos topográficos/

²⁹ Para além do Conselho da Guerra foi, também, criada a Junta das Fronteiras, com a missão de promover a fortificação e a defesa das fronteiras. Cf. G. Espírito Santo, 2008, p.36 e 2009, p. 123 e A. Lousada, 2011, p. 495-500.

³⁰ Para se compreender a importância e a atuação dos engenheiros militares, portugueses e estrangeiros ao serviço de Portugal, neste período, ver, entre outras, as obras de C. A. M. Sepúlveda, vol. I a IV, 1902-1908; S. Viterbo, 1988; M. T. Conceição, 2000, p.32 e 33 e 2002 e B. S. Bueno, 2003, p. 139.

cartográficos.³¹ Em todo o caso, o conjunto das fronteiras da província de Entre Douro e Minho só foram fixadas cartograficamente em *A Carta Geografica da Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661 (nº 1)* elaborada pelo engenheiro militar francês Michel Lescolles (?-1688) – por vezes grafado Lescol, Lescolle, Escolle.³²

A ação deste oficial francês merece amplo destaque, quer pelo papel desempenhado no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, quer nas províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, enquanto oficial de artilharia e de engenharia militar (projetou/reformulou/dirigiu as obras nas fortalezas de Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Extremo, Chaves e Bragança, assim como de outras obras defensivas não permanentes), quer por todos os outros projetos não militares, como diversas obras de engenharia hidráulica (nos estuários dos rios Lima, Douro e Mondego), o risco de obras de arquitetura civil e religiosa ou a direção das «Aulas de Artilharia e Fortificação» que tinham lugar no edifício da Vedoria de Viana, preparando e formando engenheiros e colaboradores, instituindo uma verdadeira Escola de Engenharia Militar.³³

A Carta Geografica da Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661, é um mapa manuscrito e aguarelado, composto numa escala de ca. 1:350 000.³⁴ O mapa coloca em evidência os territórios fronteiriços da “parte da Galiza”, entre a Ria de Vigo, o vale do Minho, e a raia seca desde a foz do rio Trancoso à Portela do Homem, cujos limites foram aguarelados a cor carmim. Em primeiro plano foi desenhado a linha do litoral, que se estende desde a Ria de Vigo, a norte, à foz do rio Douro, a sul, realçada a cor azul. Aqui se assinalam os fortes que protegiam a entrada das principais barras e povoações marítimas da província, e que denota a atenção que as autoridades militares votavam à defesa da costa.

O espaço entre os rios Minho e Lima, que constituiu o teatro de operações da guerra, foi figurado com maior detalhe e pormenor do que o restante território. O autor representou a orografia através do desenho de vários pequenos montes em perspetiva, procurando identificar o nome das serras; fixou, também, uma completa rede hidrográfica e marcou mais de 200 localidades e respetivos topónimos, muitas das quais interligadas através de uma densa rede viária, articulada por um conjunto de pontes que foram cuidadosamente localizadas e, em muitos casos, identificadas.³⁵

Finalmente, a figuração dos fortes e das fortalezas do vale do Minho, numa e noutra margem, dão conta das principais ações militares ali ocorridas e permitem supor uma clara utilização militar deste documento.

Também datados da época da Guerra da Restauração, são os primeiros dois mapas do Alentejo que fazem parte desta seleção, tratando-se de obras impressas para divulgação e propaganda.³⁶

O primeiro mapa cujo título atribuído é *Carta da fronteira entre o Alentejo e a estremadura espanhola (nº 44)*, terá sido composto por João Teixeira Albernaz I, ca.1644, tratando-se, por isso, de um dos mais antigos mapas impressos em Portugal.³⁷ O mapa exhibe, no canto inferior esquerdo, uma escala gráfica de sete léguas espanholas que se pode calcular em ca. 1:370 000. No canto superior direito, foi colocada uma cartela ladeada por duas figuras humanas que representam os rios Tejo e Guadiana, os dois elementos geográficos que

31 Tome-se como exemplo ilustrativo *A Carta do curso do Rio Minho que divide el Reino de Portugal, Galiza, com las villas castellos e lugares que tem ao longo da sua corrente*, datada de 1652 e sem autoria confirmada, sendo o mais antigo mapa da fronteira do Minho que se conhece. Cf Suzanne Daveau, 1997.

32 Este mapa encontra-se na B. N. F., Cartes et Plans, sob a cota Ge D-13875. A sua existência em Paris não está explicada, tanto mais que a maior parte dos trabalhos de Lescolles ficaram em Portugal.

33 A. Reis, 1995, pp. 159-166. O autor francês chegou mesmo a escrever um Tratado de Fortificação e umas Lições de Artilharia que nunca chegaram a ser publicados, mas as 12 Lições de Artilharia, que serviam de suporte teórico para as suas aulas, foram compiladas por um seu discípulo português, o engenheiro Sebastião de Souza Vasconcelos. O seu nome era apontado como o mais provável sucessor de Luís Serrão Pimentel como Engenheiro Mor do Reino, o que não chegou a acontecer.

34 Para o cálculo de escalas seguimos a metodologia proposta por M. S. Marques, 2001.

35 L. Moreira, 2007.

36 Sobre este contexto específico ver A. Silva, 2013, pp. 985-1008.

37 Sobre este mapa, ver o estudo de J. Garcia, 1999, pp. 29-47.

balizam o território da antiga comarca homónima; o território alentejano está delimitado a norte pela “parte da Província da Beira” e a este pela “parte de Castella”.

No centro da cartela, entre as duas figuras antropomórficas, está uma dedicatória onde se lê: “Ao Sñor Lourenço Skytte Sr de Kongzbroo e Sättra Assistente pella Raynha de Suezia na corte de Portugal dedicat VL”. Lourenço ou Lars Skytte (ca.1610-1694), foi o representante diplomático enviado pela Suécia à corte portuguesa, na sequência da embaixada portuguesa àquele país escandinavo, em 1641, tendo chegado a Lisboa juntamente com um precioso auxílio militar (armas e soldados), aí permanecendo até 1647.

A cartela está assinada, na forma de um monograma onde se identificam as letras L e V, as iniciais para Lucas Vorsterman (1624-1667), um famoso gravador de Antuérpia, cuja presença em Portugal, pelos anos de 1645 a 1648, também se deve à atuação do embaixador Francisco de Sousa Coutinho na Suécia e nos Países Baixos.³⁸

Os elementos do fundo do mapa, embora carecendo de um estudo mais aprofundado, parece terem sido retirados do mapa *Reino de Portugal*, obra também atribuída a João Teixeira Albernaz I, datada de ca. 1640. A fronteira está assinalada por uma linha tracejada, mas a distinção dos territórios também se faz pela quantidade e qualidade da informação figurada: a rede hidrográfica, o relevo (figurado por pequenos montes), a vegetação (representada por pequenas árvores) e os núcleos de povoamento, são mais numerosos ou mais densos no lado de cá, do que aqueles do outro lado da Raia.

No lado espanhol, sobre cada povoação está inscrito um número que poderá indicar o número de fogos ou de vizinhos. Na cartela está a legenda composta por dois sinais “* - villas queimadas em Castella” e “P - villas tomadas em Castella”, o que indica claramente o objetivo propagandístico do mapa de mostrar as vitórias militares (razias e saques) sobre território inimigo. Um importante tema retratado no mapa é a batalha do Montijo, a primeira grande vitória militar portuguesa sobre o exército de Filipe IV, ocorrida a 26 de maio de 1644. Ao centro da parte superior do mapa, foi desenhada uma miniatura do combate e cujo resultado final favorável às armas portuguesas, interessava agora divulgar.

O segundo mapa do Alentejo, *Descrição da Província do Alentejo (nº 45)* pertence à mesma categoria de mapa impresso de propaganda, pelo que, apresenta características comuns ao anterior. Não se conhecem muitos exemplares.³⁹

O mapa datado de 1665, foi elaborado pelo arquiteto Bartolomeu de Sousa (ativo na segunda metade do século XVII) e gravado por Félix da Costa e João Baptista (Lusitano), cujos nomes se encontram na margem inferior direita.⁴⁰ A escala, de nove “léguas de Espanha”, pode ser calculada em ca. de 1: 480 000. Não são conhecidas muitas referências a Bartolomeu de Sousa, em especial na cartografia, sendo o seu trabalho mais famoso o projeto da fonte do Apolo, no Terreiro do Paço, uma das primeiras medidas tomadas por D. João IV com o intuito de garantir o abastecimento de água à cidade de Lisboa.⁴¹

Quanto a João Baptista Coelho ou Lusitano (1628-1680) já tinha experiência na gravação de

³⁸ Flor, 2014, pp. 418-424.

³⁹ Nos arquivos nacionais apenas são conhecidos dois exemplares, um encontra-se depositado na B.P.M.P., Reservados C [1]-36 e outro que se conserva na D. I. E., e que aqui utilizaremos na análise, embora tenha sido catalogado como manuscrito. A. B. N. R. J., também possui um exemplar, com a cota ARC.016,07,025 – Cartografia.

⁴⁰ Ver a sua análise em M.F. Alegria et al, 2012, p. 252-256.

⁴¹ S. Viterbo, 1899, vol. III, pp. 70-71.



Descrição da provincia de Alentejo, Bartolomeu de Sousa, 1665

mapas, dado ter estado envolvido na produção de um outro documento cartográfico apologético de uma vitória militar portuguesa, a batalha das Linhas de Elvas, em 1661, a planta concebida por Pierre de Sainte-Colombe, *Vestigium sive effigies urbis Helviae*⁴². Por sua vez, o gravador é, muito provavelmente, Félix da Costa Meesen (1639-1712), um reputado tratadista de arte (desenho e pintura) do século XVII, conhecido por também trabalhar em gravura⁴³. Félix da Costa relacionava-se na corte portuguesa (acompanhou D. Catarina de Bragança a Londres), pelo que seria a pessoa certa para aceder ao Escrivão da Puridade, o então conde de Castelo Melhor.

Na parte superior do mapa, no lado esquerdo, foi colocado o título, sob ele uma rosa-dos-ventos com uma flor-de-lis a indicar o rumo norte e ao centro uma cartela com a dedicatória: “Ao Excmo Senhor D. Luis de Vasconcelos e Souza conde de Castel Milhor do Conselho de Estado de Srma Magestade del Rey D. Afonso VI & seu Escrivão da Puridade &c”, acrescentando-se por baixo “Bertholameu de Souza o fez Anno de 1665.”.

O território figurado está compreendido entre os rios Tejo e Guadiana, o oceano Atlântico e a fronteira, o principal teatro das operações militares da Guerra. Tal como o mapa anterior, cujo fundo, pelo menos em parte, poderia ter servido de base para a composição deste, apresenta um desequilíbrio na representação dos fenómenos, verificando-se uma maior densidade de elementos figurados do lado português.

Se o exemplar anterior constituía um documento divulgador da vitória alcançada na batalha de Montijo, este tem como tema central as duas grandes batalhas da Guerra da Restauração, cujos triunfos obtidos pelo Exército português se revelaram decisivos para garantir a independência portuguesa: Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

Contudo, uma análise aos três exemplares conhecidos revela a existência de duas versões ligeiramente diferentes: enquanto o exemplar que se conserva na Biblioteca Pública Municipal do Porto, apenas figura um desenho da batalha do Ameixial, localizado entre as localidades de Cano e Estremoz, nos mapas da Direção de Infraestruturas do Exército e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi acrescentado o topónimo “Montes Claros”, entre Estremoz e Vila Viçosa, como celebração da batalha que aí se travou em Junho de 1665, curiosamente a data ostentada nas duas versões.

Assim, ao que tudo indica, no decorrer do primeiro semestre daquele ano, altura em que ainda se projetavam as operações militares, terá sido preparada uma primeira versão desta gravura apologética da vitória obtida na última campanha no Alentejo que colocou em retirada o exército espanhol invasor, em 1663. Após a batalha de Montes Claros, nesse mesmo ano ou em anos posteriores, a chapa de impressão foi reaproveitada, com uma pequena alteração para se assinalar mais um decisivo combate favorável às armas portuguesas.

42 Viterbo, 1899, vol. III, pp. 70-71.

43 M.F. Alegria et al, 2012, p.250.

● A Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1715)

Os conflitos militares e diplomáticos constituíram, quase sempre, o pretexto para a elaboração de mapas dos diferentes territórios portugueses. A Guerra da Sucessão de Espanha, conflito para o qual Portugal se deixou arrastar a partir de 1703 até 1713, ainda que o Tratado de Paz, ratificado em Utreque, apenas fosse assinado dois anos depois, tornou-se uma das mais longas campanhas militares travadas por Portugal na Península Ibérica.

Muito naturalmente, a preparação para este conflito implicou a realização de novos levantamentos cartográficos ao longo da raia, em especial na província do Alentejo, como atestam algumas das plantas incluídas no álbum elaborado por João Tomás Correia (ca. 1667-175...), *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*⁴⁴, bem como no Entre Douro e Minho, conduzidos por Manuel Pinto Vilalobos, autor de um “atlas” (ou álbum) das plantas das praças de guerra da fronteira do Minho, complementado por outros mapas mais gerais da província, num total de 15 exemplares, datados de 1713.⁴⁵

Logo que D. Pedro II alinhou a posição portuguesa pela da coligação que apoiava a pretensão do austríaco Carlos de Habsburgo ao trono espanhol, o pretendente Bourbon, Filipe de Anjou, neto de Luís XIV de França e por ele apoiado, de imediato declarou guerra a Portugal e liderou pessoalmente uma vitoriosa invasão franco-espanhola à fronteira da Beira e do Alto Alentejo, em 1704.

Esta campanha deu origem a um boom editorial de mapas, uma vez que estes “ilustravam” a guerra, permitindo localizar os países envolvidos e situar os principais teatros de operações, ao mesmo tempo que mantinham informado um público cada vez mais interessado, onde se poderiam incluir políticos, diplomatas e militares.

No início do século XVIII, Paris já havia substituído Amesterdão como principal centro cartográfico europeu.⁴⁶ Um dos mais ativos produtores de mapas de Portugal neste período, foi o francês Nicolas de Fer (1646-1720). O autor correspondia ao protótipo do geógrafo de gabinete, característico da emergente cartografia comercial francesa que, desde meados do século XVII, vinha disputando o mercado com a cartografia holandesa, acabando por se especializar nos temas militares. Tal como muitos dos seus congéneres parisienses, também de Fer era membro de uma família ligada ao negócio editorial de mapas e estampas.⁴⁷

Aproveitando as circunstâncias políticas e militares que, desde finais do século XVII, envolviam a França e os países vizinhos em vários conflitos fronteiriços, de Fer renovou e impulsionou a sua atividade editorial, ao mesmo tempo que procurava um mecenas a quem pudesse dedicar as suas obras. Em 1690 foi nomeado “Geógrafo do Grande Delfim”, após ter glorificado a campanha militar liderada pelo primogénito de Luís XIV, no seu mapa do Franco Condado. Esta ligação familiar estendeu-se aos filhos do “Delfim”, pelo que, quando Filipe, o secundogénito, se tornou rei de Espanha sob o título de Filipe V, de Fer foi nomeado “Geógrafo de

⁴⁴ B.N.P., da-7-a.

⁴⁵ Existem várias cópias deste “álbum” nos arquivos portugueses, embora muitos dos exemplares não tenham autoria atribuída. Os que se conservam na B. N. P., na área de Cartografia e Iconografia, estão assinados por Manuel Pinto Vilalobos e datados de 1713; o álbum existente na S. G. L. permanece anónimo, pelo que se poderá considerar uma cópia do da B. N. P. Alguns mapas “soltos” podem ser consultados no arquivo da D.I.E., ainda que sem data ou autoria atribuída.

⁴⁶ C. Petto, 2007.

⁴⁷ Uma resenha biográfica pode ser consultada em L. York, 2013, pp. 162-165. O seu pai, Antoine de Fer (16...-1673), fora um gravador/impressor, editor e colaborador de alguns autores cartográficos, nomeadamente de Christophe Tassin (ca. 1600-1660), para a composição do seu mapa de Portugal de 1646, ou de Melchior Tavernier (1594-1665) editor das obras de Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667). Após a morte do pai, o negócio continuou na família, até ser herdado por Nicolas, em 1687, tendo prosperado a partir de então.

Sua Majestade Católica” e, após a morte do “Delfim” em 1711, converteu-se em “Geógrafo do Rei” de França. Assim, logo no início da Guerra da Sucessão de Espanha, a sua produção cartográfica revestiu-se de mensagens propagandísticas a favor do pretendente borbónico.

Sobre a produção cartográfica dedicada ao território português, de Fer produziu inúmeras imagens, a diferentes escalas, mas quase todas referentes ao período inicial do conflito, altura em que o próprio Filipe V comandava a campanha, pelo que, era importante glorificar os feitos das Armas espanholas. Numa escala regional mais abrangente, inclui-se o mapa *La glorieuse campagne de Pilippe V aux environs du Tage dans les provinces de Beira, Estremadura et Alentejo (nº 22)*, aqui se indicando que N. de Fer era “Geographe de sa Majesté Catolique et de Monseigneur le Dauphin”.

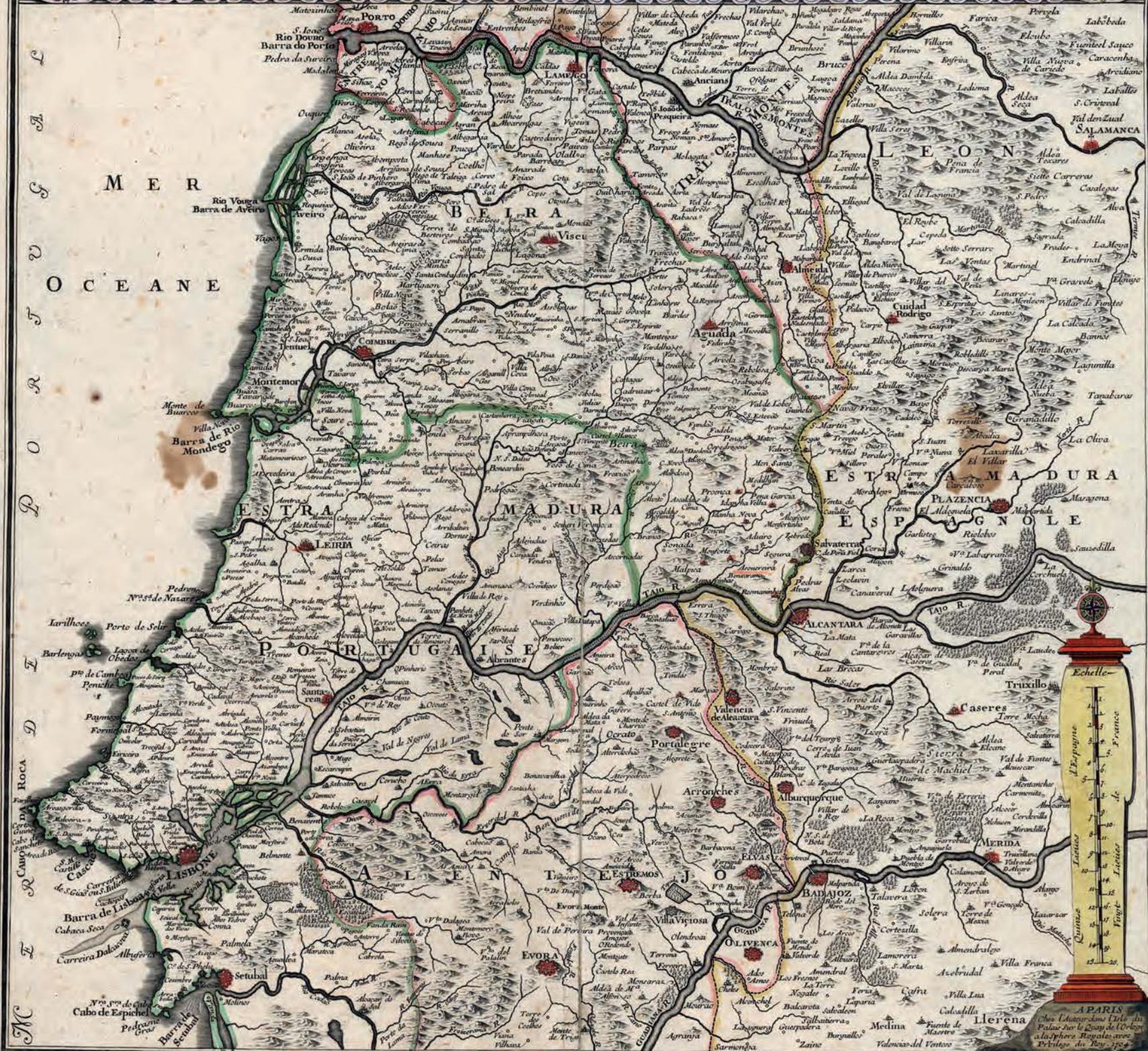
Neste mapa datado de 1704, o autor figura todo o território nacional compreendido entre a raia de Espanha, a este, e o Oceano atlântico (Mar Oceano ou Mar de Portugal), a oeste; o rio Douro a norte e parte dos cursos dos rios Sado e Guadiana, a sul. Esta imagem seria reaproveitada pelo autor para compor um mapa de Portugal de maiores dimensões, baseado na *Description del Reyno de Portugal y de los Reynos de Castilla que parten con su frontera*, de Pedro Teixeira (editado em Madrid em 1662), e que seria publicado no ano seguinte, num formato pouco usual de três folhas de dimensões desiguais.

No canto inferior direito foi desenhada uma espécie de coluna que serve de decoração para a dupla escala em léguas de Espanha e de França, correspondendo a ca. de 1:850 000. Na base desta coluna, N. de Fer repetiu a informação que já tinha sido registada no título “A Paris. Chez l’Auteur dans l’Isle du Palais sur le Quay de l’Orloge a la Sphere Royale avec Prilege du Roy. 1704”, como forma de promoção da sua atividade comercial.

O mapa não constitui uma novidade editorial. Na realidade, o autor decalcou o fundo do mapa de Pedro Teixeira, bem como os principais fenómenos, como a rede hidrográfica, o relevo, a vegetação, o povoamento, as fortalezas fronteiriças ou as pontes. O protótipo, que havia sido útil para ilustrar o teatro de operações numa guerra de fronteira 42 anos antes, ganhava nova utilidade, ainda que o autor não tenha acrescentado informação nova, nem específica, para contextualizar esta campanha, talvez porque as características do conflito e as artes militares não haviam mudado significativamente.

LA GLORIEUSE CAMPAGNE DE PHILIPPE V.
AUX ENVIRONS DU TAGE dans les Provinces DE BEIRA, ESTRAMADURA ET ALENTEJO.

Paris chez Nicolas de Fer, Libraire, dans le Palais National, sous le Vestibule, par le Bureau des Cartes de la Couronne, le 1764.



La glorieuse campagne de Pilippe V aux environs du Tage dans les provinces de Beira, Estremadura et Alentejo, Nicolas de Fer, 1704

● O contributo da Academia Real da História (1720)

Em dezembro de 1720 foi criada, por ordem régia, a Academia Real da História Portuguesa.⁴⁸ O seu objetivo principal era o de preparar uma “História eclesiástica e secular do reino de Portugal”, socorrendo-se da Geografia e da Cartografia para a ilustrar, pelo que, caberia ao engenheiro-mor, Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) a tarefa de “tirar” os diversos “pontos geográficos” do Reino e proceder “à fabrica dos Mappas ou Cartas Geográficas assim a geral do Reyno, e Conquistas como as particulares dos seus Bispados e Prelasias”, enquanto o padre Manuel de Campos teria de preparar os mapas da Geografia Antiga.⁴⁹

Com o intuito de apoiar as iniciativas editoriais da Academia, foram contratados vários técnicos impressores e gravadores estrangeiros que dinamizaram a circulação de obras impressas, quer de livros quer de estampas⁵⁰. Paralelamente, também várias famílias de livreiros estrangeiros se estabeleceram em Portugal e também exerceram uma importante ação no comércio de livros e de mapas impressos⁵¹. Assim, aos poucos, foram sendo criadas as condições necessárias para, pela primeira vez de forma institucional, se produzirem mapas impressos.

Tendo presente o atraso técnico da Cartografia portuguesa face ao que de mais recente se fazia no estrangeiro e reconhecendo uma oportunidade única para atualizar os fundamentos da moderna ciência cartográfica, o engenheiro-mor propôs fazer o levantamento do Reino, de acordo com as técnicas topográficas utilizadas em França pela família Cassini.⁵² O resultado final seria a composição de um novo mapa de Portugal.

De modo a garantir que todos os trabalhos cartográficos seriam conduzidos de acordo com as mesmas técnicas e os mesmos métodos, Azevedo Fortes publicou, em 1722, o *Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucçam à fabrica das cartas geograficas da Historia Ecclesiatica, e secular de Portugal, tirado dos melhores authores*.⁵³

Neste tratado, o autor justifica o seu projeto considerando que o conhecimento do território é importante pois dele “[...] dependem as vitórias e os triunfos [e] sem ele ninguém pode exercitar bem a arte militar”.⁵⁴ Dado tratar-se de um projeto muito moroso, o engenheiro-mor contava com a colaboração dos diversos engenheiros destacados nas academias de fortificação das províncias. O método de trabalho consistia no levantamento de mapas regionais (província ou bispado) sob a mesma escala (uma polegada para duas léguas de 2818 braças cada, ou seja, ca. de 1:450 000), tendo especial cuidado no levantamento dos limites entre as diferentes províncias: “[...] para que as Cartas Geográficas fiquem feitas de sorte que apartem umas com outras pelos seus confins, ou limites e que de todos resulte a Carta Geral do Reino, o que não poderá ser sem um grande cuidado e exação”. Assim, o autor defendia que “[...] se os Engenheiros que fizerem a Carta de um Bispado avisarem e concordarem com os que fazem a Carta de outro Bispado confinante, poderão ajustar entre si o tempo em que juntos façam os confins pelas mesmas operações.”⁵⁵ Neste caso, o todo resultaria da soma das partes.

48 Sobre o papel desta Academia, ver a obra de I. F. Mota, 2003.

49 Ver o “proemio” da obra de M. Azevedo Fortes de 1722 e J. C. Garcia, 2006, p.147-149.

50 L. Chaves, 1927 e E. Soares, 1940, 1966.

51 Veja-se o caso da família de livreiros Reynd analisada por M. Domingos, 2000.

52 Na sessão da Academia de 9 de outubro de 1721, o Engenheiro-Mor lamentava que Portugal fosse o único reino da Europa a não possuir cartas particulares. Cf. J. Cortesão, 1984, vol.II, p. 336.

53 Apenas os exemplares encadernados foram distribuídos pelos diferentes académicos. Os restantes exemplares da impressão foram entregues a Azevedo Fortes. Cf. I. F. MOTA, 2003., p. 86.

54 M. A. Fortes, 1722, p. 4.

55 M. A. Fortes, 1722, p. 111.

O ambicioso plano de renovação cartográfica traçado por Azevedo Fortes, colocaria Portugal na vanguarda da ciência cartográfica. No entanto, vários contratempos dificultaram e impediram a sua plena concretização.

O primeiro grande obstáculo terá surgido dentro da própria Academia onde, ao que tudo indica, o projeto pessoal de Azevedo Fortes nunca conseguiu reunir apoio suficiente entre os seus pares. Nas diversas sessões académicas, confrontaram-se duas posições radicalmente opostas: por um lado, a proposta de levantamento cartográfico assente nos novos pressupostos científicos; por outro lado, correspondendo à opinião generalizada dos restantes académicos, entre os quais se incluía o próprio cosmógrafo-mor, Luís Francisco Pimentel, defendia-se o método tradicional de composição cartográfica a partir de diferentes fontes, sendo as correções feitas a partir do cálculo da latitude dos lugares⁵⁶.

Este último método apresentava algumas vantagens imediatas: era de fácil execução, era mais rápido e barato e permitia atingir plenamente o objetivo de ilustrar a história secular e eclesiástica que a Academia preparava. Pelo contrário, o projeto de Azevedo Fortes era moroso, dispendioso e de difícil execução, pelo que não admira que a Academia Real da História Portuguesa não se tenha interessado pelo seu plano⁵⁷.

Em sessão académica de agosto de 1723, D. Luís Caetano de Lima (1671-1757), autor da obra *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, afirmava que pretendia incluir na descrição de cada uma das províncias de Portugal um mapa desses territórios. Informava ainda que Azevedo Fortes e José da Silva Pais (1679-1760) já tinham iniciado os levantamentos topográficos aguardando-se os primeiros resultados. Efetivamente, nesta obra de Caetano de Lima, figura um conjunto de pequenos mapas regionais de cada uma das seis províncias, assim como um mapa de Portugal, que adiante analisaremos com maior detalhe.

Em virtude dos comentários de Caetano de Lima, alguns autores consideraram esses exemplares como o produto final dos trabalhos do engenheiro-mor. No entanto, dado que a sua qualidade técnica e científica estava longe de corresponder aos padrões exigidos por ele próprio, não se deverá atribuir a si a autoria dos ditos mapas⁵⁸. Estes, terão resultado da compilação de diferentes fontes, tal como pretendia a Academia Real da História, e não de um levantamento topográfico sistemático.

Não obstante os resultados apresentados, o engenheiro-mor nunca conseguiu impor o seu projeto, pelo que os levantamentos topográficos por si coordenados nunca terão passado de experiências limitadas aos arredores de Lisboa. Ainda assim, não deixou de insistir junto da Coroa no sentido de impulsionar o ensino militar nas províncias, de forma a aumentar e melhorar o corpo técnico de engenheiros militares portugueses, o que se vem a concretizar no decreto régio de 24 de dezembro de 1732, criando-se, ou confirmando a criação, de Academias Militares no Alentejo e na Beira, juntando-se à de Viana da Foz do Lima, que funcionava regularmente desde 1701. O principal intuito seria o de se constituir, em cada uma destas províncias, um corpo técnico especializado na manutenção das praças e fortes da fronteira.⁵⁹

Em 1729-30, Charles de Grandpré (fl. 1729-1736), um dos impressores estrangeiros contratados

56 A confirmar esta oposição interna aos métodos "revolucionários" de Azevedo Fortes, logo no início de 1722 a Academia nomeou o Marquês de Abrantes como novo responsável pela elaboração dos mapas que serviriam para ilustrar os textos da História que se preparava. Sobre este processo, ver o estudo de J. C. Garcia, 2006, pp.141-173.

57 Em maio de 1732 num discurso perante a Academia, Azevedo Fortes lamentava-se: "... há mais de dez anos que eu me pus pronto e apontei os meios mais convenientes e fáceis para a sua execução [da Carta Geral do Reino] e há outro tanto tempo que Vossas Excelências ouvem os meus clamores e lhes não dão proveniência". Cf. J. Cortesão, 1984, vol. II, p. 359.

58 J. C. Garcia, 2006.

59 M. T. Conceição, 2002, pp. 85-86.

por D. João V para a Imprensa Régia da Academia da História, gravou e imprimiu seis mapas das províncias portuguesas - acompanhados de um mapa de conjunto do território nacional continental - publicados, pela primeira vez, no segundo volume da *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima, em 1736.⁶⁰

As dimensões dos mapas regionais pouco variam entre si, sendo, aproximadamente de 18 x 25 cm ou 25 x 18 cm, consoante a orientação do mapa. Também apresentam semelhanças na representação dos elementos cartográficos: uma cartela de forma quadricular - ornamentada com algumas variações no estilo - que contém o título em capital romana (identificando somente o nome da província), a escala gráfica (petipé) e a assinatura do gravador, acompanhada do local e da data de edição. Todos apresentam uma rosa-dos-ventos com o mesmo tipo de desenho.

Quanto aos fenómenos figurados, de uma forma geral, os seis mapas mostram a rede hidrográfica de cada província através de traços duplos ondulados ou simples linhas, identificando o nome de alguns deles. O relevo é indicado pelo desenho de pequenos montes em perspetiva, alguns deles identificados como “serras” e a vegetação é dada por pequenos símbolos em forma de árvore que, geralmente, estão dispersos, embora possam, numa ou noutra província, formarem bosques.

O mapa *Provincia da Beira (nº23)* apresenta o título dentro de uma cartela a imitar um pergaminho desenrolado, juntamente com o petipé (ca. de 1:635 000) e a indicação do seu autor e/ou do seu gravador, local e a data de gravação: “de Grandpré Fecit et Excud. Lisboa 1730”. Sobre o oceano, que o autor denomina por «Mar de Portugal», encontra-se desenhada uma rosa-dos-ventos.

O referido mapa, antecedia a descrição geográfica e histórica da respetiva província, permitindo ao leitor localizar geograficamente as cidades, as vilas, os rios e as montanhas descritos na obra. No entanto, o texto nunca remete para o mapa, o que parece indicar que ambos tiveram uma evolução independente, o que facilmente se compreende tendo em conta a data de impressão mapa (1730) e a da obra onde foi inserto (1736).

O território da província da Beira está delimitado a norte pelo rio Douro, a oeste pelo oceano Atlântico, a sul pelos rios Mondego e Tejo e pela província da Estremadura e a este pelo “Reino de Leão”. Estes dois últimos limites são figurados por uma linha tracejada.

A rede hidrográfica é densa, dominada pelos rios Douro, Vouga, Mondego e Coa e respetivos afluentes. Do litoral, destaca-se a configuração da ria de Aveiro, com as duas restingas pronunciadas que quase fecham a laguna preenchida por várias ilhas. Dos vários conjuntos montanhosos, apenas foram identificados a “sa. d’Alcoba” (atual serra do Buçaco) e a “sa. da Estrela”. A vegetação parece ser mais densa numa área compreendida entre Viseu, Guarda e a serra da Estrela.

O povoamento evidencia uma hierarquia, da qual se destaca a figuração das cidades através de um símbolo de praça abaluartada pentagonal: Aveiro; Coimbra; Lamego; Viseu; Guarda e Almeida. Há, ainda, um símbolo para indicar as praças de guerra ou fortalezas raianas: Castelo Rodrigo (ao lado o símbolo de uma

⁶⁰ L. Chaves, 1927. Ver, também, o estudo de A. S. Coutinho, 2007.



PROVINCIA DA BEIRA
MADURA
Cast Branco
Pte do ALENTEJO

espada parece fazer referência à batalha aí travada na Guerra da Restauração); Alfaiates; Penamacor; Monsanto; Idanha-a-Velha; Idanha-a-Nova; Salvaterra; Segura; Rosmaninhal; Castelo Branco. Trata-se de uma representação que poderia ter usado como fonte principal o mapa de Nicolas de Fer, de 1704.

Estes mapas regionais conheceram uma ampla divulgação ao longo do século XVIII e na primeira metade do século XIX, através de diferentes versões, variantes e reimpressões, tanto portuguesas, como a de Carpinetti ou estrangeiras como a de Laurent, como adiante se analisam. Adicionalmente, constituíram, também, uma importante fonte de informação utilizada por vários autores.

● O contributo das Academias de Fortificação das Províncias

Na segunda metade do século XVIII, aquando do início da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que envolveu as principais potências europeias (aliadas à Grã-Bretanha ou a França) num verdadeiro conflito mundial, a diplomacia portuguesa cedo compreendeu que seria uma questão de tempo até que os dois reinos ibéricos fossem arrastados para o confronto, pelas mãos dos seus principais aliados. Neste contexto, entre 1755 e 1760, foram realizados vários levantamentos/reconhecimentos topográficos e cartográficos, sobretudo nas proximidades das praças-fortes dispostas ao longo da fronteira terrestre, no sentido de se preparar a defesa do País face a uma possível ameaça de invasão territorial.

Estes preparativos ficaram a cargo de diversos engenheiros militares formados na Academia Militar da Corte e nas Academias de Fortificação das províncias. Esta medida visava aproveitar a experiência acumulada aquando da Guerra da Restauração, pois as diversas obras de defesa da fronteira que, entretanto, se haviam construído, transformaram aquelas três províncias numa espécie de laboratório prático para a formação de técnicos e de engenheiros militares, tanto estrangeiros como portugueses. Deste modo, face à iminência de um conflito militar, o engenheiro Miguel Luís Jacob (ca. 1710-1771) foi o responsável por efetuar os levantamentos das fortificações nas províncias do Alentejo e na Beira.⁶¹

Na província de Entre Douro e Minho são conhecidos, pelo menos, dois reconhecimentos cartográficos: um, de autoria de Luís da Silva Brandão (fl. 1758-1776), datado de 1758 e intitulado *Topografia da*

⁶¹ Sobre Miguel Luís Jacob, ver M. T. Conceição, 2011.

*Província de Entre Douro e Minho*⁶²; o outro da responsabilidade de José Martins da Cruz (fl. 1750-1779), Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro, na província do Minho, que elaborou um pequeno “atlas” constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes ali existentes, no ano de 1759.⁶³ As duas obras parecem constituir uma prova da vitalidade da Academia de Fortificação de Viana.

Gonçalo Luís da Silva Brandão, também compôs um mapa da província intitulado *Carta Geographica do Continente da Província de Entre Douro e Minho e de sua Costa Marítima e Raia (nº 3)*. Sobre o autor não se conhece muita informação, embora se admita que iniciou a sua formação em Lisboa.⁶⁴ Pela leitura da dedicatória que fez ao Conde de Oeiras, sabemos que era, nessa altura, Sargento do Número de Infantaria a servir na província do Minho. Sabe-se também que, Silva Brandão, foi o responsável pelo traçado das plantas da Misericórdia de Viana do Castelo, em 1776, confirmando-se a sua presença naquela cidade, o que poderá indiciar que terá frequentado a Academia Militar de Viana, onde, no decurso da sua aprendizagem, deve ter elaborado um álbum ou atlas de mapas, plantas e desenhos relativos à província de Entre Douro e Minho. De facto, o tipo de traço usado parece corresponder mais a um aprendiz no exercício de engenharia do que, propriamente, a um engenheiro. Aliás, o próprio autor, no final da obra, refere: “[...] esta a relação que da fronteira e raia seca, suas praças e territórios, costa marítima e fortes da Província do Minho pode dar o Discípulo de Engenharia, Gonçalo Luís da Silva Brandão, no ano de 1758”.

Trata-se de um mapa manuscrito e aguarelado; está orientado com o Este no topo, encontrando-se a rosa-dos-ventos inscrita sobre o mapa. O título situa-se no canto superior esquerdo, delimitado por um desenho que imita uma sequência de folhas de árvore; a escala gráfica em léguas, permite estimar uma escala média de cerca de 1:300 000.

O mapa figura o território da província de Entre Douro e Minho, confinando com os territórios da Galiza, cuja linha de demarcação a ponteadado foi aguarelada a amarelo e com a província de Trás-os-Montes, delimitada por uma linha ponteadada colorida em tons de rosa. Há, ainda, uma delimitação interna, colorida em tons de lilás, que individualiza a comarca do Porto, tratando-se, também, da linha de separação entre a Província Militar do Minho e o recentemente criado Partido Militar do Porto (1758), que dividia em dois o antigo Governo das Armas de Entre Douro e Minho.

No fundo do mapa, destaca-se, de imediato, a rede hidrográfica que o autor aguarelou a verde, apenas identificando aqueles rios que considerava mais importantes. O relevo foi representado por uma série de “pequenos montes”, dispostos de forma aleatória por toda a província, não apresentando qualquer relação com a variação da altitude ou com a realidade hipsométrica. Apenas alguns destes “conjuntos montanhosos” foram identificados: a serra da Bolhosa, a serra do Gavião (pormenor comum aos mapas de Lescolles e de Grandpré) e a serra do Gerês.

O autor assinalou ainda um vasto conjunto de topónimos, referentes às diversas povoações, que foram cartografadas com dois símbolos diferentes, distinguindo-se as duas cidades (Porto e Braga) das restantes povoações.

⁶² Este álbum encontra-se arquivado na área de Reservados da B. P. M. P., sob a cota RES-Ms 1909 (1). Inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral, para além de um mapa da província e que foi oferecido pelo autor, enquanto «discípulo» de engenharia, ao então Conde de Oeiras e Secretário de Estado do Reino, futuro Marquês de Pombal. Os mapas dos troços de fronteira foram acompanhados por uma pequena descrição do território, salientando-se as informações sobre a possibilidade de travessia dos rios, o estado de transitabilidade das estradas e as condições de defesa.

⁶³ Os vários exemplares cartográficos de Martins da Cruz encontram-se na D. I. E.

⁶⁴ Ver o texto introdutório de Maria Adelaide Meireles à edição fac simile da obra *Topografia da Província de Entre Douro e Minho* (1994).

Não está figurada a rede viária, mas, o autor assinalou as pontes que cruzam os principais rios da província. A defesa da província mereceu, também, especial atenção por parte de Silva Brandão, que assinalou as praças-fortes da fronteira norte, bem como os fortes e fortins que protegiam a costa, desde a foz do rio Minho à foz do rio Douro.

A partir do levantamento das principais características deste mapa, constatámos que apresenta inúmeros pontos comuns com o mapa de Grandpré. De facto, Silva Brandão, terá utilizado o mapa de Grandpré como fonte para o seu trabalho, aproveitando o fundo e uma grande parte dos fenómenos aí inscritos. A partir desta base, o autor procedeu a uma série de “atualizações”, possivelmente porque detinha um conhecimento mais seguro (e direto) da realidade que estava a cartografar, nomeadamente da rede hidrográfica e na toponímia.⁶⁵ No fundo, trata-se de uma nova versão do mapa de Grandpré, mas agora manuscrita, e que terá sido elaborada num contexto de aprendizagem e de aperfeiçoamento técnico dos oficiais com exercício de engenheiro.⁶⁶

Na província de Trás-os-Montes os levantamentos das obras de fortificação foram realizados por José Monteiro de Carvalho (1713-1780). Sabe-se que frequentou a Aula de Esfera do Colégio de Santo Antão e, posteriormente, a Academia de Fortificação, em Lisboa. Depois de ter completado a sua formação em engenharia militar, foi colocado em Trás-os-Montes, em 1751, onde serviu com a patente de “ajudante de infantaria com exercício de engenheiro”.⁶⁷ Integrou a equipa de engenheiros e arquitetos que compunham a denominada “Casa do Risco das Obras Públicas”, criada em 1756 para supervisionar a reconstrução da cidade de Lisboa, após o terramoto de novembro de 1755. Terá sido no desempenho destas funções que ganhou a alcunha de “Bota abaixo” por, alegadamente, ter ordenado a demolição de inúmeras construções em Lisboa receando a sua derrocada.⁶⁸

Tudo indica que, aquando da Guerra Fantástica, terá servido na província do Alentejo, pois existem duas plantas com a sua assinatura, uma da Praça de Campo Maior e outra de Marvão, agora com a patente de “capitão engenheiro”, datadas de julho de 1762⁶⁹. Um ano depois, era apontado como “inspetor de obras”, de novo na cidade de Lisboa, sendo elevado ao posto de sargento-mor de infantaria, em 1767.

É de sua autoria o *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, ...*, impresso em Lisboa na Oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1765, e a *Notícia Astronómica, ou Discurso do Cometa ...*, sem data, mas impresso em Lisboa, na Oficina Alvarense.⁷⁰

Quanto à sua atividade de cartógrafo, para além das plantas das praças alentejanas e de um mapa da província de Entre Douro e Minho, este autor legou-nos um conjunto de 9 plantas das praças da raia da província de Trás-os-Montes, algumas datadas de 1753, assim como um mapa do conjunto⁷¹. Com data de 1751, a *Carta do Rio Mondego, com o projecto p^a. o novo encanam^{to}*, corresponde a uma cópia do mapa levantado em 1703, por Manuel de Azevedo Fortes, tendo o autor assinado como ajudante engenheiro⁷².

Também é de sua autoria o *Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional*, datado de 1752, tratando-se, de uma cópia do denominado “Mapa das Cortes”, utilizado para se

65 L. Moreira, 2011, p. 97.

66 O mapa de Silva Brandão não constitui caso único em que um mapa impresso dá origem a mapas manuscritos. De facto, são conhecidas outras versões manuscritas elaboradas a partir de protótipos impressos do século XVIII, realizadas por militares, como são exemplo a *Carta Geográfica da Província do Minho* [post. 1758], de José Monteiro de Carvalho, ajudante de engenheiro na província de Trás-os-Montes e do mapa *Província do Minho* de António Bernardo da Costa [post. 1762]. Ambos os mapas estão, presentemente, no S. H. A. T. L. Moreira, 2011, p. 98-101.

67 L. Rodrigues, 1995, p. 585.

68 Ver A. de Carvalho, 1977, p. 184.

69 Numa relação dos oficiais engenheiros ao serviço, datada 11 de junho de 1767, José Monteiro de Carvalho figura, ainda, com a patente de capitão (desde 5 de Abril de 1762). Cfr. AHM/DIV/1/06/34/16. Também no I.G.P. existe uma planta de Mértola e dos seus arredores, sem data, com a indicação de capitão engenheiro.

70 Estas obras encontram-se na B.N.P. sob as cotas: S.A. 33169P. e H.G. 6627/2V.

71 São as plantas de Outeiro, Vimioso, Vinhais, Miranda do Douro, Monforte do Rio Livre, Montalegre, Freixo de Espada-à-Cinta, Chaves e Bragança, encontrando-se todas na D.I.E. A planta da província de Trás-os-Montes, encontra-se na mapoteca do I.G.P., com a cota C.A. 75.

72 D.G.T. C.A. 322.

estabelecerem as demarcações da fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis na América do Sul, na sequência da assinatura do Tratado de Madrid, em 1750⁷³. Salienta-se a existência, na Torre do Tombo, do *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*, um manuscrito composto pelas plantas das 37 freguesias da cidade, realizado entre 1756 e 1768 e relacionado, sem dúvida, com a sua atividade de engenheiro na reconstrução de Lisboa⁷⁴. Também é de sua autoria a *Carta Topographica do Paúl e mais terras adjacentes, que junto à Villa de Obidos, pagão á Rainha nossa Snr^a. o terço da novid^e. da sua produção*.⁷⁵

Finalmente, é o autor de alguns mapas regionais do país e que, adiante, serão analisados.

A *Carta Geographica da Provincia de Trás-os-Montes (nº 12)* é um mapa manuscrito e colorido, com uma escala aproximada de 1:410 000 e está orientado para oeste. O mapa está delimitado por uma esquadria, tendo a cartela no canto inferior esquerdo, onde, para além do título, figura uma escala gráfica de cinco léguas portuguesas, o nome do autor e um espaço que não foi preenchido para a dedicatória. Por baixo da escala, está indicado o ano de 1755.

O território figurado está compreendido entre o rio Tâmega a oeste, o rio Douro a sul e a este e a fronteira com a Galiza a norte. A fronteira com Espanha e o limite com a província de Entre Douro e Minho estão indicados com uma linha tracejada.

O elemento que mais se destaca é a rede hidrográfica, tendo o autor identificado os rios principais. A estes, associam-se o relevo e arvoredo, desenhados em perspetiva, mas o autor apenas identificou as serras do Marão e do Gerês. Quanto aos elementos humanos, os núcleos de povoamento foram desenhados com uma simbologia que permite estabelecer uma hierarquia, embora nenhuma legenda tenha sido acrescentada; destacam-se as praças de guerra, identificáveis pelas muralhas abaluartadas que ostentam. Foram assinalados alguns itinerários viários, numa cor diferente – tal como seis topónimos – o que poderá indiciar que tenham sido acrescentados posteriormente. Embora não se trate de uma cópia, é muito possível que o autor tenha utilizado o mapa desta província elaborado por Grandpré, como a sua principal fonte.

Cerca de vinte anos após a conclusão do mapa de Trás-os-Montes, José Monteiro de Carvalho compôs aquele que terá sido o seu último trabalho cartográfico. Esta obra é composta por um conjunto de quatro mapas regionais de Portugal – Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes; Beira; Estremadura; Alentejo (não se conhece a folha correspondente ao Algarve) – que permaneceram manuscritos. Ainda que não se lhe possa atribuir uma utilização específica, o facto é que dá uma atenção especial às principais obras militares.⁷⁶

Os mapas são de grandes dimensões, aproximadamente 133 x 95 cm (com algumas variações entre as folhas), todos têm orientação e uma escala gráfica em léguas portuguesas. Todas as folhas estão ornamentadas por uma cercadura com círculos e, dentro destes, foram incluídos plantas ou vistas de vários castelos, fortalezas e povoações das diferentes províncias de Portugal. No caso do mapa que representa as de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, o autor terá, provavelmente, aproveitado o mapa que elaborou enquanto serviu nesta última província.

⁷³ A cópia conserva-se na B.N.P., sob a cota D. 114 R.; A. CARVALHO, 1977, p. 198. Sobre o mapa original e suas cópias e variantes. M. C. Ferreira, 2001.

⁷⁴ A.N.T.T., PT/TT/CF/153.

⁷⁵ D.G.T. C.A. 119.

⁷⁶ Os mapas conservam-se sob a cota D. 156 R., D. 157 R., D. 158 R. e D. 159 R. Cf. A. Carvalho, 1977, p. 184-185.

As folhas das províncias da Estremadura e do Alentejo estão orientadas para este, enquanto as folhas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e a da Beira, estão orientadas para norte. As cartelas onde o autor colocou o título e a dedicatória, encontram-se no topo da folha: *Carta Geographica da Provincia* [Estremadura, Entre Douro e Minho e Tras os Montes, Beira ou Alentejo] *que A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal oferece o Sargento Mor Engenheiro José Monteiro de Carvalho.*

Na folha que corresponde às províncias situadas a Norte do rio Douro, na cartela, o autor indica “Dedicado A Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom...Nosso Senhor por Joseph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro”, o que faz pressupor que o mapa tenha sido preparado nos finais do reinado de D. José I. Após a morte do monarca, as restantes províncias foram dedicadas a D. Maria I. Deste modo, podem-se datar os mapas entre 1776 ou 1777 e a data da morte do autor ocorrida em 1780.

Nos fenómenos representados destaca-se o desenho da rede hidrográfica, a figuração do relevo de forma pictórica, mas sem identificar qualquer serra, o povoamento e a toponímia, os fortes e fortalezas. A rede viária não está presente.

Em todo o caso, estes mapas das províncias, foram elaborados como “mapas de gabinete” e tiveram uma circulação muito restrita e limitada, uma vez que permaneceram manuscritos. Seguramente, eram documentos mais para mostrar do que para serem consultados, ainda que a sua decoração com as praças-fortes e castelos, remeta para um contexto bélico, que se justifica com a crise diplomática e militar que opôs os dois reinos ibéricos entre 1775 e 1777, a propósito da disputa de territórios no Sul do Brasil e da Colónia do Sacramento, no Rio da Prata.

A *Carta Geographica da Provincia da Beira (nº 25)* tem uma escala de ca. de 1:385 000 e figura o território entre os rios Douro e Tejo, a fronteira terrestre e o oceano. A parte sudoeste do mapa, compreendida entre os rios Ocreza e Mondego, pertence à província da Estremadura, estando separada da da Beira por uma fina linha pontuada. A cercadura do mapa está decorada com vistas e plantas do Castelo da Feira; Segura; Gouveia; Serolico (sic); Castelo Rodrigo (planta); Belmonte; Aveiro; Castelo Rodrigo (vista); Pinhel; Sabugal; Penamacor; Covilhã; Lamego; Segura; Almeida; Alfaiates e Viseu.

A rede hidrográfica é o fenómeno que mais se destaca, associando-se ao grande número de pequenos montes que figuram o relevo, muito embora apenas estejam identificadas as serras d’Alcoba e da Estrela. As povoações e respetivos topónimos, também mereceram uma atenção especial do autor, assim como as praças e fortalezas da fronteira.

Por sua vez, a *Carta Geographica da Provincia da Estremadura (nº 33)* desenhada numa escala ca. 1:535 000, está orientada para este e centrada na cidade de Lisboa. No canto superior esquerdo, dentro da esquadria, apresenta as armas de Portugal. A cercadura está preenchida com plantas e vistas de várias localidades: castelo de Lisboa (planta das muralhas); Torre de Belém; Torre de S. Lourenço da Barra; Castelo de Almourol;

Castelo da Feira

Gouveia

CARTA GEOGRAFICA DA PROVINCIA DA BEIRA AOS MARQUES DE PINDAREMA A VIZINHA DA SERRA D'AMARILHA PELO SARGENTO MORAO TUDANTE DA COMARCA DO LISBOA EM TOPO DO MONASTERO DE CARVALHO

Serico

Castelo Rodrigo

Belmonte

Vizeu

Aveiro

Alfaiates

Castelo Rodrigo

Alameda

Pinhel

Segura

Ponte de 8 Leguas Portuguezas

Lamego

Covilhã

Penamacor

Sabugal



Praça de S. Julião da Barra (planta); Forte de Sto. António da Barra (planta); Castelo de Leiria; Arcada de Águas Livres no rio de Alcântara; Castelo de Lisboa; Cidadela de Peniche (planta); Castelo de Almada; Castelo de Palmela; Setúbal (planta); Castelo de Alfeizerão; Castelo de Alcobaça; Castelo de Porto de Mós. Há um espaço que deveria ter uma planta ou vista, mas que não foi preenchido.

Tal como no exemplar da Beira, destaca-se a figuração da rede hidrográfica, dos núcleos de povoamento, da rede viária e das obras de fortificação. São poucos os pequenos montículos desenhados em perspectiva, mas as árvores que representam a vegetação são abundantes.

Atendendo a todas estas características, as fontes mais prováveis para esta obra poderão ser os mapas das províncias, na sua versão Grandpré, Laurent, Carpinetti ou Tomás López (analisados adiante) ou o mapa de Portugal de Thomas Jefferys, de 1762. As plantas e as vistas dos castelos, fortalezas e vilas cercadas, podem corresponder a trabalhos realizados pelo autor ao longo da sua carreira.

● A Guerra Fantástica (1762)

Portugal, que no início da Guerra dos Sete Anos assumiu uma posição de neutralidade, viu as suas relações diplomáticas com a França degradarem-se rapidamente em sequência do chamado “caso de Lagos”.⁷⁷ À medida que o conflito evoluía, a França procurou atrair para a sua esfera de influência as monarquias da família Bourbon, incluindo Portugal no denominado “Pacto de Família”. Contudo, as opções geopolíticas portuguesas levaram a optar pela velha aliança britânica, mesmo que tal implicasse sofrer uma invasão territorial que viria a concretizar-se na primavera-verão de 1762, dando origem àquela que ficou conhecida como Guerra Fantástica.

A invasão franco-espanhola de 1762, teve como principal teatro de operações a província de Trás-os-Montes. Em pouco tempo, as principais praças renderam-se e foram ocupadas por guarnições espanholas. Ao que tudo indica, o principal objetivo seria a conquista da cidade do Porto, mas a resistência oferecida pelas milícias impediu os invasores de entrar na província de Entre Douro e Minho. Assim, no início de julho, o Estado-maior espanhol decidiu interromper a invasão por Trás-os-Montes, abandonando a maioria das fortalezas conquistadas, com exceção das de Chaves e de Bragança, e transferiu o teatro das operações para a Beira Baixa.

⁷⁷ Este “caso” consistiu num ataque naval inglês a uma frota francesa nas costas portuguesas, sem que Portugal, oficialmente Estado neutral, fizesse qualquer tentativa de impedir a violação das suas águas por parte da armada inglesa. Para aprofundar o contexto da entrada de Portugal neste conflito e todo o desenrolar da campanha militar, ver A. Barrento, 2006.

56 Sobre o impacto deste conflito no arquipélago, ver Sérgio Fontes Rezendes, 2009.

57 Atonieta Reis Leite, 2012, p. 324.

58 Tal como já havia acontecido aquando dos levantamentos hidrográficos realizados no arquipélago da Madeira, esta colaboração luso-britânica nunca foi divulgada. Maria Helena Dias, 2014, p. 4-15.

Este teatro de operações ficou registado no *Mapa da prov.a de Tras os Montes e Minho*, 1762 (nº 13). São conhecidas duas versões, uma dedicada a “El Rey N. S.” e outra dedicado “ao Illm.º e Exm.º Senhor Francisco Xavier de Mendonça, Ministro e Secretário de Estado da Marinha”, ambas da autoria de I. E. M. S. Lamentavelmente, não foi possível identificar o nome do autor do mapa (ou de quem o dedicou) pelas iniciais. Em todo o caso, trata-se de um mapa que ilustra o teatro das operações nos primeiros dois meses da ofensiva espanhola.

O mapa figura o território das duas províncias situadas a norte do rio Douro, fazendo fronteira com a “Parte de Galiza”, indicada por uma linha tracejada. No canto superior direito está a cartela ornamentada e no canto direito, fora da mancha gráfica, a escala gráfica de sete léguas; sobre o oceano, foi desenhada uma rosa-dos-ventos que indica o norte; o mapa exhibe, ainda, os paralelos dos 41º e 42º graus de latitude norte.

A rede hidrográfica e os núcleos de povoamento são os dois fenómenos que se destacam, sendo que o relevo, representado por pequenos montes, fazem a separação física entre as duas províncias. No caso do território transmontano, os rios principais foram identificados e a toponímia é relativamente abundante. Identifica-se, pela simbologia, uma hierarquia de povoamento, contudo, a ausência da legenda impede a interpretação deste fenómeno; Miranda e Chaves, foram figuradas com um símbolo de fortificação.

Um único itinerário foi registado, aquele que ligava a cidade do Porto à vila de Chaves, o que se compreende, atendendo ao facto de segunda praça permanecia ocupada pelo exército espanhol e que poderia utilizar esta estrada como via de invasão. Assim, houve preocupação por parte do autor em localizar as pontes que permitiam a travessia dos rios, naquelas duas províncias. Num pormenor curioso, o autor individualiza um território compreendido entre a fronteira de Portugal e da Galiza, identificado como “Mistos” e que corresponde ao Couto Misto, cuja posição “neutra” – nem português, nem espanhol – seria vista como estranha num conflito envolvendo os dois reinos.

Embora não tenha sido possível filiar este mapa noutros conhecidos, pelas características gerais que apresenta, o autor deve ter copiado a sua base a partir de um outro mapa impresso conhecido, acrescentando, atualizando e emendando a informação nele contido.

Para auxiliar as forças portuguesas nesta campanha, a Coroa solicitou o apoio do governo inglês, que enviou um contingente militar liderado pelo conde de Shaumburg-Lippe, com a missão mais alargada, a partir do final do conflito, de reformular a orgânica, a composição, as táticas e o armamento do exército português, modernizando-o à semelhança de outros congéneres europeus.

Neste sentido, vários engenheiros militares estrangeiros, alguns dos quais contratados por Portugal para trabalharem nas demarcações das fronteiras do Brasil, os outros integrando o contingente militar que acompanhou o conde de Lippe ou contratados diretamente pelas autoridades portuguesas, também deixaram o seu contributo para o reconhecimento cartográfico regional do país, como Jean Benoit Python ou João Bento Python (17..-1794) – cujo papel adiante se analisa ou José Champalimaud de Nussane (1733-1799), autor do

Mappa Topografico da Provincia Entre Douro e Minho mostrando os principais passos susceptiveis de defesa no tempo de guerra e a sua fôrça, com as notas necessarias para a intelligencia de hum Official General etc. Levantado e riscado, por Ordem de Sua Magestade Fidelíssima pello sargento Mor Engenheiro Jozé Champalimaud de Nussane em 1786.

Mas, outros exemplos poderíamos dar, como José Maria Cavagna⁷⁸ (fl. 1750-1765), contratado para trabalhar nas demarcações das fronteiras do Brasil, autor da *Carta Topografica da Raya desta provincia do Minho que divide o Reyno da Galliza, as Provincias de Traz-os-Montes, e Porto; na qual se mostra também adisquirição [sic] dos districtos, e postos em que há trincheiras, e redutos feitos de novo, e reedificados em vestigios antigos, peças de Artilharia, e moniçoens, e em q. Postos da Raya Seca estão plantadas; e que ordenanças os guarnecem, e com que armas estão armadas pelos Postos da mesma Raya seca em defeza da prezente guerra oposta aeste Reyno pelo inimigo Castelhana; mandado fazer pelo Illmº. E Exmº. Sor Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado Marechal de campo dos Exércitos de Sua Mage. EGnal. Das Armas desta Província. Vianna 8 de Março de 1763 feita pelo capitão José Maria Cavagna.*

Os irmãos Louis d'Alincourt (1730-1783) e Francisco d'Alincourt (1733-1816) também deixaram o seu contributo, em especial nas províncias da Beira e do Alentejo. O primeiro, elaborou a *Carte militaire de la province de Beira, divisée en haute et basse, levée par ordre de S. A. Monseigneur le Comte Regnant de Schaumbourg Lippe, Marechal G.l des Armées de S. M. F. F. ; par Louis de Alincourt*, em 1762, bem como a *Copia do mappa de parte das Provincias do Alem Tejo, Beira e Trás os Montes fronteiras de Hespanha... / Cuja planta foi levantada melitarm.te por Luis d'Alincourt... ; e delineada pelo Capp.am do Real Corpo de Engnro C. J. G. C.*⁷⁹ ; do segundo, é conhecida a *Copia do mappa de huma parte do Alemtejo, e da Beira: que no anno de 1763 deu a copiar o Conde Reynante de Chaumbourg Lippe a Fran.co d'Alincourt que antão era junto ao Quartel General, no qual não consta mais do que vai signalado, carecendo ser continuado a detalhar, e nele estão apontados os acampamentos que o dito Senhór fês com o exercito de Sua Magestade Fidelissima / deliniado pello Cappitão Engenheiro Camilo Jozé Gomes Castellão ; copia do original q. esta na minha mão, Fran.co d'Alincourt, Coronel.*⁸⁰

Em Janeiro de 1763, depois de terminadas as principais ações militares em território português, mas ainda antes dos dois países assinarem o tratado de Paz, o que só aconteceu no mês seguinte, o Governador das Armas da província de Trás-os-Montes e, simultaneamente, Comandante General do Exército da província do Minho, George Cary, ordenou o levantamento de um mapa da fronteira do território de Entre Douro e Minho, com nítidos propósitos de defesa militar⁸¹. Intitula-se *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illmo e Exmo S.º D. Jorge Cary do Conselho de S. Magestade Tenenete General de Seus Exercitos Governador da provinci de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto &ª, por Jean Benoit Python*⁸² (nº 4).

Trata-se de um mapa manuscrito, colorido, com uma escala aproximada de 1:255 000 e representa os limites da dita Província, dando especial destaque aos elementos geoestratégicos, especialmente os locais de travessia de rios, portos de montanha e alguns itinerários viários. A natureza militar do mapa está bem eviden-

Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illmo e Exmo S.º D. Jorge Cary do Conselho de S. Magestade Tenenete General de Seus Exercitos Governador da provinci de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto &ª, por Jean Benoit Python, 1763

78 LD.G.T., CA 67.

79 D.I.E. 1864-2-20-29 e 509-1-4-7.

80 D.I.E. 510-1-4-7. M. H. Dias, 2007, p. 38.

81 O brigadeiro George Cary foi um dos vários oficiais superiores britânicos que chegaram a Portugal em junho de 1762, mas que integraram o Exército português. Assim, no dia 6 desse mês, Cary foi nomeado Marechal de Campo e promovido a Tenente-General no dia 6 de novembro de 1762.

82 Sobre este autor, ver S. Viterbo (vol. II, 1988, p. 330-331) e M. C. Ferreira (2001, pp. 252-254). Para além deste mapa, Python foi responsável pela elaboração da planta da praça-forte de Valença, datada de 1763.

Mappa da Fronteira da Prov. do Minho

Feillo por ordem do Ill.^{mo} Ex.^{ma} S.^{or} D. Jorge Cary do Conselho de S. Mag.^{de} Tenente General de seus Exercitos Governador das Armas da Provincia de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto. &c

Feito, e Designado p.^{to} Cap.^{am} de Inf.^a como Exercicio de Engenheiro Joao Bento Pylhon no mez de Janeiro de 1763.

COMANDO GERAL D' ENGENHEIRIA
ARQUIVO DE DESENHOS
N.^o 27



Provincia do

Explicação do Mappa

- ☐ Signifique Praça de Guerra
- ☐ Castello
- Cidada
- ⊙ Villa
- ⊙ Lugar
- Intrincheiramentos
- * Partes a honde se pode desembarcar
- Bivizão da Arraya Seca.

Minho.

Tras dos Montes.
Chaves
R. Tamaga
Montes.

Rio Douro

Provincia da Beira

Legoas Portuguezas.

ciada no facto de todo o “interior” da Província estar vazia de informação, sendo aí que o autor colocou a legenda e a rosa-dos-ventos. O título encontra-se dentro de uma cartela que representa um pergaminho desenrolado, no canto superior direito.

O relevo foi representado por uma mancha de cor. As povoações figuradas no mapa, hierarquizadas em “Praça de Guerra”; “Cidade”; “Villa” e “Lugar”, são apenas aquelas que se localizam nos limites da Província, ou ao longo dos itinerários cartografados: a estrada do Porto a Viana e daí a Melgaço. Na mesma legenda, o autor indica os “Castellos”, os “Entrincheiramentos” e as “Partes honde se pode desembarcar”, elementos que permitiam planear a defesa da Província na raia e no litoral. Um grande destaque foi dado à defesa das pontes de Cavez e de Mondim de Basto, por dominarem a travessia do Tâmega e controlarem a estrada de Chaves, a via mais direta em caso de invasão.

O mapa evidencia, deste modo, o dispositivo defensivo preparado pelo Exército português para conter a invasão espanhola na Província de Trás-os-Montes, impedindo-a de avançar sobre a cidade do Porto. Fosse pela eficiência desta linha de defesa, pela eficácia das guerrilhas transmontanas, ou pela falta de iniciativa do inimigo, o facto é que na Província de Entre Douro e Minho, a guerra foi, ainda mais, “Fantástica”.⁸³

● As novas versões dos mapas regionais

João Silvério Carpinetti (17.-1803), foi um impressor português, de origem italiana, que exerceu a sua atividade em Lisboa (daí assinar algumas das suas obras com o epíteto “lisbonense”), tendo-se destacado na impressão de imagens de santos, utilizando o método da água-forte.⁸⁴ A coleção de mapas regionais que editou foi integrada num pequeno volume intitulado, genericamente, *Mappas das Provincias de Portugal* dedicado ao então conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo.⁸⁵ A completar o título, o autor indica que estes mapas foram “novamente abertos, e estampados em Lisboa”, o que pressupunha, desde logo, que seriam mapas refeitos a partir de material pré-existente.

De facto, na “advertência” que serve de introdução, Carpinetti acrescentou que, sabendo da falta de mapas provinciais, decidiu emendar os mapas existentes que, à partida, seriam os de Grandpré. A sua principal preocupação foi a de corrigir a posição dos lugares cartografados, bem como as estradas de algumas províncias, nomeadamente da Estremadura e do Alentejo. Contudo, e porque isso iria implicar um novo trabalho

⁸³ L. M. Moreira, 2013.

⁸⁴ E. Soares, 1940, pp. 157-158.

⁸⁵ Tivemos acesso aos exemplares existentes na B. N. P., sob a cota C.A. 203 P e na B. P. B., sob a cota HG 3370 V.

de levantamento de coordenadas geográficas, o autor acabou por admitir que não emendou a totalidade dos erros e abandonou o projeto de lhes acrescentar uma rede cartográfica.

O contexto de ameaça de invasão territorial e de guerra que Portugal enfrentou em 1762, terá feito aumentar a procura pelos mapas das províncias. A prova evidente de que estes mapas tiveram grande recetividade entre o público foi o facto de serem vendidos na loja de Francisco Manuel, em Lisboa, e de serem reeditados pouco tempo depois, desta vez dedicados ao já Marquês de Pombal⁸⁶.

O autor juntou uma “Ilustração aos Mapas das Províncias de Portugal”, onde fornece conselhos e explicações simples sobre a leitura e interpretação dos mesmos, nomeadamente sobre o uso do *petipè*, perfeitamente desnecessário se os mapas se destinassem a um público familiarizado com a linguagem cartográfica. Acrescentou, ainda, uma breve descrição de cada uma das províncias⁸⁷.

Os mapas de Carpinetti, parecem corresponder a uma versão ligeiramente “retocada” a partir da de Grandpré. As dimensões dos mapas são idênticas à anterior impressão de 1730 e surgem, também, insertos numa esquadria, estando todos numerados. As cartelas com o título apresentam configurações diferentes, sendo mais “geométricas” e simples para as províncias do Entre Douro e Minho e do Algarve e um pouco mais “barrocas” para as restantes; a escala gráfica localiza-se, sempre, na parte inferior dos mapas e fora da esquadria, sendo um segmento de reta dividido em nove partes, em “Léguas portuguesas de 18 ao grau”.

Fora da esquadria, os mapas figuram no canto inferior esquerdo, a indicação “Carp. Sc.” e no canto inferior direito a inscrição “Lx^a. 1762”, com exceção dos mapas das províncias de Entre Douro e Minho e da Beira, que não apresentam qualquer indicação do autor, local de impressão, de edição ou data. Os elementos cartografados, assim como a simbologia utilizada para os representar, não sofreram, praticamente, qualquer alteração, com a exceção da rede viária que foi incluída nesta versão, exceto nos mapas das províncias de Entre Douro e Minho e Beira.

Recorrendo ao mapa da *Província da Estremadura (nº 32)*, podemos afirmar que, genericamente, não se detetam modificações significativas.⁸⁸ Assim, a rede hidrográfica manteve-se quase inalterada, apenas se verificaram algumas correções pontuais, acrescentando ou eliminando rios ou nomeando outros que não estavam presentes. As “serras” foram representadas pelo mesmo símbolo.

As povoações foram figuradas recorrendo a três símbolos diferentes: o circuito “abaluartado” para as povoações mais importantes (cidades): “se são por modo de uns quadrados, com umas pontas para fora, mostra que é fortaleza [...]”⁸⁹, um pequeno conjunto de casas e, para todas as outras, um pequeno círculo. O autor distinguiu as cidades arquiépiscopais e episcopais representadas pelas cruzes correspondentes. Alguns topónimos foram corrigidos ou a sua grafia atualizada.

A linha de demarcação dos limites das províncias foi figurada por uma linha pontuada e, tal como o autor já havia referido, os erros de posição na localização de alguns fenómenos inscritos no mapa não foram alterados, pelo que se mantêm como na primeira versão.

86 Um exemplar desta reedição do “Atlas” de Carpinetti, encontra-se na B. N. P. com a cota C.A. 312 P. A sua data de edição tem de ser posterior a 1769, ano em que o até aí Conde de Oeiras recebeu o título de Marquês de Pombal. Em todo o caso, não existem diferenças assinaláveis entre as duas edições dos Mapas. Dado que a reutilização e alteração de chapas de impressão era um processo de custos elevados, o impressor, de modo a garantir lucros nas vendas, devia estar seguro da existência de um público seguro.

87 S. Daveau, 1993.

88 L. M. Moreira, 2011, p. 78-82.

89 J. S. Carpinetti, 1993. Deste modo, o autor esclarece-nos que estes símbolos não se destinam, exclusivamente, às cidades ou vilas, mas para todas as localidades amuralhadas.

Depreende-se que a matriz utilizada para a elaboração destes mapas foi a de Grandpré, mas agora numa edição autónoma, constituindo uma espécie de atlas de bolso ou portátil, muito em voga, por exemplo, entre os geógrafos e editores franceses, uma vez que era um modelo que garantia sucesso editorial e retorno financeiro. Assim, Carpinetti refere: “eu contudo, sabendo a grande falta que destas Províncias havia, quando todos as buscavam, tomei sobre mim este dificultoso trabalho [emendar e atualizar mapas]: e vendo que as que até agora corriam eram cheias de inumeráveis erros, fiz toda diligencia por emendá-las, não omitindo coisa, que a isto conduzisse”.

Os mapas regionais de Carpinetti, de 1762, conheceram mais edições e reimpressões diferentes, o que prova bem a longevidade e persistência destas imagens regionais, face à inexistência de mapas mais recentes e atualizados. Um destes exemplos é o mapa *Provincia de Tras-os Montes (nº 18)*, que faz parte do *Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e Algarve*, editado em 1826. Uma análise mais atenta revela que este exemplar, tal como os restantes mapas que compõem o atlas, deve ser filiado nos protótipos de Grandpré.

Não só o tipo de letra, a cartela e a escala (*petipé*) são as mesmas, como são os principais fenómenos representados: o desenho dos montículos a figurar o relevo; a rede hidrográfica; a simbologia do povoamento; a linha tracejada para a fronteira, sendo o único elemento “novo” a rede viária e, muito embora Carpinetti já a tivesse acrescentado no seu mapa, esta tem uma configuração muito diferente. O mesmo pode ser dito sobre o mapa *Reyno do Algarve (nº 60)* que, não obstante não poder ser datado com todo rigor, deverá ser, também, uma edição de 1826.

Resta tentar explicar a necessidade de reimpressão, ou de reedição, destes mapas regionais. Como já foi dito, desde a Revolução Liberal de 1820, procurava-se implementar uma nova divisão administrativa, contudo, necessidades políticas mais prementes impediram a concretização imediata deste projeto: preparar as eleições para as Cortes Constituintes que aprovaram a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, em 1822 e as subsequentes revoltas absolutistas, Vilafrancada (1823) e Abrilada (1824). Assim, só após a outorga da Carta Constitucional em 1826, as Cortes puderam constituir uma nova comissão encarregue da questão da divisão territorial, tendo os seus responsáveis solicitado ao Arquivo Militar mapas de apoio para as tomadas de decisão e para a elaboração das novas propostas de arranjo territorial, sendo que, nesta fase, ainda se considerava a manutenção das tradicionais províncias, pelo menos enquanto circunscrição eleitoral.⁹⁰

Neste contexto, o pequeno atlas voltou a revelar-se útil, como seria, de novo, em 1843, altura em que, após a aprovação de um novo Código Administrativo, se voltava a discutir a divisão territorial.

Uma outra versão dos “Mapas das Províncias”, desta feita, gravados por Laurent, foi inserta na segunda edição do roteiro elaborado por João Bautista (ou Baptista) de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, em 1762.⁹¹ Contudo, também são conhecidos exemplares avulsos ou agrupados em álbuns, embora não possamos saber, com todo o rigor, a sua data de elaboração.⁹²

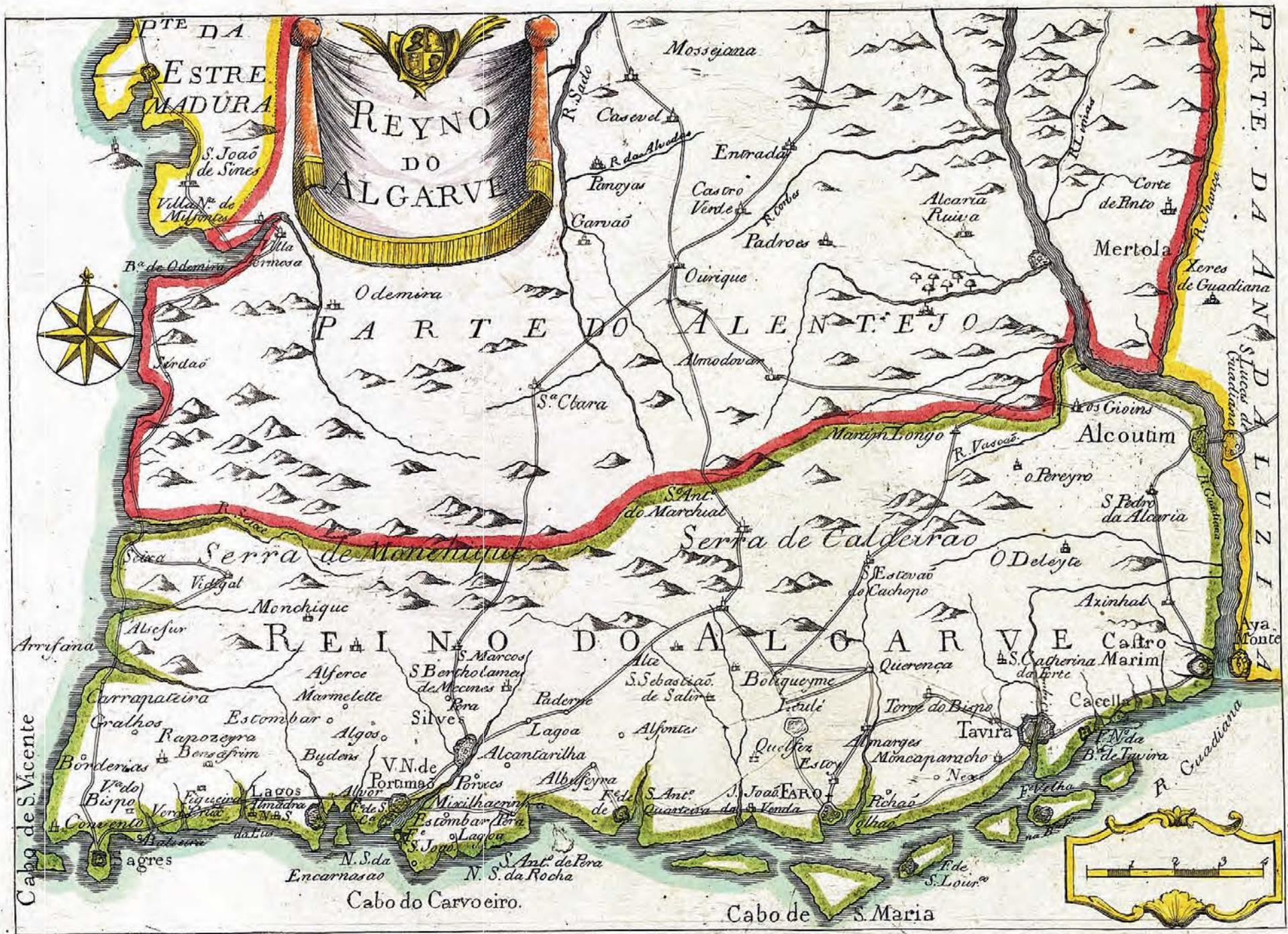
Não se conhecem muitos pormenores sobre a vida e obra de Laurent. A sua atividade de gravador terá sido desenvolvida em Paris, pois aí localiza alguns dos seus trabalhos conhecidos incluindo, pelo menos, dois dos

90 L. Silveira, 1997, pp.72-73.

91 *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 2ª ed., Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762. Bautista de Castro, na introdução à sua obra, refere que “Advirto que para a formatura deste Mappa me vali da Carta de João Bautista Homannu impressa no ano de 1736...”.

92 Nem todos os exemplares conhecidos do *Mappa de Portugal* têm os mapas de Laurent, outros apresentam uma versão diferente, gravada por Carpinetti.

(7)



mapas das províncias portuguesas (os mapas das províncias da Beira e da Estremadura exibem a inscrição “Lutecia”).⁹³ Em Paris, e pelo menos durante a década de 1750, terá travado conhecimento com alguns livreiros cujos negócios se estendiam a Portugal, nomeadamente Pedro Gendron (172. -17..), ele próprio editor de um mapa de Portugal, em 1754, bem como de outros documentos cartográficos, entre os quais o *Atlas o Compendio Geographico del globo terrestre, dividido en impérios*, de 1756, sendo Laurent o gravador do mapa das costas da Península Ibérica aí incluso. Este relacionamento, terá permitido que Laurent tivesse acesso a fontes cartográficas portuguesas.⁹⁴

Os mapas mantêm as características gerais dos seus congéneres, tanto nas dimensões físicas, como nos elementos cartográficos e nos fenómenos representados. De notar que, à semelhança dos mapas de Grandpré, a escala gráfica figura na cartela do título, muito embora o autor não tenha indicado qualquer valor de referência. Todos os mapas gravados por Laurent figuram a rede viária, muito semelhante aos mapas de Carpinetti, apenas se evidenciando algumas diferenças de pormenor. O mapa da Estremadura é o único que está orientado com o oeste no topo.

No mapa da Província de Entre Douro e Minho (nº 2), a cartela encontra-se no canto superior do mapa e inclui, dentro de uma elipse, o título que identifica o mapa: *Provincia de Entre Douro e Minho*. Sob o título, figura a escala gráfica, dividida em três partes, sem qualquer indicação da unidade de medida. O nome do gravador também figura, sob a escala: *Laurent Sculp.*⁹⁵ Comparativamente com o mapa de 1730, a figuração e distribuição do relevo, assim como da rede hidrográfica, da configuração da linha de costa, dos núcleos de povoamento e das fortificações, não sofreram qualquer atualização ou correção. A única alteração visível é a inclusão de uma rede viária, estruturada em torno de alguns eixos principais.

Ainda nos anos de 1762-1763, houve uma terceira versão das Províncias de Portugal, mas desta vez editada em Madrid, sob patrocínio do geógrafo Tomás López (1730-1802), que publica os mapas em forma de atlas, denominando-o *Mapa del Reyno de Portugal construido, segun las mas modernas memorias* e acrescenta “este Mapa General, com las seis Provincias separadas, donde por menor se expresan los Pueblos de Portugal, forman el Atlas completo de este Reyno”.

Em Espanha, alguns estadistas espanhóis, como Jorge Juan e o Marquês de la Ensenada, haviam proposto o levantamento de um mapa do país, de acordo com as então mais recentes técnicas topográficas, à semelhança do projeto que, entretanto, se completava em França, sob direção da família Cassini. Para dar seguimento a este propósito, alguns “pensionistas”, entre os quais, Tomás Lopez, foram enviados para Paris, de forma a instruírem-se em técnicas cartográficas e na gravação de mapas. Lopez ali permaneceu entre 1752 e 1760, assistindo a vários cursos de matemática no Colégio Mazarin e trabalhando nas oficinas de J.B de Bourguignon D’Anville, onde terá conhecido o gravador Guillaume Delhaye. De regresso a Madrid, estabeleceu-se como cartógrafo, gravador e editor, seguindo as linhas orientadoras dos seus mestres franceses⁹⁶.

Apesar de terem sido publicados no mesmo ano das versões Carpinetti e Laurent, estes mapas

93 Laurent, possivelmente, Laurent Denis, colaborou com outros autores, entre os quais Jean Baptiste Nolin, sendo o gravador dos mapas *Carte des environs de Paris...* e a *Carte des Pays Bas Catholiques...*, ambas de 1756.

94 A este propósito, o ministro espanhol D. Pedro Campomanes referiu “[...] este mesmo Mapa de Gendron [1754] se ha subdividido en otros mapas particulares de las provincias de Portugal; pero caen por su corto tamaño en el mismo Inconveniente que los de [D. Luís Caetano de] Lima”. Assim, o autor espanhol pode ter revelado a origem destes mapas regionais, podendo ser datados de entre 1755 e 1760. P. Campomanes, 1808, p. XI.

95 No mapa do Entre Douro e Minho, não há qualquer referência ao local de gravação/impressão.

96 A. Hernando, 2008.

regionais espanhóis revelam características distintas. Assim, se o *Mapa de la provincia de Alentejo* (nº 46) se revela muito próximo das outras versões, tanto na sua configuração como nos fenómenos que figura, o *Mapa de la provincia de Beira*, (nº24) tem características, na sua base, muito distintas, mais parecidas com o mapa de Nicolas de Fer, de 1704. Em todo o caso, tal não significa que não se possam apontar os mapas regionais de Grandpré, Laurent e de Carpinetti como as fontes principais consultadas pelo geógrafo espanhol.

A partir da última década do século XVIII, Viena disputou o lugar de principal centro difusor de Cartografia da Europa Central (pelo menos entre os Estados de língua alemã) juntamente com Augsburgo, Nuremberga, Berlim e Weimar. Foram então publicados vários atlas mundiais produzidos na Áustria, cuja concretização muito deve ao labor de Franz Anton Schraembl (1751-1803) e Franz Johann Joseph von Reilly (1766-1820), tendo os autores trabalhado em parceria.

Von Reilly era um bem-sucedido livreiro e comerciante de arte que, nos finais do século XVIII, decidiu tornar-se editor de mapas, tendo produzido mais de 800 diferentes imagens, entre 1789 e 1806. A maior parte destes mapas foram incluídos nas suas duas obras mais famosas: o atlas denominado “das cinco partes do mundo” de 1792, *Schauplatz der fünf Theile der Welt*, ainda que apenas cobrisse a Europa; e o *Grosser Deutscher Atlas*, de 1796, um verdadeiro atlas mundial, o primeiro a ser produzido na Áustria.⁹⁷

Para a produção de imagens cartográficas referentes a Portugal, Von Reilly merece um destaque especial, na medida em que não só produziu um mapa do conjunto de Portugal, como também editou mapas das províncias portuguesas. Estas imagens parcelares do território português foram difundidas no seu *Schauplatz* referente ao continente europeu. Ao todo são oito os mapas das seis províncias portuguesas e dos arredores de Lisboa, todos eles numerados: *Die Landschaft en Entreduero e Minho und Traz-Los Montes n° 526*; *Die Landschaft Beira n° 527*; *Die Landschaft Alentejo noerdlicher Theil n° 528*; *Die Landschaft Alentejo südlicher Theil n° 529*; *Die Landschaft Estremadura noerdlicher Theil n° 530*; *Die Landschaft Estremadura südlicher Theil n° 531*; *Das Königreich Algarvien n° 532*; *Die Gegend von Lisabon n° 533*. Todos os mapas apresentam dimensões semelhantes, ca. 23 x 26 cm e, ainda que as suas escalas variem bastante de exemplar para exemplar, situam-se entre ca. 1:240 000 na imagem de Lisboa e os 1:970 000, para o mapa da Beira. Depois das edições portuguesas de Grandpré e de Carpinetti e das diferentes edições de Tomás López, as imagens regionais foram resgatadas e divulgadas para um público fora da Península Ibérica.

Tendo à vista os exemplares *Der Landschaft Alentejo Noerdlicher Theil* (nº 47) e *Der Landschaft Alentejo südlicher Theil* (nº 48), que compõem a província do Alentejo, é possível identificar a obra de Tomás López como fonte principal do atlas austríaco. Contudo, não terão sido os mapas regionais do autor espanhol a fornecer a informação, mas antes o seu mapa de Portugal de grandes dimensões, editado em Madrid, em 1778.

Tal como aconteceu aquando da Guerra da Restauração no século XVII, a presença de técnicos militares originários de diferentes escolas europeias durante a Guerra Fantástica contribuiu para uma renovação da

97 J. Dörflinger, 1981, p. 65 - 71 e 2003.

cartografia nacional, tanto mais que muitos destes engenheiros militares acabaram por se estabelecer em Portugal, dando continuidade aos seus trabalhos e transmitindo os seus conhecimentos. Os exemplares cartográficos elaborados neste contexto, evidenciam uma evolução qualitativa relativamente aos anteriores. Assim, para além dos espaços que envolvem as praças de guerra e as fortificações, também foram realizados esboços das áreas fronteiriças, nos quais, para além do relevo (geralmente representado por sombreados) e da rede hidrográfica, também foram destacados os itinerários de invasão, com as estradas e as pontes, as povoações principais e as obras defensivas.

Esta renovação deve muito à iniciativa do Conde de Lippe. Contudo, o seu contributo não se esgotou na condução das operações militares no ano de 1762. Após o conflito, Lippe permaneceu no nosso país alguns anos, aproveitando para implementar importantes reformas no sistema militar. Uma das medidas mais emblemáticas foi a introdução do ensino militar nos quatro regimentos de artilharia: Porto (com sede em Valença); Estremoz, Lisboa e Algarve (Tavira). Algumas destas “Aulas” transformaram-se em verdadeiras academias militares locais e regionais, habilitando inúmeros oficiais nas ciências auxiliares – em especial a Matemática – tanto da Artilharia quanto da Engenharia.⁹⁸

Uma das Aulas regimentais mais ativas era a do Algarve, liderada por José de Sande Vasconcelos (1738-1808)⁹⁹. Este oficial de infantaria com exercício de engenheiro ingressou na Academia Militar da Corte, em 1756; ao tempo da Guerra Fantástica, foi promovido a capitão de infantaria com exercício de engenheiro, prestando serviço na praça de Almeida. Em 1772, já elevado à patente de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro, foi colocado na província do Algarve, onde trabalhou desde então.

Foi autor de várias dezenas de documentos cartográficos sobre o Algarve, a várias escalas, muito especialmente durante o período de vigência de D. Nuno José de Mendonça e Moura, 6.º conde de Vale de Reis, enquanto governador das armas e capitão-general do Reino do Algarve (1786-1795), e que o nomeou lente da Aula de Tavira. Foi membro da Sociedade Real Marítima, Geográfica e Militar e, quando faleceu ocupava o posto de brigadeiro.

O seu mapa *Configuração Corográfica de Baxo dos Preceitos da Geografia Moderna do Reyno do Algarve*, datado de 1783, corresponde a um dos seus primeiros trabalhos onde regista a representação da Província do Algarve. Esta imagem marcará de forma inequívoca a “escola cartográfica” algarvia do final do século XVIII, porquanto foi copiada e reutilizada, tanto por si, como pelos seus discípulos (nº 57).

Foi dedicada ao 2º conde de Resende, governador e capitão-general da província (ou Reino) do Algarve, informação que o autor integrou numa decorada cartela, aí se registando uma escala gráfica de 6 léguas e identificando-se o autor, o local e a data de realização do trabalho: “Tavira, em 23 de dezembro de 1783”. A cartela está encimada pelas armas de Portugal e ladeada por duas alfarrobeiras e pela representação dos principais produtos económicos da província: “amêndoa”, “montes de alfarroba”, “seiras de figos”, “pipas de atuns”, “atuns” e “montes de sardinhas”.

*Configuração corográfica
de baxo dos preceitos da
Geografia moderna do Reyno
do Algarve, José de Sande
Vasconcelos, 1783*

⁹⁸ Aqui se formaram ou aperfeiçoaram alguns oficiais que se destacariam ao serviço de Portugal, como Baltazar Azevedo Coutinho, continuador da obra de Sande Vasconcelos ou Carlos Frederico Lecor.

⁹⁹ Sobre a vida e obra deste autor, ver F. Brabo, 2006, pp. 73-98.

A inclusão de uma grelha de meridianos e de paralelos e a indicação dos valores de longitude e de latitude, parecem constituir uma prova da uma maior “cientificidade” e rigor na construção cartográfica, mas revelam um erro de cálculo do autor, pois figurou todo o território algarvio a norte do paralelo dos 37° N, erro que se perpetuaria, como veremos, entre os seus discípulos.

O território do Algarve evidencia um litoral retilíneo, pouco recortado e desenhado sem muitos detalhes, nem mesmo na área do lido de Faro, ou Ria Formosa. Contudo, todas as obras defensivas do litoral, como fortalezas, fortes, baterias e torres foram figuradas e identificadas. A rede hidrográfica, a orografia (figurada pelo desenho de pequenos montes) e o povoamento constituem a informação básica, contudo, o autor enriqueceu este mapa regional ao inscrever as principais produções económicas locais (agricultura e pesca), o que dá uma ideia aproximada da ocupação do solo e permite estabelecer um contraste entre uma estreita mas fértil e densamente povoada faixa litoral – predominando as figueiras e a vinha no Barlavento e as hortas e os olivais no Sotavento – e um interior despovoado, onde predomina a “serra”.

A representação do espaço está rodeada de vários textos, o maior intitula-se “explicação” e, nele, o autor menciona as fontes geográficas a que recorreu para a composição desta imagem; para cada localidade principal, há um texto onde o autor descodifica os números que marcou nos arredores de cada uma e que ajudam o leitor a melhor compreender a geografia desta região.

● A Reforma Institucional e a “Viradeira”

Nas últimas décadas do século XVIII, coincidindo com o reinado de D. Maria I e a regência do príncipe D. João (futuro D. João VI), a Coroa portuguesa considerou estarem reunidas as condições para implementar uma importante reforma territorial, de modo a preparar eficazmente a administração do Estado, a defesa nacional e a promover o desenvolvimento económico interno de Portugal.¹⁰⁰ Para tal, revelou-se especialmente importante o contributo das várias instituições entretanto criadas ou reformadas, promovendo o (re)conhecimento geográfico do País e a formação de um corpo técnico especializado (engenheiros militares). Entre as instituições destacam-se a Academia das Ciências de Lisboa (1779), a Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e, mais tarde, a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares (1798) e, para a produção e conservação de mapas militares, o Arquivo Militar (1802).

100 A. C. Silva e A. M. Hespanha, 1998, pp. 38-40.

Neste contexto geral, ensaiou-se uma reforma administrativa, com o intuito de criar uma divisão territorial mais racional e eficaz, pois a grande irregularidade da divisão administrativa, herdada da época medieval, assentava em inúmeros particularismos jurisdicionais, o que dificultava não só a ação governativa central, como impedia a consolidação do aparelho do Estado. Muito naturalmente, os principais dirigentes políticos, imbuídos de um espírito iluminista, consideravam esta situação anacrónica e um dos principais obstáculos à modernização e ao desenvolvimento económico.¹⁰¹

Assim, foi publicada a Lei da Reforma das Comarcas, a 19 de julho de 1790, seguida do Alvará Régio, de 7 de janeiro de 1792, que a complementava, com o intuito de regularizar a divisão administrativa. Para a concretização desta reforma foram criados os cargos de Juiz e Engenheiro demarcantes, cuja área de ação estava limitada a cada uma das seis províncias do reino. As suas funções passavam por fazer a descrição geográfica, cartográfica, demográfica e económica, assim como recolher todas as informações consideradas importantes para se proceder às novas demarcações. Deste modo, os mapas administrativos revelavam-se uma útil ferramenta de trabalho para a definição das novas circunscrições.

Uma das decisões mais controversas provocadas pelo Alvará de 1792 foi a criação da Comarca de Arganil: “[...] tendo entendido que a extensão das Comarcas de Viseu, da Guarda, de Coimbra, e de Tomar, para comodidade dos Povos, e para bem da Justiça exigiam no cento delas uma nova Comarca: Sou servida criá-la, fazendo dela Cabeça a Vila de Arganil, na qual até agora havia um Ouvidor nomeado pelos Bispos de Coimbra; em cujo lugar Mando que haja um Corregedor, com a graduação de Correição Ordinária, que Eu hei de prover [...] Ordeno que provisionalmente se estenda o território desta no Correição às Terras, e Concelhos confinantes (...) tendo a Capital de Arganil quase no centro, em pouca distância das extremidades, que aliás ficavam em muitas das Comarcas a que pertenciam, terão os Povos o auxílio da Justiça com comodidade”.¹⁰² Muito naturalmente, esta situação provocou uma forte oposição por parte das outras vilas e jurisdições que perderam o seu território e poder, muito especialmente a cidade e comarca de Coimbra.

Deste modo, o *Mappa topographico das villas e terras que formavão a comarca d’Arganil, antes da lei de 19 de Julho de 1790 (nº 26)*, constitui um exemplo de documento de trabalho para a implementação da reforma administrativa que se desenhava. O mapa é de grandes dimensões, foi composto em duas partes e a escala gráfica de duas léguas portuguesas, inclusa na cartela, corresponde a ca. 1:107 000. Mostra um território que se estende por toda a parte sul da Província da Beira, desde o oceano até quase à fronteira com Espanha.

O mapa é muito colorido e ainda que figure os principais fenómenos geográficos – rede hidrográfica, relevo, vegetação e povoamento – a atenção do cartógrafo estava centrada na representação da intrincada divisão administrativa¹⁰³. Pelas características gerais terá sido preparado como um documento de gabinete, isto é, para que os decisores políticos pudessem, à sua vista, fazer as alterações julgadas necessárias.

O seu autor, José Carlos Magni (fl. 1778-1797), arquiteto de formação a trabalhar em Coimbra –

101 A. Reguera Rodríguez, 1993 e A. C. Silva, 1998.

102 Alvará de 7 de janeiro de 1792.

103 Talvez por isso, tenha sido preparado um segundo mapa, provavelmente do mesmo autor, identificando-se os territórios desanexados de Coimbra. D.G.T., CA 87.

assim se identifica no *Mappa das Terras do Couto do Lourical*, que elaborou em 1779¹⁰⁴ – é autor de alguns mapas, incluindo um *Mappa topografico do Bispado de Coimbra com todas as vilas, parochias e lugares feito no anno de 1797*, assim como de uma coleção de onze plantas da Alta de Coimbra, associada à reforma pombalina da Universidade.¹⁰⁵

Também na Província de Entre Douro e Minho, onde a “apertada”, confusa e irregular malha administrativa portuguesa tinha o seu expoente máximo, se procurou racionalizar a divisão do território, ainda que a única alteração realizada tenha sido a abolição da Ouvidoria de Braga e a sua transformação numa Comarca.¹⁰⁶ Assim, o projeto da reforma das comarcas de 1790-92, justificou a elaboração de um mapa do conjunto da Província de Entre Douro e Minho, segundo métodos científicos, cabendo esta tarefa ao “engenheiro demarcante”, o então segundo tenente Vilas Boas.

O engenheiro militar Custódio José Gomes de Vilas Boas nasceu em Alvelos, Barcelos, em 12 abril de 1771 e toda a sua obra ficou ligada à província do Minho. Para além de vários mapas e plantas, dirigiu as obras de encanamento dos rios Cávado (1795), Este (1796) e Lima (1805), coligiu um cadastro populacional da província do Minho (1794-1795), compôs um plano para uma Geografia do Entre Douro e Minho (1799) e apresentou várias memórias, tanto na Real Sociedade Marítima, Geográfica e Militar, como na Academia das Ciências de Lisboa, instituições das quais era membro.

Faleceu em Braga, no dia 18 de março de 1809, no desempenho do cargo de quartel-mestre do general Bernardim Freire de Andrade e Castro, ambos assassinados pela população que os acusou de traição, por terem, alegadamente, abandonado os postos de defesa da província, face à invasão francesa sob o comando do marechal Soult¹⁰⁷. Era sobrinho e afilhado de Custódio Gomes de Vilas Boas (1740-1808), brigadeiro de artilharia e lente na Real Academia de Marinha e, por esta razão, os seus percursos biográficos são, frequentemente, confundidos.¹⁰⁸

O *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas; tudo para servir a Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica. Por Custodio Joze Gomes Villas-boas (nº 5)* é de grandes dimensões, elaborado numa escala ca. 1:96 500, tratando-se, muito provavelmente, de um “mapa de gabinete”.

O título e a identificação do autor foram colocados no canto inferior esquerdo, logo seguidos da legenda, designada por *Explicação das Cores e Sinaes*, composta por nove símbolos diferentes, assim como por sete cores utilizadas na delimitação de cada uma das comarcas representadas. Situado no canto superior direito, encontra-se um *Quadro e Numeração Geral* para o ano de 1794, onde o autor registou os valores de alguns dos parâmetros demográficos coligidos a partir do seu *Cadastro da Provincia do Minho*, ainda que esta informação seja válida, exclusivamente, para o total de cada uma das comarcas.¹⁰⁹

O mapa representa o território da província de Entre Douro e Minho e, sobre ele, foi “lançada” a divisão administrativa correspondente às sete comarcas que a compunham, identificando-se rapidamente a

104 D.G.T., C.A. 91.

105 M. N. M. C., Inv. n.º 2938.

106 O artigo XXXI do Alvará de 7 de janeiro de 1792, referia explicitamente: “Também Sou Servida abolir a ouvidoria de Braga e todas as Jurisdições, e Exempções dos seus Coutos; assim dos situados na Província de Entre Douro e Minho, como na de Trás-os-Montes”.

107 Para aprofundar as circunstâncias que levaram ao assassinato destes dois militares, consultar a obra de A. P. Vicente, 1970. Quase todos os oficiais que compunham o Estado Maior responsável pela defesa da província de Entre Douro e Minho, sofreram o mesmo destino, no mesmo dia ou nos dias seguintes. Ver A. S. Machado, 1956, vol. VI, pp. 10-19.

108 Sobre a discussão da identidade dos autores, consultar as obras de A. Cruz, 1970, pp. 7-19 e de B. Amândio, 1994, pp.15-21. Ambos apresentam biografias bastante completas do Engenheiro Vilas Boas. O Brigadeiro Custódio Vilas Boas, foi o autor de diversas observações astronómicas publicadas nas *Memórias da Academia Real das Ciências*. Traduziu o *Curso de Matemática escrito para uso dos guardas bandeiras e guardas marinhas*, do matemático francês Bezout, assim como o *Atlas Céleste* de Flamsteed, em colaboração com Francisco António de Ciera. Morreu em 1808, desempenhando as funções de Governador da Praça de Valença. Ver B. Amândio, 1994, p. 20.

109 *Cadastro da Provincia do Minho feito pelo Tenente Coronel de Engenheiros Custodio Joze Gomes Villas Boas*, reproduzido em A. Cruz, 1970, p. 61. Um subtítulo foi acrescentado: *Trazido do Quartel General da mesma Provincia pelo Coronel de Milicias de Leiria o Ill.º Sr. João Pereira da Silva e Affonseca que delle fez presente ao N. R.º P.º M.º Sr. Fr. Joaquim Tudella para a Livraria de Manuscriptos, no Anno de 1826*. O cadastro encontra-se na Área de Reservados da B. N. P., sob a cota Cod. 944. É de referir que existe uma outra cópia deste cadastro populacional, também manuscrita, no A. H. M., em Lisboa, sob a denominação de *Relação das Jurisdições da Provincia do Minho em 1794*, que apenas difere pelo facto de não indicar os efetivos populacionais femininos, o que permite relacioná-lo com um objetivo claramente militar. F. Sousa, 1995, p. 50 e A. P. Vicente, 1971, p. 104.

extensão e o “desenho” ou recorte de cada uma. O autor acrescentou uma subdivisão interna que incluía os limites (desenhados de forma geométrica) dos coutos, honras, concelhos e termos, cujos limites se encontram com a mesma cor da comarca à qual pertencem. O mapa cumpria um dos principais objetivos propostos pela reforma: sendo necessário reformular as comarcas do reino, tornava-se urgente conhecer os seus limites, para se introduzirem as alterações necessárias.¹¹⁰

O relevo foi figurado de acordo com uma projeção horizontal, tendo o autor utilizado uma “aguada” em tons de cinzento, à qual foi atribuída uma escala gradativa de tons progressivamente mais escuros – parecendo corresponder aos diferentes patamares de altitude, o que dá uma noção mais apurada relativamente à direção, extensão e declive das vertentes das cadeias montanhosas ou das colinas. A esta representação, o autor acrescenta o topónimo que identifica os principais acidentes orográficos, sempre antecedido da designação de “Serra”. Outro fenómeno natural que se destaca, é a rede hidrográfica. Os principais cursos de água são identificados pelo nome, enquanto os de menor importância estão representados sem qualquer referência.

A representação do povoamento, também mereceu um cuidado especial. Desde logo, foi estabelecida uma hierarquia de símbolos na representação dos núcleos populacionais, organizados em três categorias diferentes: *idades e vilas; lugares arruados; freguesias ou paróquias*. Esta informação era complementada pelo quadro estatístico anexo, cuja informação era, essencialmente, de carácter demográfico e económico.

Outro importante elemento do mapa é a rede viária. O mapa figura as principais vias de comunicação, indicando também os diversos pontos de passagem sobre os rios, como pontes, mesmo aquelas que não estão associadas a qualquer via, vaus e barcas de passagem. Associadas às vias de comunicação, aparecem as estalagens como pontos de apoio para quem tinha de percorrer as distâncias que separavam os diferentes lugares desta província. A sua presença no mapa indicia a morosidade das viagens, o que não nos surpreende se tivermos em conta o relevo acidentado e os inúmeros cursos de água que era necessário ultrapassar.¹¹¹ A acentuar o carácter militar do mapa, para além do símbolo que assinala os locais onde era possível o acampamento de tropas, estão assinalados os fortes.

Este exemplar em concreto, parece ter sido uma cópia elaborada no Arquivo Militar. Em todo o caso, a imagem conheceu várias versões e variantes, tanto manuscritas como impressas, nas décadas que se seguiram, sobrevivendo até à segunda metade do século XIX, sendo utilizado, preferencialmente, para responder a necessidades militares.

A variante deste mapa realizada em 1798, foi produzida num contexto muito particular. Neste ano, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica que, entre outros, tinha por objetivo imprimir e publicar a produção cartográfica nacional, de forma a reduzir a tradicional dependência portuguesa face aos mapas estrangeiros. Custódio José Gomes de Vilas Boas, foi um dos seus membros fundadores, pelo que, o *Mappa da Provincia d’Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua População dividida em classes, e outras particularidades Economico-Políticas: completado no ano de 1798 por Custódio Jozé Gomes*

110 A. C. Silva, 1998, p.367.

111 No parecer enviado ao abade Correia da Serra, a propósito dos trabalhos a realizar para o levantamento dos mapas das províncias, Vilas Boas (tio) refere-se à utilidade das estalagens, como ponto de apoio aos engenheiros militares. Ver o documento que se conserva no A. H. M., 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 20, p. 2.

*de Villasboas Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado.*¹¹² (nº 6), terá sido elaborado com o propósito de ser apresentado à dita Sociedade, ainda que não conste das listagens dos trabalhos ali apresentados, no ano da sua fundação¹¹³.

Contudo, o documento fazia parte do espólio cartográfico desta instituição que foi transportado para o Rio de Janeiro, após a transferência da Família Real, perante a ameaça francesa em 1807. O exemplar, hoje existente em Portugal, foi devolvido pelas autoridades brasileiras, aquando do Convénio Cartográfico Luso-Brasileiro, de 1867.¹¹⁴ Trata-se de um mapa manuscrito, de grandes dimensões, aguarelado, tendo sido composto numa escala aproximadamente igual ao protótipo de 1794-95.

Na parte superior direita, o autor juntou dois quadros que servem de complemento à leitura e interpretação do mapa: um quadro estatístico da população da província, atualizado para 1798; um outro quadro, situado sob o primeiro, que tem por título *Observações sobre o Mappa Geografico da Provincia e sobre o Quadro junto...* e nele, o autor aproveitou para, num pequeno texto, esclarecer a forma como procedeu ao levantamento do mapa, bem como sobre o processo de recolha da informação necessária para a representação dos limites administrativos. Indica-nos que “[...] para a complicada demarcação das Jurisdicções, servi-me de Informações dos habitantes, e off.^{es} de Justiça de Cada destricto”. Mesmo assim, será de esperar imprecisões nos limites figurados no mapa.

Foram calculadas as coordenadas geográficas da cidade do Porto e da vila de Valença, referidas ao meridiano da ilha do Ferro e do meridiano de Lisboa, quase como um indicador do rigor matemático que se pretendia impor na cartografia terrestre portuguesa.¹¹⁵ A partir das coordenadas do Porto, o autor deduziu a posição das restantes localidades.

Atendendo a que a Sociedade Real Marítima e Militar era uma instituição científica e sendo o seu fim fazer mapas cientificamente corretos, estas observações justificavam-se para demonstrar um método alternativo para o levantamento mais ou menos expedito, mas não menos “científico”, de mapas provinciais parcelares capazes de comporem um mapa geral.

Os principais acidentes orográficos foram figurados por uma sucessão de pequenos “montes triangulares”, aparentemente sem qualquer proporcionalidade em relação à sua altitude. A repartição destes “montes” parece estar disposta de modo a individualizar as bacias hidrográficas, o que poderá significar que alguns destes relevos não correspondam, efetivamente, a elevações assinaláveis, simbolizando unicamente a linha divisória de águas.

A rede hidrográfica, a representação dos lugares habitados e respetivos topónimos, também não registam alterações significativas. Por sua vez, a rede viária tem, nesta versão, alguma informação sobre o estado de transitabilidade das estradas, informação que interessava aos militares, mas também constituía uma informação com interesse económico e comercial, a que se associava a identificação dos locais de realização de feiras e mercados. Se na versão de 1794-96 o autor registou, no quadro estatístico anexo, o número de feiras por cada

112 Este mapa encontra-se arquivado na D.G.O.T., sob a cota CA 60. Foi publicado por J. A. Mendes, 1980.

113 Luís Moreira, 2011, pp. 116-117.

114 Os resultados, as implicações e as listagens destes convénios podem ser consultados em L. P. Manique, 1950, pp. 451-484 e H. G. Mendes, 1983, pp. 1-43.

115 Esta indicação pode estar relacionada com os cálculos que Villas Boas estava a realizar para a determinação das coordenadas geográficas da cidade do Porto e cujas conclusões também apresentou à Sociedade Real Marítima.

comarca, na versão de 1798, optou por inscrever, no mapa, os locais e os dias em que se realizavam, pelo que esta informação já não consta no quadro estatístico anexo.

O *Mappa geografico do reyno do Algarve dividido em suas tres comarcas*, de 1791, também parece ter sido elaborado no contexto da reforma territorial de 1790 (nº 58).¹¹⁶ O seu autor, Baltazar de Azevedo Coutinho (1765-1823), era, então, “ajudante de infantaria com exercício de engenheiro”. Iniciou-se como cadete no Regimento de Infantaria de Lagos, foi discípulo de José de Sande Vasconcelos na Aula de Tavira (com quem assinou alguns trabalhos) e trabalhou sempre no Algarve. Sobre esta província, o autor legou vários trabalhos cartográficos, muitos deles dedicados ao Capitão-geral do Algarve, o 6º Conde de Vale de Reis.

É um mapa de grandes dimensões, colorido, desenhado numa escala ca. 1:140 000. À volta da representação do espaço, o autor registou uma série de notícias sobre o território, a população e as atividades. A legenda é muito completa no tocante à distinção dos lugares habitados.

A configuração geral da província foi riscada de uma forma esquemática e algo simplista, apresentando um litoral pouco recortado. O relevo surge através de pequenos montes em perspectiva, distribuídos de forma aleatória, ainda que se individualizem pelo seu maior tamanho, a serra de Monchique e quatro “Serros” localizados entre Loulé e o Termo de Faro. A rede hidrográfica também está figurada, ainda que nem todas as linhas de água tivessem sido identificadas.

Os núcleos de povoamento e respetiva toponímia foram figurados com cuidado. A rede viária é composta por um eixo paralelo ao litoral sul, ligando o cabo de S. Vicente a Vila Real de Santo António, que se complementa com outros três eixos quase paralelos entre si, em direção a Lisboa a partir de Lagos, Faro e Tavira. E, muito embora sem descurar a atenção para com as obras militares do litoral (fortalezas e baterias), o autor destaca a representação das unidades administrativas que compunham o Reino do Algarve: “[...] suas três comarcas, e subdividido pelos termos que pertencem a cada uma das ditas comarcas”.

Mappa geografico do reyno do Algarve dividido em suas tres comarcas, Baltazar de Azevedo Coutinho, 1790

● Campanha do Rossilhão e suas consequências

Na última década do século XVIII, o quadro geopolítico europeu sofreu importantes alterações decorrentes da Revolução Francesa de 1789. Se, numa primeira fase, a diplomacia portuguesa tudo fez para manter uma posição de neutralidade, após a execução do rei Luís XVI, em 1793, as nações europeias formaram uma coligação antirrevolucionária e Portugal acabou por assinar um tratado com a Inglaterra

¹¹⁶ O mapa foi analisado por S. Daveau, 1997, pp.41-42.

e a Espanha, no sentido de intervirem contra a França, no contexto da Guerra da Primeira Coligação. Foi enviado um “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha” que combateu na Catalunha e no Rossilhão, desde 1793 até 1795, altura em que Espanha e França assinaram o Tratado de Basileia, pondo fim ao conflito pirenaico, mas isolando Portugal do ponto de vista diplomático.¹¹⁷

Assim, os anos que se seguiram à guerra foram muito instáveis, na medida em que se procurou manter “uma neutralidade impossível”¹¹⁸ face ao instável clima político-militar que se vivia na Europa. Em 1796, na iminência de uma nova guerra com Espanha, a Coroa Portuguesa optou por uma estratégia predominantemente defensiva, com o objetivo de manter a inviolabilidade do território nacional, procurando-se conter o inimigo na fronteira terrestre ou, na impossibilidade de concretização de tal plano, proteger e defender a capital.

Entretanto, reforçaram-se as fortificações costeiras, contrataram-se, mais uma vez, alguns oficiais estrangeiros, e foi ordenado ao Exército, mais especialmente ao Real Corpo de Engenheiros, que realizasse uma série de memórias, geralmente acompanhadas por mapas, sobre as condições gerais de defesa da fronteira e do território português no seu conjunto. Em finais do século XVIII, o esforço realizado pela Coroa portuguesa, no sentido de criar de um corpo técnico militar especializado, finalmente, deu frutos, e estes levantamentos foram já conduzidos, na sua maioria, por oficiais portugueses.

Na província de Trás-os-Montes, esta inspeção à fronteira foi realizada por Carlos Frederico Bernardo de Caula (1765-1835) e Luís Gomes de Carvalho (1771-1826), que legaram um importante conjunto de plantas e respetivas memórias descritivas, que mostram o estado de defesa da fronteira Nordeste de Portugal¹¹⁹. A *Carta Topographica da Parte da Provincia de Trás os Montes comprehendida entre o Douro e o Sabor até Bragança (nº 14)* e o *Mappa Topographico de Parte da Fronteira da Provincia de Trás-os-montes entre Chaves e o rio Sabôr (nº 15)*, testemunham este esforço.

A *Carta Topographica* resultou de levantamentos de campo realizados na primeira quinzena de setembro de 1797, estando o documento datado de 19 de outubro, em Bragança. Na cartela, para além desta informação, consta o nome e a assinatura do autor e uma escala gráfica de cinco léguas de 2500 braças, que se pode calcular em ca. 1:36 500. O mapa figura o território compreendido entre os rios Sabor e Douro, destacando a orografia local (usando um sombreado para mostrar a sua localização e extensão) e os itinerários terrestres que ligavam as principais localidades entre si e com a fronteira. Na legenda estão assinalados as “ladeiras, estrada de carro boa, estrada má p^a carro e caminho de pé”, informações de alto valor estratégico para as movimentações militares.

A *Carta Topographica* era acompanhada de uma memória descritiva (esta indicação foi acrescentada a lápis no próprio documento), onde o autor relatava as dificuldades experimentadas durante os levantamentos, por não dispor de instrumentos adequados (tendo chegado a medir as bases para o esqueleto que suportaria a carta com a ajuda de um simples cordel...), e os erros das cartas que ele e a sua equipa levavam e que “[...] impediam que para elas se tentassem transferir os objectos, dado que as distâncias respectivas eram ora duplas, ora metades, etc.”¹²⁰

117 Conferir todo este ambiente diplomático-militar em M. Amaral, 2004 e A. Ventura, 2004.

118 A. P. Vicente, 1998, p. 35.

119 M. H. Dias, 2007, p. 10.

120 M. H. Dias, 2007, p. 10.

O seu autor, o então capitão do Real Corpo de Engenheiros, Luís Gomes de Carvalho (1771-1826), distinguiu-se nos seus projetos de engenharia hidráulica, nomeadamente no estuário do Mondego (1794), na colaboração nos trabalhos desenvolvidos com o seu sogro, o coronel Reinaldo Oudinot, na foz do rio Douro (1793-1803 e, de novo, na década de 1820) e na abertura da barra de Aveiro (1802-1808)¹²¹.

Por sua vez, o *Mappa Topographico*, figura o território entre os rios Tâmega (Chaves) e Sabor, destacando a figuração dos itinerários militares. Embora não esteja datado nem assinado, talvez seja possível atribuir a sua realização a um dos engenheiros militares que trabalhavam nesta província em finais do século XVIII: os capitães Luís Gomes de Carvalho, Carlos Frederico Bernardo de Caula ou o tenente José Joaquim de Freitas Coelho (1764-1809), que desempenhava a função de engenheiro demarcante de Trás-os-Montes, no contexto da Reforma das Comarcas de 1790.

O mapa apresenta uma escala de três léguas de 18 ao grau (ca. 1:26 000), desenhada sob o título que parece ter sido acrescentado posteriormente, pois foi escrito com uma tinta de cor diferente.

Embora se figure a área fronteiriça desta província (com Parte da Galiza e Parte de Leão), o mapa constitui um esboço itinerário. Sob um fundo composto pela rede hidrográfica e os principais acidentes de relevo desenhados em perspetiva (muitos deles identificados), o autor representou os principais eixos viários transfronteiriços, o que denuncia uma preocupação com uma possível ameaça de invasão territorial.

Considerando que os principais rios constituíam obstáculos à circulação viária, foram assinalados as pontes e os vaus que permitiam a sua travessia. É curioso notar que a linha de fronteira, pontuada a vermelho, apenas foi marcada entre as povoações de Lamadarcos e Travancas e entre Moimenta e Montesinho. Poderá representar as áreas de conflitos e de contendias fronteiriças?

● Guerra das Laranjas

Ameaça de invasão espanhola só se concretizou em 1801, ano em que se travou a Guerra das Laranjas, tendo como teatro principal de operações, mais uma vez, o Alentejo. Para a província de Trás-os-Montes e para o Algarve ficou reservado um papel secundário e, assim, enquanto os principais exércitos de Portugal e de Espanha manobravam no Alto Alentejo, o exército de Entre Douro e Minho esboçou uma tentativa de invasão da Galiza pela fronteira de Chaves tentando, em vão, a conquista da fortaleza de Monterrey, enquanto na fronteira algarvia era rechaçada uma tentativa de invasão por parte de Espanha.

¹²¹ C. Martins, 2014.

Entre as províncias raianas, apenas o Entre Douro e Minho e a Beira não conheceram movimentações militares. No entanto, sobretudo para esta última, foram realizados inúmeros preparativos no sentido de assegurar a defesa do território. Assim, desde finais do século XVIII, foram realizadas várias viagens de inspeção militar e de reconhecimento cartográfico a esta província, até porque, na anterior guerra de 1762, tinha sido o principal teatro das operações.

Em 1797, os oficiais do Real Corpo de Engenheiros, brigadeiro Luiz Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado (1749-1822), coronel Eusébio Dias Azedo (1751-1812) e o tenente-coronel Raimundo Valeriano da Costa (1745?-1833), elaboraram uma *Configuração do reconhecimento militar feito na Beira Baixa*, por forma a fazerem o levantamento do estado de defesa desta parte da raia.

Ao contributo dos engenheiros nacionais, junta-se o de outros militares estrangeiros contratados para assumirem cargos de liderança no Exército, de forma a promover a sua modernização, uma vez que a participação na campanha da Catalunha e do Rossilhão (1793-1795) havia evidenciado o atraso militar de Portugal face ao que de novo estava a ser aplicado pelos outros exércitos europeus. Assim, para desempenhar o cargo de “Marechal dos reais exércitos” foi contratado o Príncipe de Waldeck, Cristiano Augusto, que se fez acompanhar de um conjunto de oficiais que fariam carreira em Portugal, alguns deles dando um especial contributo para o desenvolvimento da cartografia militar, como foram os casos do barão de Blumenstein, de Antoine Myremont e, sobretudo, do barão de Wiederhold.

No início do ano de 1798, o príncipe de Waldeck foi incumbido por Luís Pinto de Sousa Coutinho - Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e Ministro do Reino - de percorrer a fronteira terrestre, fazendo uma visita de inspeção às suas condições de defesa, sendo acompanhado não só pelos referidos oficiais estrangeiros, como também pelo brigadeiro Luís Cândido Furtado, um conhecedor daqueles territórios.¹²²

Para além das memórias descritivas, foram produzidos vários documentos cartográficos que, presumivelmente, resultaram das observações efetuadas durante esta viagem. Tal parece ser o caso do *Mappa e reconhecimento d’humas partes da provincia da Beira...*, datado de 1801, pelo tenente-coronel Augusto du Fay, mas indicando-se que “o Major Anastácio Roiz, do Real Corpo d’Engenheiros fez observações precisas para a construção geométrica deste mapa”. Este oficial havia integrado o grupo que realizou a viagem à fronteira da Beira, em 1798.

Também o *Mapa da fronteira da Beira para a inteligência das disposições de defesa (nº 27)*, que parece querer destacar as medidas adotadas pelo marquês de Alorna, em 1801, para fazer face à possível invasão espanhola, foi elaborado por dois oficiais que acompanharam o príncipe de Waldeck desde o início: o tenente-coronel, barão de Blumenstein e o sargento-mor, cavaleiro de Miremont. Uma grande atenção foi dada à figuração da topografia, da rede hidrográfica e da rede viária, afinal, os principais elementos do território que poderiam influenciar os movimentos militares. É muito possível que, a partir destes protótipos depositados no Arquivo Militar, fossem compostos outros mapas da mesma província. Este pode ter sido o caso o mapa nº 28, *Configuração do reconhecimento militar de huma parte da provincia da Beira*, indicando-se que se trata de uma cópia mais tardia (post. 1825).

122 L.C. Guedes, 1992.

Para além do cuidado na representação do relevo e da rede hidrográfica, todos estes mapas têm em comum a orientação, com o este e a fronteira no topo, revelando não só os propósitos militares do mapa como também da perspectiva dos defensores do território. Estas características também se identificam no *Mappa Geographico de huma parte das Provincias de Alemtejo e Estremadura*, que o então capitão José Maria das Neves Costa (1774-1841), elaborou em 1801. Este mapa (nº 49) deveria acompanhar as suas *Observações sobre o plano de ataque e defesa do Reino de Portugal*, obra escrita em duas partes, no contexto da campanha alentejana da Guerra das Laranjas, cujos movimentos foram retratados neste documento cartográfico.¹²³

Neves Costa foi um dos mais destacados engenheiros militares portugueses, no ativo entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Tendo frequentado a Academia da Marinha (1791-1793), completou a sua formação na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (1793-1796), aí se destacando como um dos melhores alunos. Os seus trabalhos topográficos e cartográficos mais conhecidos reportam-se aos estudos preparativos da defesa dos arredores de Lisboa, que seriam materializados nas famosas Linhas de Torres Vedras, ainda que, em vida, não visse esse mérito reconhecido, como adiante se analisará.¹²⁴

Contudo, contrariamente aos exemplares da província da Beira, a realização deste mapa foi mais expedita, tratando-se, fundamentalmente, de um trabalho de gabinete, sem outro propósito que não o de ilustrar um relatório. Assim, o autor terá utilizado um mapa de Portugal impresso – muito provavelmente um dos mapas de Thomas Jefferys (1ª edição de 1762 ou a 2ª edição de 1790, pela casa de William Faden) ou o mapa de Tomás López, de 1778, selecionando a área desejada. A partir desta base, o autor decidiu selecionar, apenas, alguns dos elementos, simplificando o seu fundo de mapa, figurando uma pouco densa rede hidrográfica aguada de verde e assinalando algumas serras, tendo o cuidado de as identificar, mesmo quando no protótipo tal não se verificava. Também a representação dos núcleos de povoamento e a toponímia foram simplificados, permitindo destacar os principais fenómenos representados: os itinerários seguidos pelo exército espanhol invasor, as posições ocupadas por ambos exércitos e o território ocupado pelos espanhóis, aquando da assinatura do armistício, nos primeiros dias de junho de 1801.

A Guerra das Laranjas, tal como a anterior participação na Campanha do Rossilhão e da Catalunha, evidenciou muitas das deficiências orgânicas, humanas e materiais do Exército português, pelo que, de novo, se ensaiou um conjunto de medidas para a sua reorganização e atualização a diferentes níveis, sobretudo pelo impulso de um novo Comandante-chefe, o general Karl-Alexander von der Goltz (1739-1818), que havia apresentado um relatório demolidor da situação geral. Contudo, nesta primeira fase, poucas medidas efetivas foram tomadas, apesar de vários oficiais terem apresentado propostas de reorganização para o Exército.¹²⁵

Assim, quando, em 1806, a ameaça de uma nova invasão territorial se fez sentir de uma forma mais premente, decidiu-se apressar a tão necessária reformulação. O Exército foi dividido em três divisões (Norte; Centro e Sul), subdividido em sete governos militares, correspondentes às tradicionais regiões militares. Esta

123 Esta memória encontra-se no A. H. M., AHM/ DIV/3/01/02/10.

124 M.H. Dias, 2005 a) e b).

125 Tais foram os casos da proposta oficial de John Forbes Skellater, apresentada perante o Conselho Militar, em 1802, ou as propostas menos oficiais e mais pessoais, dos despeitados generais marquês de Alorna e Gomes Freire de Andrade.

importante reforma não se limitou a reorganizar as forças de primeira linha, uma vez que também se estendeu aos regimentos de Milícias e às brigadas de Ordenanças.

Foi neste contexto geral de reorganização militar que se produziram os mapas (nº 34) *Planta geográfica de parte da provincia da Extremadura : em que se notão os actuaes destrictos dos seus Regim.tos de Milicias, datado de 1804* e o (nº 35) *Planta da provincia da Extremadura ao sul do Tejo : para servir à nova divizão dos governos das Armas, Brigadas de Ordenanças, e Regimentos de Milicias*, em 1806, ambos da autoria do major João Manoel da Silva e do primeiro-tenente, José Carlos de Figueiredo.¹²⁶ Enquanto o primeiro mapa figura o território daquela província a norte do rio Tejo, o segundo mostra o território a sul deste rio, na sua confrontação com a província do Alentejo.

A estes autores deve ter sido atribuída a incumbência de preparar os mapas com a nova divisão administrativa/militar, tanto para as Milícias como para as Ordenanças. Assim, para além dos mapas da Extremadura, também se conhecem os seus trabalhos sobre o Minho, de 1803 e a Beira, de 1807.¹²⁷

João Manoel da Silva (1764?-1849), Inspetor do Real Corpo de Engenheiros, terá acompanhado a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Uma vez ali, já no posto de tenente-coronel, foi nomeado em 7 de abril de 1808, diretor do Real Arquivo Militar, instituição que dependia diretamente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (cujo cargo estava atribuído ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho) com a incumbência de reunir, produzir e preservar todos os mapas topográficos e cartas marítimas do Brasil e dos domínios ultramarinos portugueses. Foi, ainda, professor da Academia Real Militar, também sediada no Rio de Janeiro, alcançando o posto de tenente-general. Em 1821, D. João VI nomeou-o governador e capitão-general de Moçambique, cargo que exerceu até 1825.

Por sua vez, José Carlos Figueiredo (1773-1843) formou-se na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, sendo segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros, em 1795. Em 1810, no contexto da “setembrizada”¹²⁸, foi preso, acusado de ser liberal, e deportado para a cidade de Angra, na ilha Terceira, onde chegou a bordo da fragata *Amazona*, na companhia de outros liberais igualmente acusados. Em 1813, foi compulsivamente reformado no posto de capitão de Milícias. Dois anos mais tarde, já depois do fim da Guerra Peninsular, uma amnistia geral permitiu-lhe reintegrar o serviço militar e, sendo reconhecidos os seus préstimos, foi encarregado pelo governador-geral, Aires Pinto de Sousa, de proceder ao estudo da ilha de Santa Maria.

A este, seguiram-se outros trabalhos relacionados com projetos de fortificação e de defesa do arquipélago e, até, de obras públicas, pelo que foi sendo progressivamente promovido até ao posto de tenente-coronel, adido ao Real Corpo de Engenheiros. Em 1821, foi de novo preso por participar na tentativa de revolta liberal na ilha Terceira. Em janeiro de 1822, para dar cumprimento a uma portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, procedeu ao reconhecimento militar e iniciou o levantamento das *Cartas militares e topo-hidrográficas* das ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Faial e Terceira e coligiu as informações necessárias para compor uma estatística do arquipélago.¹²⁹ Em abril de 1824, estando de regresso a Lisboa, foi ordenado

Planta geográfica de parte da provincia da Extremadura em que se notão os actuaes destrictos dos seus Regim.tos de Milicias feito no anno de 1804, João Manoel da Silva, 1804

Planta da provincia da Extremadura ao sul do Tejo para servir à nova divizão dos Governos das Armas, Brigadas de Ordenanças, e Regimentos de Milicias, João Manoel da Silva, 1806

126 Estes autores foram incumbidos de proceder ao levantamento dos mapas das restantes regiões portuguesas. Agradeço esta indicação à professora M. H. Dias.

127 L. M. Moreira, 2011, p. 185-186. É o *Mappa geográfico da vigesima segunda, e vigesima terceira brigadas de ordenanças devidas cada huma em oito capitánias mōres segundo o novo plano feito em fevereiro de 1803*.

128 Este episódio, ocorrido nos primeiros dias do mês de setembro de 1810, no contexto da terceira invasão francesa sob comando de Massena, refere-se à prisão e posterior deportação para a ilha Terceira de inúmeras personalidades da sociedade portuguesa tidas por apoiantes dos ideais maçónicos e liberais.

129 L. M. Moreira e CIGeoE, 2018.

que se apresentasse no Arquivo Militar com o intuito de ali terminar ou passar a limpo, os mapas e a estatística daquelas ilhas, tarefa que levou a cabo entre 1824 e 1825.¹³⁰

No contexto da Guerra Civil portuguesa, Figueiredo emigrou, primeiro para Inglaterra e, depois, para a ilha Terceira, onde se juntou ao Exército Liberal de D. Pedro IV, no comando da Engenharia Militar. No final deste conflito já havia sido elevado ao posto de coronel efetivo do Real Corpo de Engenheiros (promovido em 25/7/1833).

Os mapas da Estremadura que estes dois autores legaram não devem corresponder a um levantamento de base, mas antes ao aproveitamento de um ou dois mapas conhecidos que lhes serviram de base, introduzindo as alterações necessárias, decorrentes do trabalho de campo. Deste modo, foi lançada a nova divisão dos regimentos de milícias e das brigadas de ordenanças, completados com quadros estatísticos, registados na margem, referentes à população. Um novo mapa administrativo-militar desta província, seria composto no Arquivo Militar, em 1808, a pedido do governador das armas da província, D. António Soares de Noronha (1761-1814), refletindo, muito provavelmente, os trabalhos exploratórios desenvolvidos nos anos anteriores (nº 36).

● Invasões Francesas

Em novembro de 1807 concretizou-se a tão temida quanto esperada invasão militar pelo Exército de Observação da Gironda, sob comando do general Junot, que cumpria ordens muito específicas de Napoleão para capturar a Família Real portuguesa. Contudo, tendo encontrado a capital abandonada pelas autoridades, os militares franceses puderam ocupar o País sem encontrar qualquer resistência, enquanto o poder político nacional mantinha a sua legitimidade e soberania, governando a partir do Rio de Janeiro.

Da força militar espano-francesa invasora, fazia parte um corpo de engenharia militar francesa, sob comando do coronel Charles Humbert Marie Vincent (1753-1831), que tinha a imediata incumbência de reunir o máximo de informações geográficas e cartográficas, para serem enviadas para o “Depôt de la Guerre”.¹³¹ Contudo, os arquivos das principais instituições cartográficas nacionais – entre as quais o Arquivo Militar e a Sociedade Real Marítima e Militar – encontravam-se praticamente vazios, com exceção do arquivo da Inspeção Geral das Fronteiras e Costas Marítimas que estava à guarda do seu diretor, o tenente-general Louis-François Carlet, Marquês de la Rozière (1735-1808), um realista francês emigrado em Inglaterra na altura da Revolução Francesa e aí contratado para servir no exército português com a patente de Tenente-General. Este militar

¹³⁰ J. E. Caixaria, 2013, p. 123.

¹³¹ Sobre a atuação deste militar francês em Portugal, ver A.P. Vicente, 2000, p. 237-251.

iluminista (colaborador da *Encyclopédie*) foi nomeado, no ano seguinte à Guerra das Laranjas, Inspector Geral das Fronteiras e Costas Marítimas, tendo, no desempenho deste cargo, determinado o levantamento de várias descrições e memórias geográficas por província, assim como de mapas e plantas das suas fronteiras e que, por intimação do comando francês em Lisboa, entregou-os ao cuidado do coronel Vincent, em 12 de janeiro de 1808 e este, posteriormente, pode levá-los para Paris onde, ainda hoje, se conservam.

Uma vez ocupada Lisboa e tendo assegurado o controlo da maior parte do território português – com a colaboração das forças espanholas –, a principal preocupação do general Junot foi a de garantir as condições de defesa do país de um possível ataque naval ou desembarque inglês, em qualquer ponto da extensa linha de costa portuguesa, mas em especial nas proximidades da capital.¹³²

Neste sentido, o comandante francês instruiu o seu chefe de engenharia para o mais rapidamente possível, proceder ao reconhecimento topográfico e cartográfico do território estremenho, compreendido entre o rio Tejo, o oceano Atlântico e a serra de Montejunto¹³³. Para levar a cabo esta missão, o coronel Vincent requereu a colaboração de alguns oficiais do Real Corpo de Engenheiros, nomeadamente o tenente-coronel Carlos Frederico Bernardo de Caula (1766-1835) e os majores José Maria Neves Costa e Joaquim Norberto Xavier de Brito (1773 – 1843), tendo em conjunto percorrido este território.

As primeiras conclusões foram apresentadas no relatório que Vincent enviou a Junot nos inícios de julho de 1808. Embora sem especificar, reconhecia-se todo o potencial que a geografia desta região permitia para o estabelecimento de um perímetro defensivo mais alargado da cidade de Lisboa. No entanto, a rápida sucessão dos acontecimentos político-militares em Portugal, após as várias sublevações e revoltas contra a presença francesa, o desembarque britânico e as consequentes derrotas nas batalhas da Roliça e do Vimeiro, em agosto desse ano, impediu a concretização de qualquer plano.

Em todo o caso, este trabalho não foi desperdiçado. Em novembro de 1808, Neves Costa recebeu a incumbência de continuar o estudo do território a norte de Lisboa, tarefa que se prolongou pelos primeiros meses de 1809 e que deu origem à *Memoria militar sobre as posições defensivas que se encontram no terreno visinho a Lisboa, referida á carta militar do dito terreno construida pelo Major do Real Corpo d’Engenheiros, Joze Maria das Neves Costa, no fim do anno de 1808, e principio de 1809; e por elle escripta*¹³⁴, complementada por um *Esboço da Carta Itinerária Militar (nº 37)* que ilustrava e localizava os principais fenómenos evidenciados e que terá sido útil aos engenheiros militares ingleses que, entretanto, e por força da situação política e da presença militar britânica, foram incumbidos de preparar um sistema defensivo da capital portuguesa, realizando os seus próprios levantamentos topográficos.

É o próprio autor quem informa da metodologia seguida para compor, pelo menos, a base deste mapa: “[...] não existindo porém entre nós uma Carta geográfica de redação Nacional e que por esse motivo, menos suspeita de erros do que as Estrangeiras, nos pudesse dar uma ideia mais exata a respeito dos grandes obstáculos naturais do que tratamos, havemos sido obrigados a servir-nos da Carta geográfica de Lopes como base da

132. Estas preocupações eram dadas a conhecer por Junot ao próprio Napoleão, como se comprova pela correspondência mantida entre estes dois militares franceses ao tempo da primeira invasão francesa. J.A. Junot, 2007.

133. Em carta dirigida a Napoleão, datada de 9 de janeiro de 1808, Junot refere que “trabalha-se constantemente na planta e no levantamento dos terrenos que percorremos; mandei reunir, na medida do possível, as plantas das praças fortes, dos fortes de Lisboa, da costa, das pontes e das estradas de Portugal; dentro em breve enviarei a V.M. tudo quanto puder recolher e que possa dar-lhe a conhecer este país”. J.A. Junot, 2007, p. 127-128.

134. A. H. M., 3a Divisão, 1a Secção, Caixa 4, n.º 10.

retificações, e adiconamentos que pudéssemos fazer-lhe especialmente no pertencente a montanhas, ou seja por conhecimento próprio, ou seja pelo que pudéssemos obter de algumas Cartas existentes no Arquivo Militar”¹³⁵. De facto, aquilo que mais atrai o olhar do observador é a representação do relevo e o encaixe da rede hidrográfica, afinal, os dois elementos do terreno mais importantes para a implementação do futuro sistema defensivo da capital.

O exemplar selecionado não corresponde à versão original, mas a uma cópia realizada no Arquivo Militar, possivelmente, em 1810. Uma nota colocada sob a escala indica que “[...] foi adicionada toda a costa que vai desde Sacavém até ao farol do Cabo da Roca e a porção interior do terreno q. fica ao sul da Serra de Cintra, e estrada real desta vila até Benfica, Lumiar, e Sacavém, pelo major Franzini no Real Arquivo Militar em 1810”; à esquerda da escala, uma outra refere que “[...] os pontos marcados com ligeiras [a]guadas amarelas, e linhas angulares, foram indicados no Arquivo Militar pelo Major Franzini, para dar ideia das fortificações que neste terreno se construirão depois da redação original da presente carta”¹³⁶.

O mapa *A military sketch of the country between Lisbon and Vimeiro (nº 38)* editado por William Faden, em Londres, em dezembro de 1810, parece, de alguma forma, relacionar-se com os levantamentos topográficos efetuados para a construção das linhas de Torres Vedras, agora na perspetiva britânica. Ao contrário daquilo que acontecia em Portugal, a impressão de mapas militares – ou mapas de acontecimentos militares – no Reino Unido, era uma atividade relativamente comum, pelo menos, desde a segunda metade do século XVIII. Existia mesmo um relacionamento entre editores cartográficos e militares: estes forneciam as fontes em primeira mão, como esboços e levantamentos topográficos, mapas manuscritos, relatórios, memórias, descrições, etc., e os cartógrafos-editores, compunham mapas mais atualizados que tanto podiam ser adquiridos pelos militares, como pelo público em geral¹³⁷. Muitas vezes, o nome do militar era referido em nota do editor, registando-se, assim, o seu contributo.

Um destes geógrafos e cartógrafos-editores era William Faden (1749-1836), ele mesmo filho de um impressor e gravador com quem terá aprendido o ofício. Resolvido a estabelecer-se por sua própria conta como gravador e editor, tornou-se sócio da família Thomas Jefferys (o primeiro Geógrafo do Rei), em 1773, iniciando então uma carreira auspiciosa, com base neste acervo. Contudo, ainda que bem-sucedida, esta associação só durou três anos.

Faden só estabeleceu a sua casa editora depois de ter herdado a do pai desenvolvendo, desde então, uma carreira de sucesso que foi reconhecida e premiada em diversas ocasiões¹³⁸. Ao contrário de alguns dos seus diretos concorrentes do mercado cartográfico de Londres e dos restantes centros produtores europeus, não se especializou na produção de atlas, mas antes na elaboração de mapas avulsos, que depois eram compilados em atlas factícios para responder às diversas encomendas que recebia, muitas delas de militares.

Aquando da Guerra Peninsular, Faden conseguiu o privilégio de editar vários mapas e planos das campanhas e das batalhas peninsulares. Isto mesmo foi registado em nota neste “esboço militar”, indicando que tinha sido publicado com a permissão do “Quarter Master General”, o que faz supor que teria acesso privilegiado a fontes militares em primeira mão, nomeadamente da engenharia militar¹³⁹. Esta ligação também se

135 F. S. Lobo, 2015, p. 66. O autor já tinha utilizado esta metodologia e continuaria a fazê-lo em alguns trabalhos futuros.

136 F. S. Lobo, 2015, p. 66.

137 Por norma, o Exército britânico não fornecia mapas aos seus oficiais, pelo que, estes teriam de os adquirir às suas expensas.

138 Em 1783 foi nomeado “Geógrafo do Rei” e também do Príncipe de Gales; em 1796 recebeu a medalha de ouro da Royal Society of Art, pela qualidade das gravações e em 1801 obteve as licenças necessárias para gravar, imprimir e editar, a primeira folha do levantamento topográfico do Reino Unido levado a cabo pelo Ordnance Survey. Foi, ainda, membro de uma Sociedade de engenheiros civis, o que lhe permitiu imprimir inúmeros planos, plantas e mapas de importantes obras públicas, como estradas, pontes e canais.

139 Sobre o papel da engenharia militar britânica durante a Guerra Peninsular, ver M. Thompson, 2015.

revelava estratégica do ponto de vista comercial, visto que, a referência ao quartel-mestre general britânico era uma garantia, por si só, da fiabilidade da informação cartografada.

Tal como no exemplar de Neves Costa, também neste mapa sobressai a representação do relevo através de *hachures*, as estradas de acesso à capital, os principais núcleos de povoamento e, finalmente, a localização das linhas defensivas (ainda que possam ter sido acrescentadas posteriormente). Como elemento distintivo, este mapa regista a topografia de uma área situada na margem sul do rio Tejo, entre a Trafaria e Almada, local onde se projetava a construção de uma nova linha defensiva – ou pelo menos de um conjunto de obras e redutos defensivos – para assegurar a proteção da cidade de Lisboa, no caso de um eventual ataque francês pelo Alentejo ou pela Península de Setúbal, detalhe que não constava nas versões portuguesas.

Em 1 de julho de 1824, numa missiva dirigida ao diretor do Arquivo Militar, o coronel Franzini, propunha a realização de uma cópia do *Military sketch of the country between Lisbon and Vimeiro*, corrigindo as informações menos precisas, de forma a permitir a sua utilização como fonte com o propósito de preparar uma Carta Geral do Reino, a partir de imagens regionais.¹⁴⁰

A partir do original que compôs em 1809, o major Neves Costa faria uma nova versão, em 1811, intitulada *Carta militar que serve de suplemento á carta topographica, de hua parte da provincia da Estremadura*, oferecendo-a ao Comandante em Chefe do Exército português, o marechal William Car Beresford (nº 39). Neste ano, já as linhas fortificadas de Torres Vedras haviam provado o seu valor ao reter a invasão francesa comandada pelo marechal Massena (1810-1811). Contudo, ainda decorriam trabalhos de consolidação e de ampliação. Nas palavras do autor, esta versão, “ [...] na qual omitindo-se a configuração e detalhes topográficos, se tem unicamente por objeto, apresentar a um só golpe de vista o número, força, situação e direção das diversas linhas de defesa formadas pelos obstáculos naturais”. Desta forma, do fundo do mapa simplificado, sobressaía a figuração das linhas defensivas, que se conjugavam com a oro-hidrografia da região.

Entre a primeira invasão sob comando de Junot (1807-1808) e a terceira, sob o comando de Massena (1810-1811), que, a partir da fronteira da província da Beira procuraram o caminho mais rápido e mais direto em direção a Lisboa, decorreu a segunda invasão, comandada pelo marechal Soult que, no início da Primavera de 1809, ocupou parcialmente as províncias do norte de Portugal e estabeleceu-se na cidade do Porto. Mal feito, o que restava do Exército português enfrentava uma nova investida napoleónica. No Entre Douro e Minho, o general Bernardim Freire de Andrade e Castro, governador militar do Partido do Porto e do Minho, que se havia notabilizado na condução das forças que se empenharam na expulsão dos franceses em 1808, procurou organizar um exército capaz de assegurar a defesa deste território, em particular da cidade do Porto.

Com esse objetivo escolheu para seu quartel-mestre general, o major Custódio José Gomes de Vilas Boas, profundo conhecedor da região, da qual já tinha levantado inúmeros mapas e preparado várias memórias e descrições de interesse militar.

140 J.E. Caixaria, 2013, vol. II, p. 149.

Assim, para além do mapa da província do Minho, o Estado-maior de Bernardim Freire de Andrade, também deve ter feito uso da *Carta geogaf.ª da provincia de Tras-os-Montes (nº 16)* enquanto imagem de conjunto, para apoio nas tomadas de decisão sobre as movimentações a efetuar pelas unidades do Entre Douro e Minho, eventualmente, conjugando esforços com o exército de Trás-os-Montes, comandado pelo general Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, sobretudo a partir do momento em que, repelidas as tentativas de travessia do rio Minho, o marechal Soult optou por uma rota de invasão a partir da veiga de Chaves.

No mapa, como complemento ao título, pode ler-se “para o uzo do Quartel General do Ill.mo e Ex.mo Senhor Bernardim Freire de Andrada e Castro, Fidalgo da Caza de S. A. R. [...] extr. por Jozé Joaquim Pereira Cibrão, Sargento Mor de Milicias do Regimento de Barcelos, empregado no mesmo Quartel General”. Trata-se, então, de uma cópia e não de um documento que tenha resultado de levantamentos realizados pelo major Cibrão. Este oficial, que conseguiu escapar com vida aos tumultos populares vividos em março de 1809, já no posto de tenente-coronel, foi preso pelo regime absolutista, na sequência do levantamento militar de cariz liberal do Porto (conhecido por “Belfastada”), em 1828, e que daria início à Guerra Civil.

Sobre a base cartográfica foi representada a estrutura topo-hidrográfica da região e, ainda que a orografia não esteja identificada, foram indicados os nomes dos rios principais. Em todo o caso, o fenómeno destacado é a divisão administrativa, por comarca. A legenda inclui quatro símbolos que identificam “cidades ou vilas”; “Freguesias ou Aldeias”; “Castelos” e “Conventos”. A toponímia é abundante, especialmente na metade ocidental da província.

Pelas características evidenciadas por este exemplar, o seu protótipo deve ter sido um mapa administrativo desta região, presumivelmente, elaborado no quadro da Lei da Reforma das Comarcas devendo ser atribuída a autoria do mapa original a José Joaquim de Freitas Coelho, que o terá elaborado entre 1792 e 1796, altura em que, o então segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros, estava: “encarregado da divisão e demarcação dos limites das comarcas da Província de Trás-os-Montes”¹⁴¹. Anos mais tarde, já depois da Revolução Liberal de 1820, este mapa ganharia nova utilidade, uma vez que a Comissão de Estatística o utilizou na preparação da proposta de reforma administrativa liberal.

No decorrer da Guerra Peninsular, operou-se uma importante reorganização do exército português, liderada por oficiais britânicos, que ocupavam os principais postos de chefia militar.¹⁴² Neste contexto, logo após a reconquista da cidade do Porto, em 1809, Wellington nomeou para Governador das Armas do Partido do Porto, o oficial de nacionalidade irlandesa Nicholas Trant (1769-1839). Este oficial, nascido em Cork, serviu em Portugal, entre 1797 e 1798, sob as ordens de Sir Charles Stuart. Participou, ainda, na tomada de Menorca e na expedição britânica ao Egito. Em 1808, foi integrado no Exército português com o posto de tenente-coronel, operando de forma independente do Estado Maior Britânico.¹⁴³

Após o desembarque britânico em Lavos, o então general Wellesley, solicitando a colaboração do

141 Cf. *Requerimento de José Joaquim de Freitas Coelho, Segundo-Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Solicitando o Pagamento do Soldo Dobrado da Sua Patente*. A.N.T.T., PT-TT-MR-EXP-051-0154-00005. M.H. Dias, 2007, p. 10.

142 Cf. F. O. Cetre (1991, pp.149-155), especificamente sobre a reorganização operada por Beresford. Ver também a obra de M. C. Henriques, 2002, pp. 20-27, especialmente o capítulo dedicado ao exército português, na época das invasões francesas.

143 Sobre este oficial, ver as obras de V. Valente (1949, 40 pp.) e de P. Brito (2010, pp. 101-132).

Exército de Operações da Estremadura comandado por Bernardim Freire de Andrade, recebeu o contributo de uma força de cerca de 2000 soldados sob o comando de Trant, que participou no combate da Roliça e na batalha do Vimeiro. A partir de 1809, já no posto de brigadeiro do Exército português, comandou uma força de milícias com a qual se notabilizou nalgumas ações contra as tropas francesas, tanto de Soult como de Massena e que lhe valeu o reconhecimento de Wellington.

No desempenho das suas funções militares, Trant terá tido acesso a um exemplar manuscrito do mapa de Villasboas de 1794-95. Compreendendo de imediato a importância e a utilidade daquele documento, o oficial irlandês, aproveitando uma viagem que realizou a Londres tomou a iniciativa de o fazer imprimir à sua custa e sem qualquer autorização do Estado-Maior Português¹⁴⁴, na oficina de Samuel John Neele, a 12 de Agosto de 1813¹⁴⁵. No mesmo dia, Neele imprimia a também célebre “Planta Redonda do Porto”, dedicada ao Brigadeiro Trant por George Balck¹⁴⁶.

Já em Portugal e estando em posse das cópias impressas, Trant enviou alguns exemplares para a Secretaria de Estado da Guerra que, não tendo tido conhecimento da impressão, nem dado tal autorização, ordenou a confiscação de toda a edição impressa em Londres.

Ficava patente que o nosso País ainda não possuía os meios técnicos ou humanos necessários para empreender a gravação e impressão de mapas, daí que este manuscrito tenha sido impresso no estrangeiro, à semelhança do que ocorreu com outras imagens cartográficas portuguesas da época.¹⁴⁷

*O Mappa do Districto entre os Rios Douro e Minho, feito pela ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Sir Nicolao Trant, Brigadeiro General Encarregado do Governo das Armes do Partido do Porto. Anno 1813*¹⁴⁸ é uma versão simplificada do mapa original de Vilas Boas, composto em duas folhas, a metade norte e a metade sul da província, cada uma com dimensões aproximadas 60 x 44 cm (nº 7). Na parte inferior, no centro, foi colocada uma escala gráfica de 2 legoas de 18 ao grao, aproximadamente 1:196 000 e inclui, ainda, um *Quadro e Numeração Geral das diversas Jurisdições, Freguesias, Dignidades Paroquiaes, População, Corpo Ecleziastico e Religioso Rendimento dos Dízimos Commendas e Feiras para indicar o estado da Provincia do Minho Em 1800* e a legenda ou *Explicação das Cores e Signaes*, que comporta um espaço para as cores que identificariam as diferentes comarcas da província, seguidas dos símbolos das *Cidades e Villas, Lugares arruados, Freguesias, Conventos Paroquiaes, Conventos, Ermidas, Cazas e Quintas notaveis, Sítios em que pode acampar tropa e Estalagens*. Na globalidade, mantinha-se a hierarquia patente nas diversas variantes manuscritas.

O relevo não foi representado, apenas está identificado, tendo o gravador inscrito o nome dos acidentes orográficos segundo a sua localização. Os restantes fenómenos presentes, quase representam uma continuidade em relação aos exemplares manuscritos, destacando-se, mais uma vez, a divisão administrativa e as fortificações.

Este mapa vai conhecer uma nova imagem, já na segunda metade do século XIX, dilatando o

144 Estes episódios podem ser acompanhados pelas informações contidas no processo individual de Custódio Gomes Villas Boas, no A. H. M., também publicado por A. Cruz, 1970, pp.82-83.

145 Samuel John Neele (1763-1824), era impressor especializado em mapas, ilustrações e heráldica, trabalhando em Londres.

146 Ver J. Garcia, 2009, vol.1, pp. 251-276.

147 Caso paradigmático, é ilustrado pelo exemplar da *Carta Reduzida da Costa de Portugal*, elaborada por Marino Miguel Franzini, mas gravada em Londres, por Aaron Arrowsmith, em 1811.

148 Sob as cotas 4473/A - 3 - 46-61 e 4473/B - 3 - 46 - 61.

seu prazo de sobrevivência e de utilidade. O novo exemplar era, em tudo, muito idêntico à “versão Trant”, que lhe terá servido de base, pelo que o podemos qualificar de cópia. Verifica-se, no entanto, uma alteração nalgumas das palavras do título, já que o novo gravador substituiu as palavras *Nicolao* por *Nicolau* e *armes* por *armas*¹⁴⁹.

Na parte externa da esquadria, em baixo, foram apagadas as referências ao anterior impressor, apresentando, agora, no canto inferior esquerdo, sob o título, a indicação *Novamente gravado e publicado no Deposito dos Trabalhos Geodesicos em 1861*, completado com o nome do gravador, no canto inferior direito, *Rebello g*¹⁵⁰. Os fenómenos figurados no mapa, bem como a sua representação gráfica, não sofreram qualquer alteração significativa, comparativamente à versão de 1813.

Esta reimpressão surge para se adequar às necessidades da *Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos* (mais tarde *Instituto Geográfico*), que incluíam o reconhecimento territorial e a sua representação cartográfica, na sequência da política de fomento económico e de obras públicas, dirigida por Fontes Pereira de Melo, nomeadamente o de desenvolvimento agroflorestal.

Este projeto de promover a floresta e a agricultura portuguesas, iniciado a partir de 1866, culminou com a apresentação do *Relatório Acerca da Arborização Geral do Reino*, em 1868, reunindo o trabalho preparatório de vários anos, levado a cabo por engenheiros de várias especialidades.

Convém referir que o projeto de florestação implicou um verdadeiro plano de (re)conhecimento e de inventariação territorial, e de capacidade de uso de solo, onde a cartografia dava um importante contributo, não apenas como suporte para os trabalhos de campo, mas também como forma de materializar os levantamentos efetuados e as conclusões obtidas.¹⁵¹ É particularmente elucidativo o facto de, anexo ao supracitado Relatório, surgir um mapa dos incultos de Portugal, na escala 1:500 000. A partir deste mapa do conjunto do País, fizeram-se algumas versões regionais, como parece o caso do mapa nº 9.

Para além do trabalho de inventariação da ocupação do solo florestal ou da extensão dos incultos, tomou-se a decisão de aproveitar estes trabalhos para desenvolver, em simultâneo, os outros projetos como a triangulação geodésica e a carta geológica.¹⁵² Na sequência destes trabalhos, foram elaborados mapas do Entre Douro e Minho pelos técnicos responsáveis, alguns dos quais, como o engenheiro João Tomás da Costa (1835-1909), utilizando a folha Norte do “mapa Trant” como mapa de base, para aí lançar as manchas de solo agrícola¹⁵³.

Deste modo, uma das principais razões justificativas para a reimpressão do “mapa Trant” em 1861, seria a sua utilização como mapa de campo e/ou mapa de base para a elaboração de mapas temáticos, na sequência dos trabalhos desenvolvidos entre 1866-1868. Assim, devemos ter em conta que, antes da edição das folhas da *Carta Chorografica do Reino* na escala 1:100 000, o que no caso do Noroeste só se concretizou no último quartel do século XIX,¹⁵⁴ o *Mapa da Província do Entre Douro e Minho* era, tanto nas suas edições impressas, como nas suas diversas variantes manuscritas, a melhor, a mais fiável e a mais completa imagem cartográfica daquela província portuguesa.

Carta dos rios, montanhas e terrenos incultos da província do Minho, 1886

149 O mapa que nos serve de base, encontra-se na área de Reservados da B. P. M. P., sob a cota C (I)-53.

150 Rebelo, foi um dos primeiros discípulos do impressor Lewicki, contratado em Paris, em 1853, com o intuito de desenvolver novas técnicas de litografia em Portugal, de forma a apoiar a impressão das folhas da *Carta de Portugal* na escala de 1:100 000. Deverá tratar-se de Francisco de Paula Rebelo (1820-1905).

151 “Foi com estes elementos que se lançaram na carta geographica as manchas que indicam as zonas do solo inculto, ou tractos que podem ser arborizados”, C. Ribeiro e F. N. Delgado, 1868, p. 36.

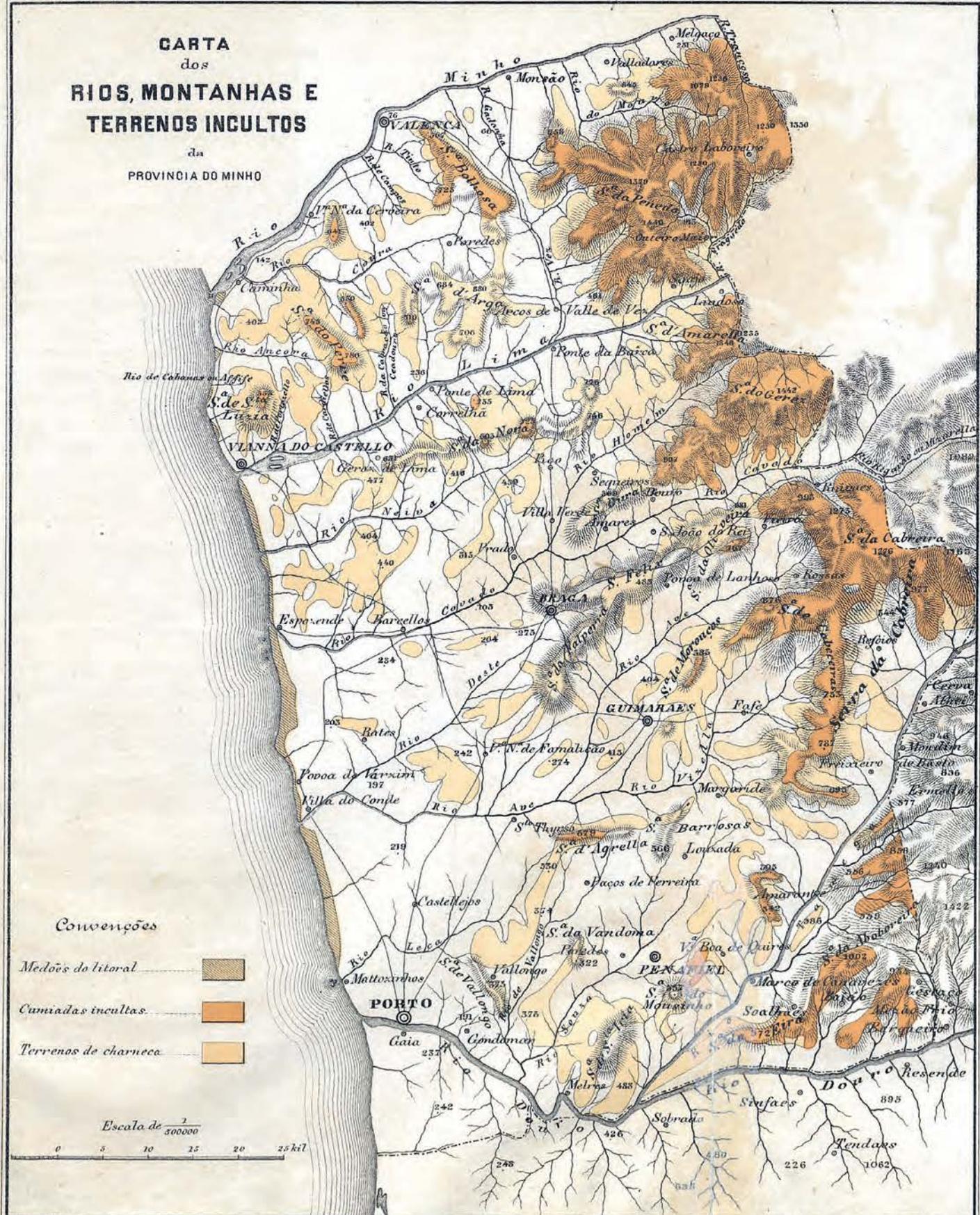
152 Ver o comentário de Filipe Folque na introdução do *Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz*, 1868, pp. 1-3.

153 [...] e emfim uma cópia de parte da carta do general Trant desde o Cávado até ao Minho, e sobre a qual o engenheiro J. Thomaz da Costa lançou as manchas que representam o solo agricultado desta parte da província”. C. Ribeiro e F. N. Delgado, 1868, p. 298.

154 A folha 1 foi editada em 1887, a folha 4, em 1895 e a folha 5, em 1899.

CARTA dos RIOS, MONTANHAS E TERRENOS INCULTOS

da
PROVINCIA DO MINHO



Convenções

- Mediões do litoral
- Cumiadas incultas
- Terrenos de charneca

Escala de $\frac{1}{500000}$

0 5 10 15 20 25 kil

● Da Revolução Liberal à Guerra Civil

Terminada a Guerra Peninsular, a situação político-social interna do País (agora denominado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves) agudizou-se, à medida que os ideais do Antigo Regime foram sendo contestados pelos partidários do Liberalismo culminando com a Revolução Liberal do Porto, a 24 de agosto de 1820.

Como já se referiu, a mudança de regime impulsionou uma importante reforma administrativa, cujo planeamento se apoiava na análise de mapas das diferentes províncias do País. O Arquivo Militar era, então, a única instituição cartográfica capaz de dar suporte a esta iniciativa, uma vez que todo o Governo e a Administração continuavam no Rio de Janeiro e ali permaneceriam os arquivos e as instituições, mesmo após a declaração de independência do Brasil, em 1822. Não obstante, a responsabilidade técnica continuava a pertencer ao Real Corpo de Engenheiros.

Pese embora a grande instabilidade política que caracterizou a década de 1820, merece destaque a ação organizativa do Arquivo Militar desenvolvida pelo “inspector” e comandante do Real Corpo de Engenheiros, Manuel de Sousa Ramos e pelo “director dos trabalhos do Arquivo”, Marino Miguel Franzini, função que acumulava com a de diretor da Comissão de Estatística, sedeadada no mesmo Arquivo.

Desde logo, a principal preocupação foi a de recompor o acervo cartográfico, fosse através da transferência de documentos do ministério do Reino – como todos aqueles que se relacionavam com o levantamento da Carta Geográfica do Reino – fosse através da cópia de mapas com proveniência diversa, muitos deles na posse de oficiais militares, como aqueles que acompanharam o regresso do rei, vindo do Brasil, em 1821, ou através da aquisição de mapas a privados ou em lojas especializadas, nacionais ou estrangeiras.

Foi também uma preocupação constante, a realização de cópias e duplicados da documentação, garantindo-se que o Arquivo conservaria, sempre, pelo menos um exemplar. Assim, desenharam-se inúmeras cópias, prepararam-se versões “limpas”, compuseram-se novas imagens a partir de outras parcelares e ensaiaram-se as primeiras tentativas de gravação e de impressão de mapas.¹⁵⁵

Um dos projetos a desenvolver era o de compor uma “Carta Geral do Reino”, instrumento útil para a administração, tanto a civil (reforma administrativa) como a militar (recrutamento militar, organização das milícias, etc). Em 1823, o diretor dos trabalhos, o coronel Franzini, gizou um plano para construir este mapa nacional a partir de imagens parcelares, unindo-os aos pontos fixados pela triangulação levada a cabo, décadas antes, por Francisco Ciera¹⁵⁶ e à configuração do litoral fixada na *Carta Hydrografica da Costa de Portugal*, publicada por si próprio, em 1810. Deste modo, vários mapas regionais foram preparados nos anos imediatos.¹⁵⁷

Um destes primeiros mapas a ser elaborado pode ter sido o da província de Trás-os-Montes (nº 17),

¹⁵⁵ A História do “Arquivo Militar” pode ser consultada em J.E. Caixaria, 2013.

¹⁵⁶ Em finais do século XVIII, Francisco Ciera foi nomeado responsável por coordenar os trabalhos para a composição da *Carta Geral do Reino*, de características topográficas e baseada em observações geodésicas. Ver M. H. Dias, 2003, p.383-396.

¹⁵⁷ Em dezembro de 1824, Franzini esclarecia o seu plano, solicitando o apoio da rede diplomática portuguesa no estrangeiro, sobretudo em Londres e em Paris, para a aquisição de mapas elaborados pelos militares franceses e britânicos. “Estes mapas reunidos aos da coleção do Real Arquivo facilitarão sobre maneira a execução do citado projecto, de que resultaria uma boa Carta de Portugal, incomparavelmente superior a tudo o que se tem publicado até ao presente [...]”. J.E. Caixaria, 2013, Vol.II, p. 173.

cujo conteúdo parece ser de interesse exclusivamente militar, tanto pelo valor da informação itinerária e dos limites administrativos militares, como pela informação do povoamento.

O mesmo se aplica ao Algarve.¹⁵⁸ Em 1823, o Arquivo obteve de um particular, um exemplar de uma carta topográfica do Algarve, alegadamente composto por um oficial britânico e que Franzini logo mandou copiar.

Dois anos depois, em maio de 1825, foi criada uma comissão encarregada de inspecionar as fortificações do litoral algarvio, liderada pelos oficiais José Carlos de Figueiredo, Francisco Arbués Moreira (1777-1843) e Miguel Joaquim Pires (1792?-1850), recebendo estes engenheiros militares a incumbência de fazer o levantamento topográfico do interior algarvio. Para executarem esta tarefa, receberam uma versão do mapa do Algarve, copiado dois anos antes e cuja configuração do litoral tinha sido melhorada a partir das informações contidas nos trabalhos de Tofiño (nº 59).¹⁵⁹

Este mapa, apesar de ser o melhor daquela região, apresentava, ainda, muitos erros e imprecisões, sobretudo no interior. Não sendo provável que o suposto autor britânico tivesse realizado um exaustivo levantamento, tudo leva a crer que se terá baseado num protótipo impresso: pela figuração do relevo pode-se avançar com a possibilidade de *A New General Military Map of the Kingdom of Portugal*, um mapa inspirado no de Tomás López (1779), editado em Londres por John Stockdale.

Deste modo, durante cinco meses, os três oficiais levaram a cabo um apurado trabalho de campo, seguindo-se outros de trabalho de gabinete, o que lhes permitiu compor um novo mapa do Algarve, acompanhado de uma memória descritiva, que corrigia os erros detetados e completava a informação em falta nos mapas anteriores, constituindo um bom exemplo da metodologia de trabalho que o Arquivo pretendia implementar para a produção de um mapa geral do País, de um modo mais expedito atendendo a todas as limitações de recursos, mas garantindo algum rigor topográfico, corográfico e geométrico.

O mapa final, dado a conhecer em meados de 1826, intitulado *Carta Militar, e Chorographica do Reyno do Algarve* recebeu os melhores elogios e os seus autores mereceram, mesmo, um louvor por parte da regente D. Isabel Maria (nº 61). De facto, a imagem produzida não podia ser mais contrastante com as anteriores: nota-se um maior rigor na figuração do relevo e da rede hidrográfica, assim como, no posicionamento e tipologia dos núcleos de povoamento e na extensão da rede viária.

Esta imagem manuscrita do Algarve seria copiada inúmeras vezes no Arquivo Militar e, finalmente, seria impressa e editada em 1842, com o título de *Carta Corográfica do Algarve* (nº 63), por iniciativa de João Baptista da Silva Lopes (1781-1850), autor de uma *Corografia ou Memória Económica, Estatística, e Topográfica do Reino do Algarve*, que se completava com esta nova versão do mapa de 1826 que, para além de ter sido litografado, foi alvo de um conjunto de correções que o próprio Silva Lopes introduziu, nomeadamente na abundante toponímia.¹⁶⁰

O mapa constitui um exemplo, entre muitos outros, de transferência de conhecimentos militares para

158. Sobre a realização cartográfica do Algarve da primeira metade do século XIX, ver J. C. García, 2019, p. 61-80.

159. *Carta esférica de la Costa de España desde Cabo de Sn. Vicente hasta Punta de Europa*, datada de 1786.

160. J. C. García, 2019, p. 61-80.

a sociedade civil, na medida em que, para além da *Carta Militar* que lhe serviu de matriz, o litógrafo que a gravou, José António de Abreu (1796-1873) era oficial engenheiro, tendo desenvolvido o seu ofício no Arquivo Militar.¹⁶¹

Efetivamente, em 1825, o coronel Franzini propôs o estabelecimento de uma “escola de gravura de cartas geográficas e topográficas”, a funcionar no Arquivo Militar e que seria concretizada, no ano seguinte com a constituição das “Aulas de Arquitetura civil de História, Gravura e Escultura”, cuja direção foi atribuída ao tenente-coronel engenheiro, João José Ferreira (1782-1855), o que muito contribuiu para o desenvolvimento da técnica litográfica no nosso País.¹⁶²

Ao mesmo tempo que se desenvolviam os trabalhos cartográficos no Algarve, também se ultimavam alguns na província da Beira, para fins de administração militar. Devemos referir que, em meados de 1821, o governo militar desta província sofreu uma importante reforma, ao ser dividido em dois distritos, criando-se os governos militares da Beira Alta e da Beira Baixa, uma solução que, de resto, já havia sido experimentada durante a Guerra da Restauração. O mapa nº 29 regista esta alteração, embora se trate, mais uma vez, de uma solução expedita: utilizou-se como mapa base simplificado o *Mapa de la Provincia de Beira*, editado por Tomás López em 1762, apenas se mantendo a rede hidrográfica e alguma toponímia, e sobre este fundo foi marcada a divisão dos diferentes governos militares, em especial os dois novos partidos/distritos militares da Beira.

De qualquer modo, não só para responder a necessidades de administração militar, mas também para formar mapas regionais mais detalhados capazes de responder às necessidades decorrentes de operações militares, foram produzidas várias cópias do conjunto da província da Beira ou de partes deste território, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1820. Entre estes, conta-se a *Configuração do reconhecimento militar de huma parte da provincia da Beira (nº 28)*.

O título deste mapa remete para um outro que lhe terá servido de protótipo: *Configuração do reconhecimento militar feito na Beira Baixa em 1797, pelos officiaes do Real Corpo de Engenheiros, o Brigadeiro Luiz Candido Cordeiro, o Coronel Euzebio Dias Azedo, e o Tenente Coronel Raimundo Valeriano; adecionada com a configuração da Beira Alta e Cova da Beira pelo Capitão do mesmo Corpo Joze Maria Ferreira da Fonseca, membro que foi em 1803 da Inspeção Geral das Fronteiras na Divisão da Beira, e configurada pelo dito Capitão*. Este levantamento, conduzido em finais do século XVIII, inseria-se num contexto de preparação contra uma ameaça de guerra, pelo que se revelava essencial (re)conhecer o território localizado ao longo das principais linhas de invasão territorial, como era o caso da Beira Baixa.

O pedido de realização de uma cópia deste mapa foi formalizado no dia 31 de março de 1827, estando assinado por Cândido José Xavier que, interinamente, chefiava o Ministério dos Negócios Estrangeiros: “[...] faça tirar imediatamente duas cópias do reconhecimento militar de uma parte da Beira Baixa, que com esta Portaria se remete, adicionando-se-lhe a parte que falta naquele reconhecimento do terreno até Abrantes, devendo proceder-se a este trabalho sem perda de tempo, que será enviado para este Ministério logo que estiver pronto”.¹⁶³

161 Esteve no Arquivo Militar por um curto período: foi admitido por Portaria de 26/11/1826, onde esteve até pelo menos 1829; para além de comandar o Batalhão de Engenheiros desde agosto de 1829, foi depois empregado no Tombo das Reais Propriedades, onde se distinguiu. Devo esta informação à professora M.H. Dias.

162 Ver o documento 14, de 7 de fevereiro de 1825, em J.E. Caixaria, 2013, vol. II, p. 182.

163 Caixaria, vol. II, 2013, p. 278.

A urgência do pedido prendia-se com os acontecimentos político-militares desencadeados após a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV, o que motivou vários levantamentos militares conservadores nas diversas províncias do reino, cujos líderes se internaram pela Espanha e faziam sucessivas incursões em território nacional, alimentando as guerrilhas que, entretanto, se formaram.

Em janeiro de 1827, Trás-os-Montes e a Beira Alta estavam dominadas pelas tropas absolutistas, sendo na Beira comandadas pelo brigadeiro Telles Jordão (1777-1833) e só a muito custo as forças constitucionais, sob comando do 7º Conde de Vila Flor, futuro 1º Duque da Terceira (1792-1860), conseguiram reprimir estes movimentos insurgentes, numa altura em que uma força militar britânica já estava estacionada no nosso país. Era já o prelúdio da Guerra Civil.¹⁶⁴

O receio que estes acontecimentos se repetissem terão motivado a necessidade deste mapa que é mais do que uma cópia, já que, para além do acrescento da margem direita do rio Tejo até à vila de Abrantes, a representação do relevo foi melhorada, sendo figurado através de *hachures*. Assim, no território da Beira Baixa e parte da Beira Alta, compreendido entre a fronteira e o vale do Tejo, sobressai a configuração do relevo, da rede hidrográfica, da rede viária e das principais localidades, afinal, a informação básica a ter em conta no planeamento das movimentações militares.

Também da província do Alentejo foram solicitados mapas, ou suas cópias, tanto para fins militares como para propósitos político-administrativos, pois, como já se referiu, logo que a Carta Constitucional foi jurada, retomaram-se os trabalhos preparatórios da reforma administrativa (1826-1827).

Em ofício datado de 8 de fevereiro de 1827, dirigido ao ministro da Justiça, Manuel de Moura Cabral (1763-18..), Franzini informava: “[...] tenho a honra de expor a V. Ex.^a, que em consequência das ordens recebidas do Exm.^o Ministro da Guerra, remeti para a Secretaria de Estado da Repartição de V. Ex.^a, alguns Mapas Topográficos e Relações estadísticas da população de algumas Províncias, a saber: em 16 de setembro, os Mapas Topográficos das Províncias de Trás-os-Montes e do Minho. Em 5 de outubro, as Cartas Topográficas das Províncias do Alentejo e Algarve, sendo acompanhados cada um destes Mapas com a relação das Freguesias que compõem as Comarcas e Concelhos e sua respetiva população em fogos e indivíduos. Tinham por objeto estas remessas, satisfazer a vontade do Ex.mo Snr Guerreiro, então Ministro da Justiça, o qual tinha projetado ocupar-se da lei da Divisão do Território. Cessando o dito Snr. As suas funções neste projeto, hoje a cargo de uma Comissão da Câmara dos Snrs Deputados que exige a posse destes papeis e dos outros da mesma natureza já prontos neste Real Arquivo [...]”.¹⁶⁵

Efetivamente são conhecidas duas folhas que, em conjunto, configuram o território das províncias do Alentejo e do Algarve, e parte da Estremadura (**nº 50**). Contudo, este mapa, que parece não ter sido terminado, para além de não ter título, nem legenda, conta com uma indicação na margem que refere que “os Números encarnados indicam a quantidade de fogos, que há em cada Freguesia”, o que nos permite associá-lo ao tema da divisão territorial.

¹⁶⁴ J.M. Nogueira, 2004, p.181-194.

¹⁶⁵ Ver a transcrição integral do documento em Caixaria, 2013, vol. II, p. 272.

Na folha norte, que compreende o território alentejano situado entre os rios Tejo e Guadiana e parte da Estremadura, foram desenhados (e aguarelados) os limites de alguns concelhos e, possivelmente, de algumas comarcas. Na parte da Estremadura, os concelhos apresentam duas linhas correspondentes ao comprimento e largura máximos, o que pressupõe algum estudo sobre as suas áreas, até porque, uma das preocupações desta comissão de deputados era a de equilibrar a dimensão da área concelhia, suprimindo os de menor dimensão e dividindo os maiores¹⁶⁶. Na província do Alentejo, apenas foram marcados os limites dos concelhos da Comarca de Portalegre, também se indicando um valor populacional para cada freguesia. Na folha sul, verifica-se que as freguesias do território correspondente ao Alentejo Central e ao Baixo Alentejo não têm informação demográfica, mas esta já foi indicada para as freguesias do Algarve.

Mais uma vez, optou-se pelo método mais expedito para a composição deste mapa: partindo de um mapa conhecido, muito provavelmente, o mapa de Portugal de Tomás López, editado em Madrid, em 1778, ou uma das suas variantes posteriores (existe, inclusive, uma versão portuguesa)¹⁶⁷, simplificou-se o fundo, ainda que se tenha desenhado o relevo e a rede hidrográfica, completando-se com a rede viária e os núcleos de povoamento, atualizando topónimos e eliminando outros que não fossem cabeça de freguesia ou concelho.

Se este tipo de mapa era útil e suficiente para a administração civil, para responder a necessidades militares, o grau de exigência mudava. Nos finais do mês de junho de 1833, as forças liberais comandadas pelo Duque da Terceira desembarcaram no Algarve, ocupando-o e forçando as forças miguelistas a recuarem para o Alentejo. O Estado Maior de D. Miguel prontamente enviou reforços para fazer frente a esta ameaça vinda do sul, pelo que, a província do Alentejo se transformou no novo teatro de operações.

Logo em 2 de julho de 1833, o quartel-mestre general, solicitava ao Arquivo Militar “[...] alguma Carta Topográfica da Província do Alem Tejo”. A resposta do coronel Franzini não podia ser mais esclarecedora: “muito desejaria poder enviar algum Mapa que satisfizesse aos desejos de V. Ex.^a, porém infelizmente nada existe a respeito desta Província que possa esclarecer a topografia das Cartas impressas. De todas as outras Províncias do reino existem trabalhos mais ou menos perfeitos, mas do Alentejo há total carência. Não obstante, remeto a V. Ex.^a o esboço de um reconhecimento militar feito em época remota pelo Eng.^o. Alemão Pretorios, e outro executado em 1797 pelo Engenheiros que estavam às ordens do Ex. Snr. Duque de Lafões; porem, um e outro só compreendem parte do lado oriental daquela Província. Também aqui existem duas Cartas Espanholas impressas, de data mui remota e extremamente inferiores às que se tem gravado posteriormente, pelo que as não julguei dignas de menor atenção. Fico, pois com a displicência de não poder satisfazer ao pedido de V. Ex.^a como eu desejava e de somente remeter dois Mapas que não correspondem inteiramente aos desejos de V. Ex.^a”¹⁶⁸

A leitura destas informações, permite retirar algumas ilações sobre a importância da geografia militar do Alentejo: apenas a parte raiana da província tinha interesse militar, tal como o território ao longo dos principais itinerários de invasão em direção a Lisboa, onde se incluíam algumas fortalezas e praças de guerra. Todo o restante território, em particular o centro-sul da província, apenas era conhecido através dos imprecisos mapas comerciais¹⁶⁹.

166 L. Silveira, 1997, p. 73.

167 Sobre as imagens cartográficas de Portugal no século XVIII, ver L. Moreira, 2013.

168 J.E. Gaixaria, 2013, vol. II, p. 413-414. Os mapas referidos encontram-se na D.I.E.

169 As viagens ao Alentejo efetuadas em finais do século XVIII, por Francisco Ciera (1790), pelo príncipe de Waldeck (1796) ou por Friedrich Link (1801), ilustram, na perfeição, o desfazamento entre o mapa e o território.

Todavia, não seria no imediato que esta falha seria colmatada. A *Planta Topographica da Provincia do Alentejo* (nº 51), realizada, segundo se crê, em data posterior a 1838, parece ser uma primeira tentativa de produzir uma imagem topográfica (ou corográfica) do conjunto do Alentejo. Com exceção de uma pequena área na margem direita do rio Tejo, próximo de Mação, pertencente à província da Beira, os territórios das outras províncias confinantes não foram representados, a partir de outras imagens conhecidas, em linha com o plano de Franzini de elaboração de mapas regionais para compor o *puzzle* nacional.

Contrariamente aquilo que o seu título pode indiciar, este mapa – composto por quatro folhas – não regista a topografia da província com detalhe, ainda que figure e identifique uma dúzia de serras, procurando dar uma ideia da sua extensão e direção predominantes através de *bachures*. Em três destas serras (Montargil, Monfurado e Grândola) foram desenhados três triângulos pintados de carmim, identificados como “sinal”, que parecem corresponder à localização de alguns dos vértices geodésicos estabelecidos por Ciera em finais do século XVIII. Tal faz pressupor que foram utilizados como base geométrica para a realização deste mapa. Esta base topográfica completava-se com a densa rede hidrográfica. A rede viária e os núcleos de povoamento (identificando o orago dos mais importantes), completavam a lista de fenómenos representados.

O mapa deve ter sido composto a partir de vários outros mapas parciais da província, assim como de outros mapas gerais. Em todo o caso, nota-se uma alteração significativa na configuração da linha do litoral, por comparação com a dos mapas comerciais mais conhecidos, e que poderá estar relacionada com os trabalhos cartográficos sobre a costa portuguesa desenvolvidos no Arquivo Militar, coordenados pelo próprio Franzini, em finais de 1831, a pedido do quartel-mestre general do Exército, numa época em que se temia um desembarque das forças liberais, que viria a acontecer no ano seguinte¹⁷⁰.

Em todo o caso, e à falta de alternativas, o método de elaboração de mapas regionais manteve-se. O mapa nº 52 *Devizão militar do Alentejo*, copiado no Arquivo militar, em 1845, por António Casemiro Ferreira (1771-1845) – era segundo tenente da Armada Real, mas desenhador do Arquivo desde, pelo menos, 1819, sendo promovido ao posto de capitão em dezembro de 1827 e terminado a sua carreira como tenente-coronel, graduado¹⁷¹ – constitui um bom exemplo de um mapa itinerário do território correspondente a um comando de uma divisão militar, onde apenas se assinalam as povoações, a rede viária e a rede hidrográfica. Sem qualquer referência topográfica, a base cartográfica poderia ter sido fornecida pela *Planta Topographica da Provincia do Alentejo*, a partir da qual se fez esta cópia em escala menor, mas com a particularidade de incluir o território de Olivença dentro das fronteiras nacionais.

Com o regresso de D. Miguel ao Reino, no início de 1828, a ordem absolutista foi restabelecida, mas não sem resistência por parte dos liberais: no início do verão, uma revolta na cidade do Porto alastrou às províncias do Norte, bem como aos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira. Do Arquivo Militar saíram, a pedido do Quartel-Mestre general do Exército, o coronel Filipe Neri Vital Gorjão (1783-1856), vários mapas

170 J. E. Caixaria, 2013, vol. II, p. 387. Ver a exposição “Cartografando com o mar no horizonte...”, na sua versão virtual, preparada por M.H. Dias, 2015.

171 A.H.M., Lista de oficiais da 2ª Secção do Exército (1845), PT/AHM/G/LMJA-02/46/0028.

para auxiliar as forças miguelistas a sufocar a rebelião, o que efetivamente aconteceu, com exceção do último baluarte liberal, a ilha Terceira. Ficava demonstrado que, apesar do vasto apoio popular, da nobreza senhorial e da Igreja, a causa absolutista não se restabeleceria sem confronto, pelo que, as autoridades militares preparavam-se, mais uma vez, para enfrentar uma possível invasão territorial, mas agora no quadro de uma guerra civil.

Várias cópias de mapas a diferentes escalas das diferentes regiões do País foram solicitadas para preparação da defesa da fronteira terrestre e da linha de costa. Terá sido neste contexto geral que deve ter sido preparada a *Carta Topografica da Provincia da Extremadura* na parte “compreendida entre o oceano e os rios Tejo, Mondego e Zêzere” (nº 40).

O título também indica a metodologia seguida e o propósito da sua realização, já que indica que foi “redigida sobre as melhores cartas particulares existentes no Real Arquivo Militar, ajustadas à triangulação dos pontos geodésicos da Carta Geral do Reino”. Deste modo, o projeto de Franzini de compor um mapa geral a partir de mapas parciais ajustados à rede geodésica preparada por Ciera em finais do século XVIII, conhecia mais um contributo.

Os principais elementos topográficos e geográficos como o relevo, a hidrografia, o povoamento, a rede viária, vegetação, salinas, campos agrícolas, foram figurados com pormenor, o mesmo acontecendo com a linha do litoral, onde se distingue a costa rochosa da arenosa, informação importante e estratégica, especialmente quando se temia um possível desembarque de forças opositoras, aqui se localizando com detalhe os fortes costeiros.

Observa-se um espaço vazio no mapa, numa área compreendida entre a serra de Montejunto e o Tômbolo de Peniche: ali interrompe-se toda a geografia da província. Como explicar este “silêncio do mapa”¹⁷²? Será um retrato das lacunas dos conhecimentos ou estariam os desenhadores à espera de algum mapa parcial mais completo que, afinal, não existia ou não foi terminado a tempo? Ou será o resultado da metodologia utilizada, nomeadamente, a difícil harmonização das diferentes peças cartográficas, feitas em várias escalas e por várias pessoas e com critérios e datas diferentes.

Em julho de 1832, após terem desembarcado nos arredores da cidade do Porto, provenientes do arquipélago do Açores, as forças liberais lideradas pelo Duque de Bragança, ex-rei de Portugal e ex-imperador do Brasil, tomaram esta cidade como baluarte da sua causa, sofrendo um cerco imposto pelo exército miguelista e que durou um pouco mais de um ano. Terá sido neste contexto que, em 1832, surgiu uma nova versão impressa (litografada), em quatro folhas coladas, do mapa da província do Minho da autoria de Custódio Vilas Boas, tendo por título *Carta da Provincia do Minho por J.B.P.* 1832 (nº 8).

O mapa não possui legenda, mas inclui uma rosa-dos-ventos no canto superior esquerdo, cujo desenho é muito semelhante ao da versão “Trant” deste mapa, datada de 1813, mas não foi incluído qualquer quadro estatístico/demográfico relativo à província. O título e o nome do suposto autor, foram inscritos no canto inferior esquerdo da folha SW da província, assim como uma escala gráfica de três léguas (=12,1 cm) que nos permite calcular em ca. 1:153 000, a escala numérica. Na folha SE, foi inscrito o nome do gravador/impressor e o local de impressão: *Lemos fecit. na O.R. Lith.*

172 A expressão pertence a Brian Harley, 2002.



CARTA TOPOGRAFICA
DA
PROVINCIA DA EXTREMADURA

Comprehendida entre o Oceano e os Rios Tejo, Mondego e Zêzere, e delimitada sobre as melhores Cartas particulares existentes no R. A. M. M. e por todos o triangulos dos pontos, quod. sive da Carta Geral de Beira

Carta topográfica da
provincia da Estremadura,
compreendida entre o
Oceano e os rios Tejo,
Mondego e Zêzere, 1829

A propósito da sua gravação, devemos ter em conta que a Oficina Régia Litográfica (*O.R Lith.*) foi criada em 1824, sendo dois dos seus principais impulsionadores, os ministros liberais Mouzinho da Silveira e Cândido José Xavier que, desde Paris, num artigo publicado no volume III dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, em 1819, dava conta das vantagens para o nosso País em instituir uma oficina litográfica, que representava, na altura, uma importante inovação na técnica da impressão¹⁷³. A indicação *Lemos fecit.*, deverá referir-se a António Carvalho de Lemos (1806-1885), cuja litografia se situava no Largo do Quintela nº 1, em Lisboa, e que se especializou na litografia de mapas¹⁷⁴.

Numa primeira análise, a imagem da província de Entre Douro e Minho parece manter-se inalterada. Salienta-se o facto de não ter sido representada a divisão administrativa ou política. O relevo foi figurado por *hachures* e os montes e as serras foram identificados com o respetivo nome. A rede hidrográfica parece bastante completa, ainda que o autor não tenha identificado algumas das principais linhas de água. As localidades, a toponímia e a rede viária parecem ter sido decalcadas do “mapa Trant”.

Supondo que as forças absolutistas controlaram a Oficina Régia, pelo menos até meados de 1833, podemos atribuir a ordem de impressão do mapa ao governo de D. Miguel, para fins militares, numa altura em que o principal teatro da guerra civil se situava na província de Entre Douro e Minho. Contudo, a sua autoria ainda permanece desconhecida, uma vez que não nos foi possível identificar um nome a partir das suas iniciais “J.B.P.”.

● O triunfo do Liberalismo, a Regeneração e o Fontismo: cartografia militar e cartografia civil

Finda a Guerra Civil em 1834 e restabelecida a ordem liberal, era tempo de concluir as reformas político-administrativas e judiciais projetadas, mas ainda não concluídas. As Cortes Gerais reuniram-se para discutir o estabelecimento de uma divisão administrativa, capaz de servir os interesses do novo regime político, que se baseava no princípio da representatividade popular. Retomavam-se, assim, os trabalhos que várias comissões especializadas desenvolveram a partir da implantação do regime liberal, durante a década de 1820.

Após várias tentativas e propostas, a divisão administrativa liberal estabelecia novas unidades territoriais e seus respetivos limites, alterando ou extinguindo muitas outras herdadas do Antigo Regime. No

173 Ver E. Soares, 1966, p.32.

174 A litografia de A.C. Lemos gravou, pelo menos, mais dois mapas relativos ao cerco do Porto: *Carte Topographique Militaire des Lignes au Nord et au Sud du Douro...*, no ano de 1833 e a *Carta Topographica das linhas do Porto*, levantada e publicada pelo Coronel Moreira, mas litografada por Lemos.

entanto, este novo mapa político do País, previsto no Código Administrativo de 1836, sofreria inúmeras alterações ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que, no essencial, definisse as unidades administrativas (distritos, concelhos e freguesias) que chegaram até aos nossos dias.

No que se refere à administração militar, em finais de 1836, dá-se a extinção dos Governos das Armas (divisão regional) sendo instituídas as Divisões Militares, num total de dez (oito no continente e duas em cada um dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, identificadas pelos seus números) e cujo território coincidia com o de um, dois ou três distritos administrativos. Deste modo, a divisão territorial militar procurava ajustar-se à novel divisão político-administrativa civil.

Do Arquivo Militar saíram, mais uma vez, várias cópias de mapas regionais para servirem de base aos decisores políticos, cujos protótipos remontavam aos finais do século XVIII e às primeiras décadas do século XIX, como é o caso do *Mapa do Reino do Algarve*, por J.M.R (nº 62)¹⁷⁵. É um documento manuscrito, colorido, datado de 18 de Janeiro de 1837, ou seja, duas semanas após a publicação do Código Administrativo e, muito simbolicamente, no dia em que se realizou a primeira reunião das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa que aprovariam a Constituição de 1838. Sob um fundo simplificado e muito desatualizado face aos modelos mais recentes existentes no Arquivo Militar foi lançada a configuração esquemática dos novos limites concelhios. Esta imagem parece remeter para os trabalhos realizados na Aula de Tavira, o que se confirma, sobretudo, pela análise da configuração do litoral da província, bem como pela inclusão do paralelo dos 37º N e dos meridianos de 9º e 10º (a partir da ilha do Ferro). Parece, assim, confirmar-se que, para apoiar a sociedade civil na tomada de decisões sobre a divisão territorial, não eram necessários mapas atualizados, nem com detalhe topográfico.

A vitória liberal pressupôs uma recomposição da sociedade portuguesa. Sob a égide do Estado, o País deveria ser conduzido para um ciclo de desenvolvimento social e de progresso económico, impulsionado por reformas estruturais e institucionais, sobretudo no ensino da(s) ciência(s), na administração pública, e assente num conjunto de obras públicas que o dotariam de uma rede de infraestruturas de transportes e de comunicações capaz de acelerar o processo de modernização da sociedade. E para tal, eram necessários mapas.

Deste modo, o Governo, durante a década de 1830, pretendeu retomar os trabalhos para a construção da Carta Geral do Reino, suspensos desde o início do século. A liderança da Comissão Geodésica foi entregue aos Folque, Pedro (pai) e Filipe (filho) que, ao longo dos anos seguintes, procuraram reformular, completar e ampliar a rede geodésica criada por Ciera (que apresentava erros assinaláveis), ao mesmo tempo que procederam a um conjunto de levantamentos topográficos nos arredores de Lisboa.

Ainda que num ritmo irregular, estes trabalhos foram sendo realizados durante a década seguinte, embora produzindo escassos resultados – facto a que não é alheia a situação política de Guerra Civil vivida em Portugal – pelo que, as necessidades cartográficas imediatas ou urgentes, continuaram a ser colmatadas pelo

175 J.E. Caixaria, vol. II, 2013, p. 465.

mesmo processo de cópia e compilação de informação proveniente de fontes diversas, tanto para a Cartografia militar, como para a Cartografia civil. No caso da Cartografia militar, saliente-se o *Reconhecimento chorographico feito em 1840 pelo capitão do Corpo de Engenheiros Vasconcellos, aos concelhos limitrophes da raia estrangeira da provincia de Traz-os-Montes (nº 19)*.

Alexandre José Botelho Vasconcelos e Sá (1805-1871), foi um hábil engenheiro militar, que se distinguiu logo aquando da sua formação, primeiro na Academia da Marinha e, depois, na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, concluída em 1831. Correspondendo ao tradicional papel de atuação da Engenharia Militar portuguesa, Vasconcelos e Sá, para além da vasta obra cartográfica, também desenvolveu trabalhos na área da fortificação, das obras públicas, da hidrografia e da cartografia, para além de ter sido designado para a elaboração de “missões especiais”, como foi a de integrar a segunda “Secção Portuguesa da Comissão de Limites (1858-1863)” que preparou o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, em 1864¹⁷⁶.

O mapa, originalmente, acompanhava um relatório circunstanciado sobre as características histórico-geográficas e militares daquela região, o que havia sido solicitado pelo comandante do Corpo de Engenheiros. O autor não compôs um mapa completo da província de Trás-os-Montes, apenas representou uma faixa fronteiriça, com uma largura variável entre 20 a 30 km de extensão, ao longo das 54 léguas de fronteira, estando esta figurada por uma linha duplamente colorida, a vermelho do lado espanhol e a verde no limite do distrito de Vila Real e a amarelo, quando a fronteira confina com o território do distrito de Bragança.

Para a representação dos núcleos de povoamento, o autor propôs uma inovadora técnica de figuração que, fazendo uso de um sistema de cores devidamente descodificado na legenda, indicava a dimensão populacional das povoações: com mais de 200 fogos (um círculo a vermelho), entre 100 e 200 (círculo a azul), entre 30 e 100 (círculo a verde) e menos de 30 (círculo a amarelo). A restante informação completava-se com a indicação da orografia, através de um sombreado e a inscrição do nome das serras, a rede hidrográfica, aguada a azul, e a rede viária, dividida em duas classes - “Estrada Real” e “Dita não Real” - a que se associava a travessia de rios através de pontes ou de barcas de passagem.

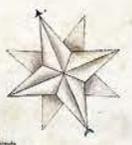
Dois pormenores destacam-se: o primeiro, é o símbolo de duas espadas cruzadas, indicativo de uma batalha, situado entre as povoações de Ruivães e de Espindo, completado com a data 1837 e “portugueses vs portugueses”, corresponde ao “combate” ou “ação” de Ruivães, ocorrido em 18 de setembro de 1837, episódio que colocou um fim à denominada “Revolta dos Marechais”; o segundo, corresponde à figuração de um troço de fronteira que corresponde ao “Couto Misto”, que inclui as aldeias de Meaos, de Rubiães e de Santiago, num território encravado entre Portugal e a Galiza (Espanha nunca foi grafada), mas não pertencendo a nenhum dos dois. Também as povoações de Soutelinho, Cambedo e Lamadarcos, que constituíam os denominados “povos promíscuos”, foram figurados sobre a linha de fronteira, indicativo das dificuldades que as várias contendidas fronteiriças apresentavam para o estabelecimento de uma linha divisória internacional. Terá sido esta experiência adquirida

Reconhecimento chorographico feito em 1840 pelo capitão do Corpo de Engenheiros Vasconcellos, aos concelhos limitrophes da raia estrangeira da provincia de Traz-os-Montes, Alexandre José Botelho Vasconcelos e Sá, 1840

176. Sobre a vida e obra deste autor, ver M.H. Dias, 2015, pp. 101-118.

LEGENDA EXPLICATIVA

O Terra actual
 O Terras em 1800
 O Terras em 1850
 O Terras em 1900
 O Terras em 1950
 O Terras em 2000
 O Terras em 2050
 O Terras em 2100
 O Terras em 2150
 O Terras em 2200
 O Terras em 2250
 O Terras em 2300
 O Terras em 2350
 O Terras em 2400
 O Terras em 2450
 O Terras em 2500
 O Terras em 2550
 O Terras em 2600
 O Terras em 2650
 O Terras em 2700
 O Terras em 2750
 O Terras em 2800
 O Terras em 2850
 O Terras em 2900
 O Terras em 2950
 O Terras em 3000
 O Terras em 3050
 O Terras em 3100
 O Terras em 3150
 O Terras em 3200
 O Terras em 3250
 O Terras em 3300
 O Terras em 3350
 O Terras em 3400
 O Terras em 3450
 O Terras em 3500
 O Terras em 3550
 O Terras em 3600
 O Terras em 3650
 O Terras em 3700
 O Terras em 3750
 O Terras em 3800
 O Terras em 3850
 O Terras em 3900
 O Terras em 3950
 O Terras em 4000
 O Terras em 4050
 O Terras em 4100
 O Terras em 4150
 O Terras em 4200
 O Terras em 4250
 O Terras em 4300
 O Terras em 4350
 O Terras em 4400
 O Terras em 4450
 O Terras em 4500
 O Terras em 4550
 O Terras em 4600
 O Terras em 4650
 O Terras em 4700
 O Terras em 4750
 O Terras em 4800
 O Terras em 4850
 O Terras em 4900
 O Terras em 4950
 O Terras em 5000
 O Terras em 5050
 O Terras em 5100
 O Terras em 5150
 O Terras em 5200
 O Terras em 5250
 O Terras em 5300
 O Terras em 5350
 O Terras em 5400
 O Terras em 5450
 O Terras em 5500
 O Terras em 5550
 O Terras em 5600
 O Terras em 5650
 O Terras em 5700
 O Terras em 5750
 O Terras em 5800
 O Terras em 5850
 O Terras em 5900
 O Terras em 5950
 O Terras em 6000
 O Terras em 6050
 O Terras em 6100
 O Terras em 6150
 O Terras em 6200
 O Terras em 6250
 O Terras em 6300
 O Terras em 6350
 O Terras em 6400
 O Terras em 6450
 O Terras em 6500
 O Terras em 6550
 O Terras em 6600
 O Terras em 6650
 O Terras em 6700
 O Terras em 6750
 O Terras em 6800
 O Terras em 6850
 O Terras em 6900
 O Terras em 6950
 O Terras em 7000
 O Terras em 7050
 O Terras em 7100
 O Terras em 7150
 O Terras em 7200
 O Terras em 7250
 O Terras em 7300
 O Terras em 7350
 O Terras em 7400
 O Terras em 7450
 O Terras em 7500
 O Terras em 7550
 O Terras em 7600
 O Terras em 7650
 O Terras em 7700
 O Terras em 7750
 O Terras em 7800
 O Terras em 7850
 O Terras em 7900
 O Terras em 7950
 O Terras em 8000
 O Terras em 8050
 O Terras em 8100
 O Terras em 8150
 O Terras em 8200
 O Terras em 8250
 O Terras em 8300
 O Terras em 8350
 O Terras em 8400
 O Terras em 8450
 O Terras em 8500
 O Terras em 8550
 O Terras em 8600
 O Terras em 8650
 O Terras em 8700
 O Terras em 8750
 O Terras em 8800
 O Terras em 8850
 O Terras em 8900
 O Terras em 8950
 O Terras em 9000
 O Terras em 9050
 O Terras em 9100
 O Terras em 9150
 O Terras em 9200
 O Terras em 9250
 O Terras em 9300
 O Terras em 9350
 O Terras em 9400
 O Terras em 9450
 O Terras em 9500
 O Terras em 9550
 O Terras em 9600
 O Terras em 9650
 O Terras em 9700
 O Terras em 9750
 O Terras em 9800
 O Terras em 9850
 O Terras em 9900
 O Terras em 9950
 O Terras em 10000



por Vasconcelos e Sá, enquanto capitão do Corpo de Engenheiros nesta província que o terá qualificado para assumir o comando da segunda Comissão de Limites.

Como bem indica o autor, este documento é um “reconhecimento corográfico”, pelo que enferma de algumas imprecisões e distorções, aceitáveis neste tipo de esboço¹⁷⁷.

Em finais da década de 1840, uma acesa polémica científica opôs Marino Miguel Franzini (1779-1861) a Filipe Folque (1800-1876), a propósito do melhor método para a elaboração de um mapa “científico” de Portugal. Franzini defendia que os trabalhos de levantamento topográfico, para além de onerosos, eram lentos, pelo que era útil a preparação de um mapa do País que respondesse às necessidades mais urgentes da Administração, propondo, em alternativa, a composição de uma imagem, numa escala de ca. 1:200 000, a partir de levantamentos já existentes no Arquivo Militar e que podiam ser completados e corrigidos com trabalhos de campo rigorosos, como aqueles que Charles Bonnet (1816-1867) – um engenheiro de minas francês a servir em Portugal – desenvolveu sobre a geologia do Algarve, em 1846-47, tendo apresentado os resultados finais na Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1848, e que editou dois anos depois.

Ao receber um parecer favorável desta instituição científica, o Governo, a 21 de dezembro de 1848, criou a Comissão Geológica e Mineralógica, cuja liderança entregou a Charles Bonnet. Os trabalhos que o engenheiro francês desenvolveu no Algarve serviriam de modelo para a ação que a Comissão Geológica ia desenvolver noutras províncias, começando pela do Alentejo. Assim, deveriam ser efetuadas novas viagens para recolha de informações geográficas, geológicas e mineralógicas. Para tal, Franzini forneceu uma cópia daquele mapa na escala de 1:200 000, ampliada a partir da sua versão da carta geral de Portugal que, entretanto, preparava no Arquivo Militar e que se baseava nos trabalhos geodésicos de Francisco António Ciera (1763-1814) e nos levantamentos topográficos realizados por vários engenheiros militares em diferentes épocas. Deste modo, conseguia-se um duplo propósito: por um lado, seria possível corrigir no terreno os erros detetados; por outro lado, esta compilação serviria de base para os mapas geológicos que seriam elaborados.

O *Mappa geographico da provincia do Alemtejo e do reino do Algarve* (nº 53) editado em 1851, constituiu um dos últimos exemplos de mapas regionais pré-topográficos, embora resulte de uma redução a partir dos levantamentos conduzidos por Bonnet, em 1849-1850. O mapa figura aquelas duas províncias, subdividido-as internamente em distritos e em concelhos, indicando-se também as sedes de freguesia, a rede viária, as pontes e, no litoral, os faróis. Dos elementos físicos, para além da rede hidrográfica, uma atenção especial foi concedida à figuração e identificação das montanhas.

Bonnet, no relatório que elaborou no final da sua missão, indicava que “fizera a medida de mais de 250 alturas, a marcação de 32 estações de triangulação, a determinação de um elevado número de direções de serras e de camadas rochosas, além de ter efetuado a recolha de inúmeras amostras de exemplares de minerais e rochas”¹⁷⁸. Por esta razão, foram assinaladas no mapa as principais “pirâmides para triangulação”. A edição deste mapa das

177 M.H. Dias, 2015, pp. 101-118.

178 V. Leitão, 2004, p. 49.

províncias do Alentejo e do Algarve, parecia provar que o projeto de Franzini era realizável e, dada a sua rapidez de execução, seria preferível ao mais lento intento topográfico. Contudo, o seu mapa geográfico permaneceu inédito¹⁷⁹.

Assim, parecia que, a partir da segunda metade do século XIX, Portugal abraçava, definitivamente, o projeto topográfico e geodésico. De facto, em 1848, produziu-se uma mudança assinalável na política cartográfica nacional, decorrente das conclusões de dois relatórios especializados: o primeiro, foi apresentado por António José de Ávila (1807-1881), a propósito do projeto de cadastro; o segundo, foi o relatório que Filipe Folque elaborou, fazendo o balanço dos trabalhos topográficos e geodésicos.

Ambos apontavam para a necessidade de se fundirem os dois projetos, ou seja, associar ao mesmo processo, a geodesia, a topografia e o cadastro, não apenas por economia de meios mas, sobretudo, por razões de coerência científica. Deste modo, a Comissão para os Trabalhos de Triangulação Geral e Levantamento da Carta Topográfica do Reino mudou de designação para Comissão Geodésica e Topográfica do Reino, deixando a alçada do Ministério da Guerra para passar para a do Ministério do Reino; o mesmo sucedeu à Comissão do Cadastro Parcelar Topográfico do Reino.

Assim, de uma só vez, institucionalmente, os militares perdiam a exclusividade sobre a geodesia e a cartografia topográfica e cadastral, embora, na prática, continuassem a ser os oficiais militares, nomeadamente, os das novas gerações de engenheiros e outros técnicos militares formados na Escola do Exército, criada em 1837, os responsáveis pela execução deste tipo de trabalhos.¹⁸⁰ Só faltava a estabilidade política e financeira para se garantir as condições de realização desta política cartográfica, o que acontecerá a partir de 1852, aquando da criação do Ministério das Obras Públicas e a inclusão sob sua tutela da recém nomeada Direção dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos e Cadastrais do Reino e a Inspeção dos Faróis (que ao longo das décadas seguintes mudaria várias vezes de designação)¹⁸¹.

No entanto, nesta altura, já se havia abandonado o projeto integrado geodesia- cadastro-topografia, não só porque o cadastro geométrico se revelou politicamente impraticável, como o plano de fomento de obras públicas desenvolvido pelo governo regenerador (fontismo), exigia conhecimentos cartográficos cada vez mais precisos e produzidos de forma mais célere. Deste modo, a Carta Topográfica foi substituída pela Carta Corográfica, cujo plano de execução seria, nas palavras do próprio Filipe Folque, “[...] levantada na escala de 1:100 000, na qual se devem mostrar principalmente as linhas das águas e das cumeadas, as quais indicando logo as bacias mais importantes do país, facilitam extremamente a configuração de todas as serras; além disto, deve esta Carta indicar a posição de todas as povoações, a direção das principais estradas e caminhos, as sinuosidades das costas e fronteiras, bem como os limites dos Distritos Administrativos e Concelhos [...] a sua importância nos grandes projetos de estradas, canais, sistema geral de irrigações, caminhos-de-ferro, divisão do território, e outros objetos de interesse público, é tão evidente que ninguém ousará duvidar da sua grande utilidade...”¹⁸².

A *Carta Chorographica* constitui a maior realização cartográfica portuguesa do século XIX,

179 Esta seria uma tentativa de fazer com que o Arquivo Militar voltasse a ser a máxima autoridade cartográfica nacional. A validação científica que Franzini concedeu ao plano de Bonnet, alimentou uma polémica pública mantida com Filipe Folque, responsável pelos trabalhos geodésicos e topográficos, que via neste método uma ameaça à sua concretização. Ver M. F. Nunes, 1988, pp. 232-235 e R. Branco, 2003, pp. 97-101.

180 Esta era uma instituição de ensino militar, cuja criação visava cumprir os objetivos definidos pelos ideários liberais para a modernização da sociedade portuguesa. Cf. M. Macedo, 2012.

181 Toda esta evolução institucional pode ser acompanhada em R. Branco, 2003.

182 Citação retirada de R. Branco, 2003, p. 107.

merecendo uma distinção internacional no Congresso Internacional de Ciências Geográficas da Sociedade de Paris, em 1875. Constitui um atlas composto por um conjunto de 37 folhas, com uma dimensão de 50 x 80 cm, utilizando a projeção de Bonne, o elipsóide de Puissant e o *datum* de Lisboa. Os levantamentos decorreram durante quase quatro décadas (entre 1853 e 1892), primeiro, na escala 1:100 000 e, mais tarde, na escala 1:50 000; a sua publicação, iniciada em 1856, só terminou em 1904. A capacidade de gravar e imprimir (ou litografar) as sucessivas folhas, à medida que estas iam sendo finalizadas, constituiu a grande mudança paradigmática na Cartografia Portuguesa. Os mapas deixavam de ser um “segredo de Estado” e, por essa razão, foram permanecendo manuscritos e de circulação restrita, para se tornarem acessíveis e úteis para múltiplos utilizadores, sobretudo na sociedade civil: para além de permitir o planeamento das importantes obras públicas a desenvolver, foi utilizada como base para diversas cartas temáticas, como a *Carta Agrícola e Florestal de Portugal*, dirigida por Gerardo Augusto Pery (1835-1893), ou a *Carta Geológica de Portugal*, coordenada por Carlos Ribeiro (1813-1882) e Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908), todos oficiais do Exército, publicada em 1876.

As primeiras folhas editadas em 1856, nº 23 (Lisboa/Sintra); nº 19 (Caldas da Rainha) e nº 24 (Lisboa/Benavente) figuravam o relevo através da técnica de *hachures* ou normais, mas, a partir da década de 1860, esta técnica foi substituída pelas curvas de nível, considerada de muito maior utilidade e objetividade. O mapa nº 64 corresponde às folhas nº 36 (Lagos) - levantada em 1880/1881 e editada em 1884 - e nº 37 (Faro) - levantada entre 1880 e 1886 e publicada em 1893. A sua junção permite obter a primeira representação “científica” do território da antiga província do Algarve (ou do Distrito de Faro), compreendido entre o litoral e a “serra algarvia”, solidamente apoiada numa rede de triangulação mais fiável e em trabalho de campo apurado. Apenas ficou fora desta representação, uma estreita faixa de terreno no limite com a província do Alentejo, e que figura nas folhas nº 34 (Odemira), levantada entre 1877 e 1881 e publicada em 1887 e a folha nº 35 (Mértola), levantada entre 1870 e 1892, sendo publicada em 1898. Assim, a moderna imagem corográfica do Algarve, demorou cerca de 20 anos a ser composta.

Efetivamente, um dos problemas apresentado durante o levantamento da Carta Corográfica foi a sua elevada morosidade - muito ironicamente, um dos argumentos utilizados para justificar o abandono dos levantamentos topográficos - todavia, a concretização de vários projetos cartográficos desenvolvidos em simultâneo, atrasaram os trabalhos corográficos e estes, por sua vez, adiaram a concretização de outros projetos. Entre estes trabalhos, contam-se os levantamentos geológicos; vários levantamentos hidrográficos das principais barras marítimas; a delimitação e demarcação da fronteira terrestre; a realização de levantamentos cadastrais (ainda que limitados).

Assim, quando foi concluída, a *Carta Corográfica* já estava desatualizada, pelo que uma *Nova Carta Corographica* foi projetada, agora na escala de 1:50 000 (correspondendo à escala do levantamento de campo da maioria das folhas da anterior versão), muito embora se tenha revelado como uma das principais iniciativas cartográficas das primeiras décadas do século XX¹⁸³.

183 R. Branco, 2003, pp. 148-150.

Em 1926, as funções que durante muitos anos estiveram atribuídas à Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos (Corográficos, Cadastrais, Hidrográficos e Geológicos considerando as suas sucessivas denominações e respetivas mudanças de tutela) foram transferidas para o Instituto Geográfico e Cadastral que, por sua vez, deu origem ao Instituto Português de Cartografia e Cadastro, em 1994; ao Instituto Geográfico Português, em 2002 e, desde 2012, à Direcção-Geral do Território.

Esta reorganização revelou-se fundamental para a concretização dos projetos cartográficos de âmbito civil, nomeadamente as séries cartográficas denominadas da *Carta de Portugal*, interrelacionadas entre si: na escala 1: 10 000 (escala topográfica-cadastral, é a mais recente, iniciando-se em finais do século XX, ainda não está concluída); na escala 1:50 000 (mantendo a designação *Corográfica*, atualmente com um total de 175 folhas); na escala 1:100 000 (iniciada em 1938, era a herdeira e, de certo modo, continuadora do projeto do século XIX, contando com um total de 53 folhas) e na escala 1:200 000 (iniciada em 1969, num total de 8 folhas, substituindo a *Carta dos Distritos Administrativos*, editada na escala 1. 250 000 e publicada entre 1884-1889).

A *Carta de Portugal* na escala 1:200 000 (série M585), apenas abrange o território de Portugal continental, mas é aquela que permite uma perspectiva regional. Aliás, as oito folhas desta série estão identificadas por um número e por uma designação territorial, correspondente aos espaços regionais definidos em meados da década de 1930. Cada uma delas impressas a cor, abrange uma área de 160 km x 160 km, registando informação relativa a temas como a orografia/hipsometria (apresentando as curvas de nível uma equidistância de 50 m, sendo o relevo realçado por um sombreado), a hidrografia, a vegetação, a rede viária (rodoviária e ferroviária), os limites administrativos (divisão por distritos e concelhos), a toponímia, entre outros. O sistema de referência é o Datum Lisboa e o sistema de projeção é definido a partir da projeção de Gauss-Krüger, sendo a imagem final obtida a partir da redução das outras séries.

A edição desta série ocorreu ao longo da década de 1970, iniciando-se pelas folhas números 5 (**nº 43**), 6, 7, e 8, correspondendo às já inexistentes províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve; seguiram-se, na década de 1980, as folhas número 3 e 4, correspondente à província da Beira (ou na designação regional do século XX, Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa); a folha número 2, “Trás-os-Montes e Alto Douro” (**nº 20**) foi publicada em 1999 e, finalmente, a folha número 1, correspondente ao Entre Douro e Minho (ou Alto Minho, Baixo Minho e Douro Litoral) apenas foi publicada nos primeiros anos do século XXI. O tempo que transcorreu entre as primeiras edições das várias folhas, denota algumas alterações importantes, não apenas técnicas (como a qualidade dos levantamentos, o desenho e a impressão), mas também no que se refere à atualização da informação.

A partir de meados de Oitocentos, a produção cartográfica nacional, muito embora executada por técnicos militares, respondeu, quase sempre, a necessidades e interesses da sociedade civil, nomeadamente para atividades do que hoje se designa por planeamento e ordenamento do território. Foi neste contexto que se

enquadra a tentativa desenvolvida pelo engenheiro militar, José Carlos Conrado de Chelmicki (1814-1890), de produção de mapas itinerários, por distrito, em 1867. O projeto de compor as *Cartas itinerárias de algumas regiões de Portugal*, não terá sido concluído, apenas se conhecendo três exemplares referentes aos distritos de Lisboa (em duas folhas) e de Coimbra¹⁸⁴.

Numa perspetiva militar, contudo, a morosidade na finalização da *Carta Chorographica*, assim como a escala selecionada (1:100 000) – com pouco detalhe topográfico – não se ajustavam às suas necessidades: o Exército carecia tanto de mapas numa escala mais pequena, para representação dos principais itinerários terrestres do país, como de mapas mais pormenorizados (numa escala maior) das áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista da preparação da defesa territorial.

Não obstante algumas tentativas desenvolvidas ainda antes de meados do século XIX¹⁸⁵, foi somente a partir das suas últimas décadas, que o Corpo do Estado-Maior procurou colmatar estas lacunas, apoiando a realização de dois projetos cartográficos exclusivamente militares: a Carta Itinerária, na escala 1:250 000 e a *Carta dos Arredores de Lisboa*, na escala de 1:20 000.

Esta última, cuja edição se iniciou a partir de 1891, já apresentava características topográficas. À medida que os levantamentos foram alastrando para áreas progressivamente mais afastadas dos “arredores” de Lisboa, a sua designação alterou-se para *Carta Topográfica de Portugal*, indicativo da intenção de estender este tipo de levantamento cartográfico ao restante território nacional, o que aconteceu a partir de 1932, sob a responsabilidade institucional dos Serviços Cartográficos do Exército, e com o título de *Carta Militar de Portugal*, na escala 1:25 000.¹⁸⁶

Quanto à *Carta Itinerária*, ficou decidido que, territorialmente, esta deveria coincidir com o limite das Divisões Militares, apoiando-se em reconhecimentos militares e nos trabalhos de levantamento da *Carta Chorographica*. A sua publicação iniciou-se a partir de 1881, com a folha correspondente à 1ª Divisão Militar (nº 41) (distritos de Lisboa, Leiria e Santarém); seguiu-se a 2ª Divisão (distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco) e a 4ª Divisão (distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro), entre 1883-1896 e, finalmente, a 3ª Divisão (distritos de Bragança, Vila Real, Porto, Braga e Viana do Castelo), em 1899-1900.

Deste modo, na leitura militar, a divisão regional do país fazia-se por Divisões Militares que, no entanto, continuavam a respeitar as circunscrições distritais. Do fundo do mapa, ressaltava a rede hidrográfica, à qual se juntavam o povoamento e, naturalmente, a rede viária (estradas e caminho de ferro), com a indicação das distâncias ao longo dos itinerários¹⁸⁷.

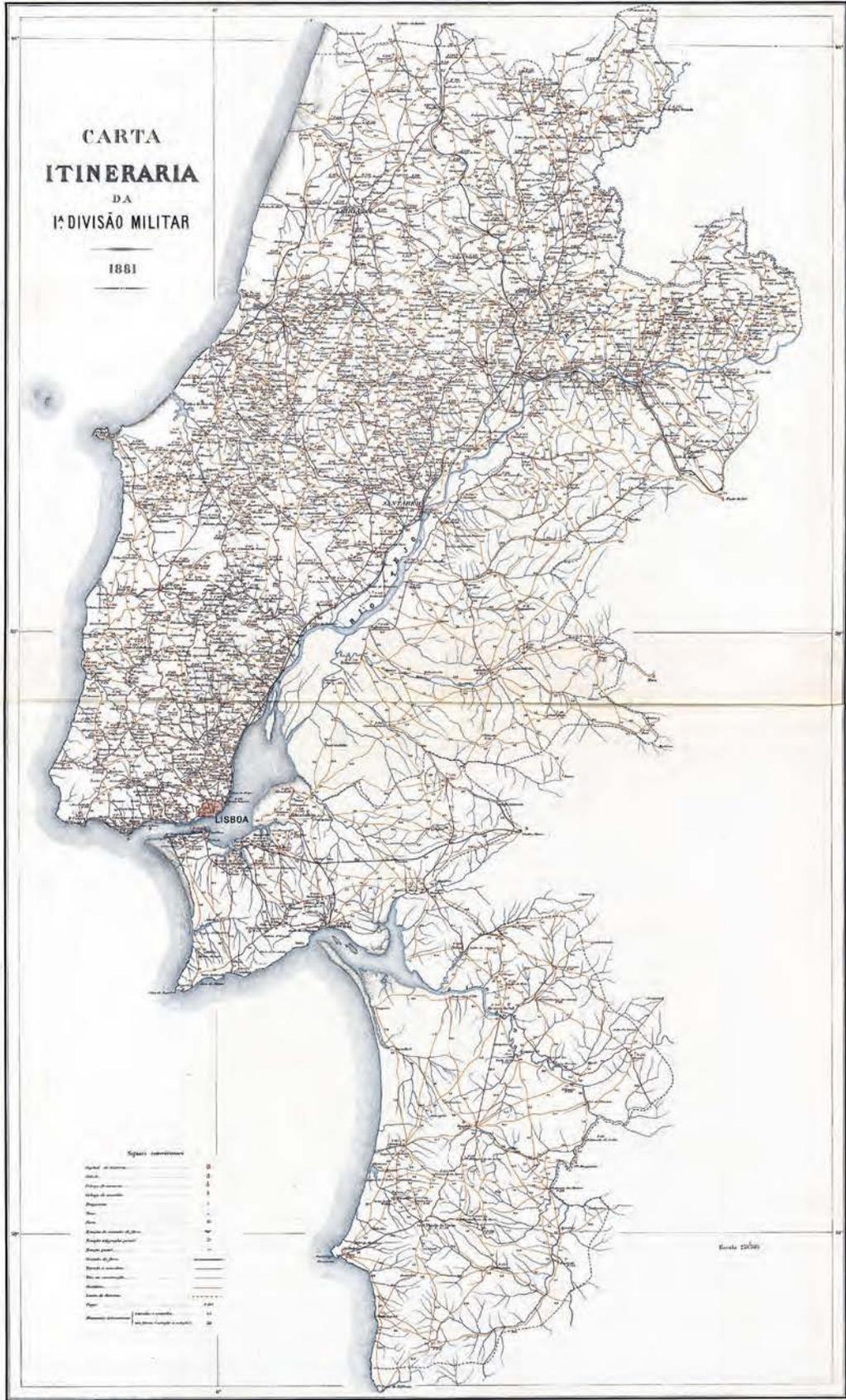
A razão pela qual esta primeira versão (atendendo ao exemplar da 1ª Divisão) foi gravada e impressa em Paris, no estabelecimento dos irmãos Erhard, permanece desconhecida. Contudo, sabe-se que a casa editora realizou vários trabalhos cartográficos para as autoridades portuguesas, nomeadamente para a Comissão de Cartografia que, nestes anos, procurava definir as fronteiras do império colonial português em África, entre os quais se destacam as versões oficiais do *Mapa Cor-de-Rosa*.

184 Encontram-se na D. I. E. sob as cotas 3848/I-2-18A-110; 3848/II-2-18A-110 e 3848/III-2-18A-110.

185 M.H. Dias e ClGeoe, 2019, pp.16-39. Na década de 1840 a opção foi pela elaboração de itinerários, cuja responsabilidade ainda recaiu sobre os engenheiros militares. A partir de 1860, já sob a direção do Corpo do Estado-Maior, foram efetuados reconhecimentos militares, especialmente na região centro do país, com o objetivo de se preparar uma Carta Militar, na escala de 1:40 000. Apesar dos resultados produzidos pela Brigada dos Reconhecimentos entre Tejo e Douro, entre 1860-1879, não foi possível estender os trabalhos a todo o território nacional, tendo estes permanecido inéditos.

186 Esta série cartográfica, que conta já com várias edições, constitui a mais importante realização cartográfica nacional do século XX. M.H. Dias e J.M. Rossa, 2007 e F. Gomes, 2011.

187 M.H. Dias, 2019, pp.16-39.



**CARTA
ITINERARIA**
DA
1ª DIVISÃO MILITAR

1881

- Legenda**
- — — — — Estrada real
 - — — — — Estrada de 1ª classe
 - — — — — Estrada de 2ª classe
 - — — — — Estrada de 3ª classe
 - — — — — Estrada de 4ª classe
 - — — — — Estrada de 5ª classe
 - — — — — Estrada de 6ª classe
 - — — — — Estrada de 7ª classe
 - — — — — Estrada de 8ª classe
 - — — — — Estrada de 9ª classe
 - — — — — Estrada de 10ª classe
 - — — — — Estrada de 11ª classe
 - — — — — Estrada de 12ª classe
 - — — — — Estrada de 13ª classe
 - — — — — Estrada de 14ª classe
 - — — — — Estrada de 15ª classe
 - — — — — Estrada de 16ª classe
 - — — — — Estrada de 17ª classe
 - — — — — Estrada de 18ª classe
 - — — — — Estrada de 19ª classe
 - — — — — Estrada de 20ª classe

Carta itineraria da 1ª Divisão Militar, Corpo do Estado-Maior 1881

Esta primeira imagem seria substituída por uma outra, editada entre 1898-1900 e, embora mantendo as mesmas características gerais, era composta por nove folhas que seccionavam retangularmente o território nacional peninsular. O mapa nº 65, corresponde à folha número 9 do conjunto, figurando o sul do Alentejo e o Algarve. Ao longo das décadas seguintes do século XX, esta carta conheceria outras versões, uma com 12 folhas e outra com 29 folhas, cada uma com várias edições, que terão servido de inspiração para a composição dos primeiros mapas de estradas do país.

*Isole Azzori, ò Azzoridi dette
altrimenti Acipitrum, Tertiae,
Flandriae et Superiores,
Possedute nel Mar Atlantico
da Portoghesi, Vincenzo
Coronelli, ca. 1695*

● Os arquipélagos atlânticos

Muito embora as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores tenham merecido, cada uma, um estudo específico, em iniciativas da responsabilidade do Centro de Informação Geoespacial do Exército (M.H. Dias 2019 e L.M. Moreira, 2018, respetivamente), decidiu-se incluir alguns exemplares destas duas parcelas do território nacional, até porque, pelo menos, desde as reformas pombalinas de meados do século XVIII, tanto a Madeira como os Açores foram equiparadas a províncias, tanto no domínio político como no militar.

A representação cartográfica destes dois arquipélagos por parte das autoridades portuguesas, de uma forma mais oficial e consistente, é relativamente tardia, situando-se a partir da segunda metade de Setecentos. Até aí, salvaguardando alguns levantamentos conduzidos entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII, as principais imagens eram compostas por autores estrangeiros, como aquela que Vincenzo Maria Coronelli (1650-1718) desenhou em 1695: *Isole Azzori, ò Azzoridi* (nº 71). Coronelli era frade franciscano e um renomado matemático e cartógrafo. Foi nomeado cosmógrafo oficial da República de Veneza, em 1685, e fundou a primeira sociedade geográfica do mundo, L'Accademia Cosmografica degli Argonauti. Os seus trabalhos mais conhecidos são os globos, os mais famosos dos quais construiu para monarcas como Luís XIV e o duque de Parma.

A partir da década de 1690 editou alguns atlas, sendo que, este mapa faz parte da obra *Isolario dell'Atlante Veneto*, onde também se integra um mapa da ilha da Madeira e uma vista/planta da cidade do Funchal. Todavia, não se trata de uma imagem original. Em finais do século XVII, os principais editores cartográficos europeus já dispunham de vários protótipos de mapas dos Açores, em boa parte produzidos por autores holan-

deses, mas quase todos baseando-se no mapa do cartógrafo Luís Teixeira (15..-1604) que Abraham Ortelius (1527-1598) publicou com o título *Açores Insulae* na edição latina do atlas *Theatrum Orbis Terrarum*, em 1584.

O autor acrescentou várias indicações de carácter corográfico sobre o nome das ilhas, a sua posição e produções mais abundantes. Porém, a toponímia está toda em castelhano, o que é revelador da fonte consultada para a composição desta imagem. A vista/planta da cidade de Angra, parece ser uma simplificação do mapa *A cidade de Angra na ilha de Iesu Xpo*, da autoria de Jan Huygen van Linschoten (fl. 1563-1611) ou de uma das suas variadas versões ou variantes.

Na segunda metade do século XVIII, à medida que as marinhas da Grã-Bretanha, França e Espanha se desenvolveram e face à posição central ocupada pelo arquipélago dos Açores, relativamente às principais rotas transatlânticas, incluindo a rota do Cabo, sentiu-se necessidade de se obterem mapas mais precisos e pormenorizados das ilhas. Assim, assistiu-se ao contributo dado por vários autores e instituições destes países que permitiu melhorar a imagem cartográfica do arquipélago.

No caso espanhol, o grande contributo seria dado por D. Vicente Tofiño de San Miguel (1732-1795), publicado no seu *Derrotero de las costas de España en el océano Atlántico, y de las islas Azores ó Terceras, para inteligencia y uso de las cartas esféricas*, em 1788, uma das obras náuticas mais influentes da sua época. Contudo, sete anos antes, Tomás López de Vargas Machuca (1730-1802), geógrafo de sua Majestade Católica e o principal editor cartográfico da Península Ibérica, fez publicar a *Carta reducida y general de las islas de los Azores (nº 72)*. À semelhança dos seus congéneres europeus, mais do que um trabalho apoiado em trabalho de campo e em observação direta, foi mais um trabalho de compilação de informação.

Como habitualmente, o autor espanhol faz acompanhar o mapa de um texto explicativo, onde, entre outras coisas, faz uma análise crítica das fontes consultadas, apresentando os argumentos que o levaram a seleccioná-las.¹⁸⁸ Com respeito às fontes cartográficas, escreveu López: “No ano de 1775, publicou Tomás Jefferys, Geógrafo de Sua Majestade Britânica, uma Carta das ilhas Açores, seguindo Mr. Danville, com diferentes adições. Parecendo-me esta, a mais correta entre todas as que se deram à luz e a mais parecida à de Teixeira, segui-a na maior parte [...]”. Do mapa inglês, para além da configuração das ilhas, o autor espanhol aproveitou as vistas e duas plantas de uma parte do litoral das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Durante as décadas seguintes, ainda seriam as imagens estrangeiras a servirem de modelo para a construção de mapas do arquipélago por autores portugueses. Tal foi o caso da *Carta esférica das Ilhas dos Açores (nº 73)*, copiada por Pedro Celestino Soares (1790-1845), alferes no Arquivo Militar, em 1826, a partir da obra de Tofiño.

Na *informação dos empregados no Real Arquivo relativas ao primeiro semestre de 1826, dirigida ao Comandante General do Engenheiros*, enviada a 30 de junho de 1826, Franzini refere-se a Pedro Celestino Soares: “tem este oficial suficiente aptidão para o desenho e é hábil igualmente na conclusão dos seus trabalhos, ao que acresce a pouca regularidade de residência, motivada pela debilidade da sua saúde que lhe não permite imitar a exatidão dos seus camaradas. A sua conduta civil é muito regular e digna de estimação”.¹⁸⁹

Carta esférica das ilhas dos Açores, 1826

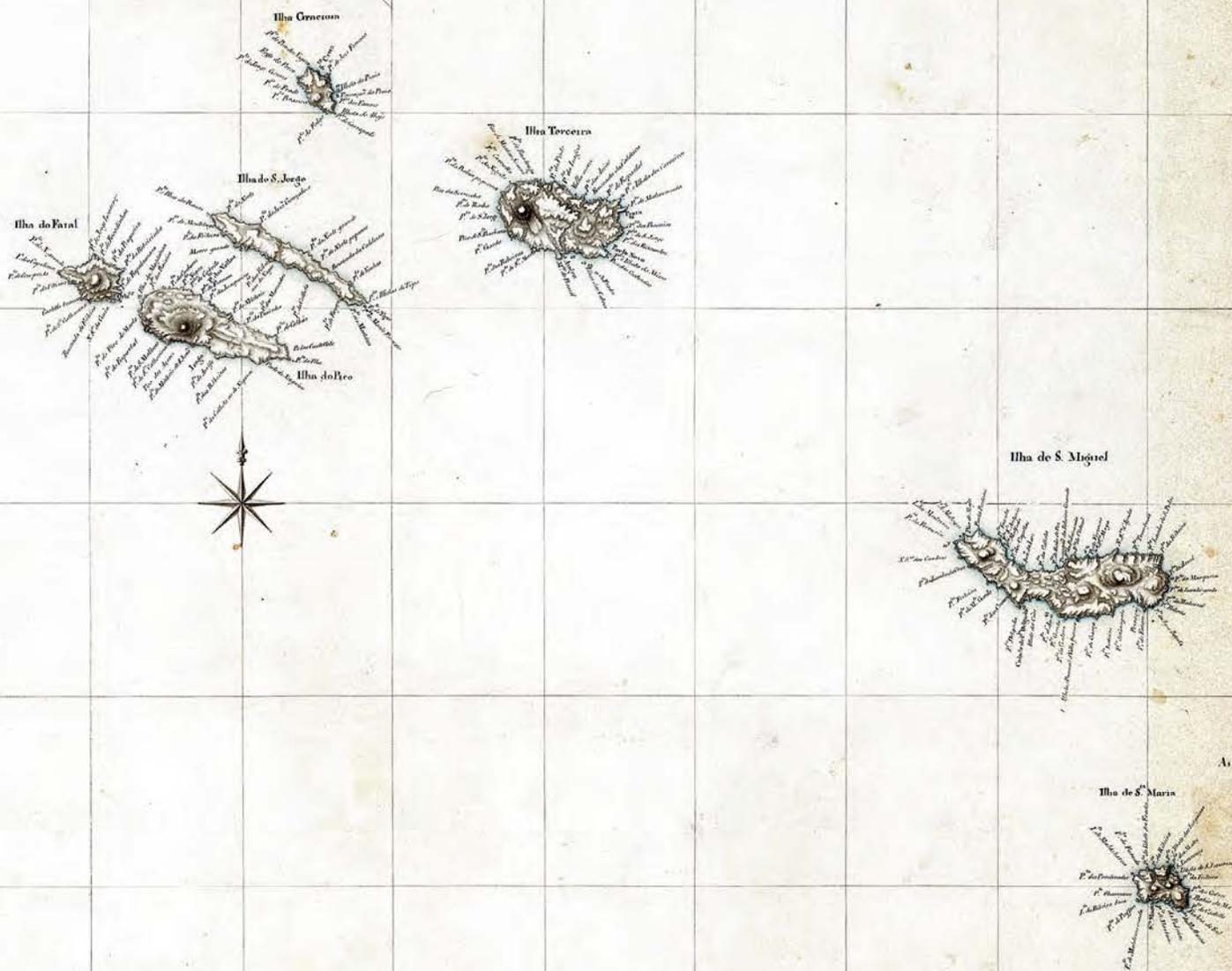
188 A este respeito, ver J. Garcia e L.M. Moreira, 2008, pp. 103-125.

189 J.E. Gaixaria, 2013, vol. II, p. 247.

Longitude Occidental de Meridiano de Paris

Iha do Corvo
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de

Iha da Flores
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de
 P. de Torres, P. de Albuquerque, M. de



ARMANDO GENTIL D'ESPANHA
 ARSENAL
 DESENHOS
 97.º 2

**CARTA ESFERICA
 DAS
 ILHAS DOS AÇORES**
 copiada no Real Archivo Militar
 por Pedro Celestino Soares, Alferes de Exército.
 Anno de 1826.

LONGITUDE OCCIDENTAL DO MERIDIANO DE CADIZ

Numa nota oficial datada de 8 de fevereiro de 1826, Franzini lamentava que muitos mapas que saíam do Arquivo Militar para outras instituições ou departamentos governamentais, não regressassem, o que empobrecia o espólio documental. Uma das obras referidas para ilustrar esta situação, era, justamente, o atlas de Tofiño que havia sido emprestado à Secretaria de Estado da Guerra e da Marinha e não só não se tinha feito uma cópia, como o original não fora devolvido.¹⁹⁰ Talvez a realização desta cópia tivesse a intenção de assegurar a existência de um exemplar no Arquivo.

No caso do arquipélago da Madeira, a produção cartográfica moderna iniciou-se um pouco mais cedo. Na sequência da destruição provocada pela aluvião de 9 de outubro de 1803 e a posterior necessidade de reconstrução das áreas afetadas, foi enviada uma equipa de especialistas, integrando o brigadeiro Reinaldo Oudinot (1747-1807), o capitão Feliciano António Matos de Carvalho (fl. 1802-1831) e o tenente Paulo Dias de Almeida (1779-1833), que permaneceu mais tempo na ilha, legando um conjunto importante de trabalhos, não só relacionados com as obras de reconstrução e de renovação urbana, como também relacionados com o reconhecimento carto-geográfico da ilha, nomeadamente o seu *Mappa da Ilha da Madeira*, acompanhado de uma Descrição, compostos em 1817.

O autor, que alcançou o posto de tenente-coronel, em 1818, ano em que se deslocou ao Rio de Janeiro para oferecer o seu trabalho à Corte de D. João VI, viria a ser, dez anos mais tarde, preso depois condenado ao degredo em Moçambique, em virtude das suas ideias políticas liberais.¹⁹¹

O mapa nº 67 corresponde à cópia que o capitão José António de Abreu realizou, em 1827, no Arquivo Militar. A sua utilidade ficaria provada logo no ano seguinte, quando, no contexto de início de Guerra Civil, o quartel-mestre general, coronel Neri Gorjão, solicitou esta cópia do mapa da Madeira, com a finalidade de preparar a expedição militar de subjugação do levantamento liberal da Madeira, ocorrida no ano de 1828. Uma nova cópia seria solicitada – “o mapa mais exato que houver nesse Arquivo, da Topografia da Ilha da Madeira...” – agora a pedido do 9º Conde de São Lourenço, Ministro e Secretário de Estado da Guerra do governo de D. Miguel, em 1832, para ser enviada para as autoridades legitimistas sedeadas naquela ilha.¹⁹²

A este primeiro importante levantamento, seguiu-se um outro, desenvolvido entre 1838 (início dos levantamentos e trabalhos de campo) e 1886 (data da publicação do último mapa). Para ilustrar esta etapa da evolução da cartografia regional portuguesa, está o mapa nº 68, intitulado de *Carta geo-hydrographica da Ilha da Madeira e dos ilheos e baixos adjacentes*, cuja autoria é de António Pedro Azevedo (1812-1889).

O autor, como indica numa nota anexa ao mapa, serviu-se do anterior mapa de Paulo Dias de Almeida e beneficiou da oportunidade de participar dos reconhecimentos hidrográficos que, nesta altura, foram desenvolvidos pelo capitão Alexander Thomas Emeric Vidal (1792-1863), do Almirantado britânico, a bordo do navio *Styx*. Assim, o mapa geográfico também se tornou hidrográfico. Em troca, Azevedo terá fornecido informações topográficas a Vidal, que as utilizou aquando da edição pelo Almirantado da carta hidrográfica do arquipélago da Madeira: *The islands of Madeira, Porto Santo and Dezertas*, em 1873.

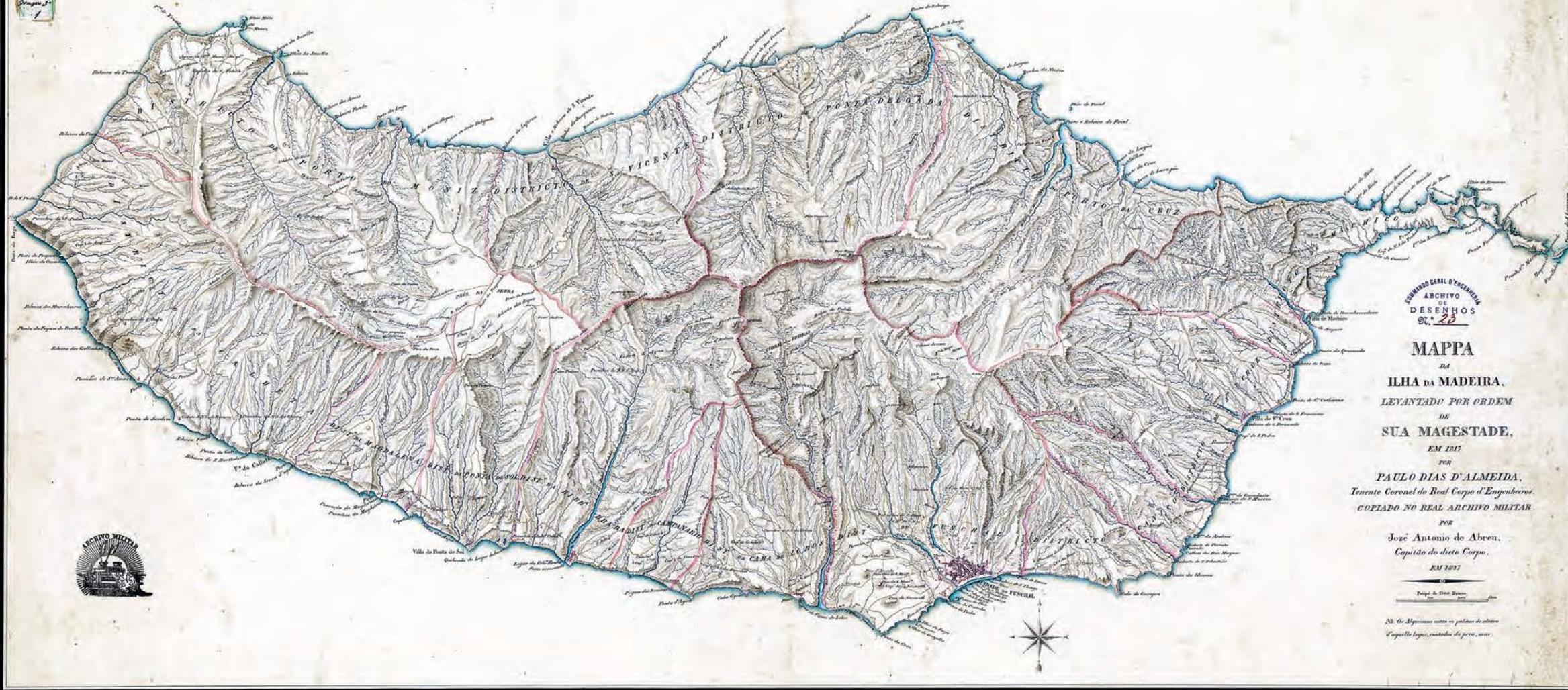
Mappa da ilha da Madeira,
Paulo Dias Almeida, 1827

190 J.E. Caixaria, 2013, vol. II, p. 233.

191 M.H.Dias e CIGeoe, 2019, pp. 17-18.

192 J.E. Caixaria, 2013, vol. II, p. 313 e.

73
1



COMANDO GERAL D'ENGENHEARIA
ARQUIVO DE DESENHOS
N.º 23

MAPPA
DA
ILHA DA MADEIRA.
LEVANTADO POR ORDEM
DE
SUA Magestade,
EM 1817

POR
PAULO DIAS D'ALMEIDA,
Tenente Coronel do Real Corpo d'Engenheiros.
COPIADO NO REAL ARCHIVO MILITAR

POR
Jozé Antonio de Abreu,
Capitão do dito Corpo.
EM 1857

Proj. e Esc. de Abreu

N.º 23. Os Altoplanos estão em pontos de altitude d'aprox. 1000, 1500 e 2000 p. m.



Em todo o caso, o processo de publicação do mapa prolongou-se pelas décadas seguintes e só foi possível após o regresso do autor a Lisboa. No entanto, António Pedro Azevedo foi fazendo correções e melhorias ao seu trabalho e fê-lo acompanhar de uma memória descritiva sobre o arquipélago, de grande valor histórico-geográfico e económico. Finalmente, foi editado em três folhas, em 1879, tornando-se na principal referência cartográfica até aos meados do século XX.¹⁹³

Este mapa só viria a ser substituído pela primeira imagem cartográfica moderna: a *Carta corográfica da Ilha da Madeira (nº 69)* da responsabilidade do Instituto Geográfico e Cadastral, editada em duas folhas, em 1934, na escala 1:50 000.

Depois de concluída a *Carta Chorographica* na escala de 1.100 000 no território peninsular, decidiu-se estender os levantamentos corográficos aos arquipélagos dos Açores (iniciados em finais do século XIX) e da Madeira, cujos trabalhos preparatórios arrancaram em 1913. À semelhança dos trabalhos precedentes, apesar da responsabilidade institucional e científica ser de um organismo civil, os técnicos eram militares a trabalhar em comissão de serviço.¹⁹⁴

Finalmente, a representação cartográfica mais pormenorizada e rigorosa só foi assegurada entre 1967-1976, aquando da primeira edição das 16 folhas da *Carta Militar de Portugal*, na escala 1:25 000 (Série P821). A segunda edição, editada em 2002-2003, corresponde à imagem mais atualizada do arquipélago (nº 70).

O mesmo pode ser aplicado ao mapa *Arquipélago dos Açores*, que o Centro de Informação Geoespacial do Exército propositadamente compôs para a exposição que dedicou àquela Região Autónoma portuguesa, em 2018, na escala 1:700 000 e que mostra as valências cartográficas atuais desta instituição¹⁹⁵ (nº 74).

● A escala regional na atual Cartografia militar portuguesa

A História da Cartografia portuguesa, principalmente dos séculos XVI a XIX, está interligada com a História Militar. As principais representações cartográficas que chegaram até nós ficaram a dever-se, direta ou indiretamente, a iniciativas ou acontecimentos militares. Considerando a escala regional, foi possível constatar que as instituições militares souberam adotar ou adaptar-se às mudanças da divisão territorial e administrativa em Portugal, pelo menos até à sua estabilização em meados do século XIX.

¹⁹³ M.H.Dias e CIGeoe, 2019, pp. 23-26.

¹⁹⁴ M.H.Dias e CIGeoe, 2019, pp. 31-32.

¹⁹⁵ L.M. Moreira e CIGeoe, 2018.

Pese embora não ter sido possível constituir uma administração regional do território (ainda hoje a discussão política está em aberto), na perspetiva da administração militar e da defesa, até aos finais do século XX, a escala regional revelou-se central, independentemente da sua designação: províncias, divisões ou regiões militares.

Paralelamente ao contributo dos geógrafos e dos corógrafos, a descrição regional do País foi assegurada pelos militares que, através de inúmeros mapas, memórias, descrições e relatórios, ressaltavam a importância de (re)conhecer a grande variedade geográfica nacional, materializada nas suas variadas regiões ou províncias.

Assim, muitos dos retratos cartográficos regionais existentes, revelam uma leitura militar do território, característica que se mantém nos dias de hoje, apesar da produção cartográfica militar à escala regional não obedecer a nenhuma lógica de divisão territorial, desde, pelo menos, a edição da *Carta Itinerária* datada dos finais do século XIX.

Quando, em 1934, os Serviços Cartográficos do Exército iniciaram a publicação da *Carta Militar de Portugal*, na escala 1:25 000, e à medida que este empreendimento foi sendo concluído em tempo recorde no território continental, decidiu-se atualizar a *Carta Itinerária*.¹⁹⁶ Na realidade, mais do que uma mera atualização, foi proposta a realização de uma nova série cartográfica – M586 – com o título de *Carta Militar de Portugal*, elaborada com o sistema de projeção de Gauss, mantendo-se a escala de 1:250 000. Assim, a produção de uma primeira edição terá sido pensada a partir dos finais da década de 1940, mas com um número de folhas mais reduzido, apenas oito. Iniciada em 1947, terão sido concluídas algumas folhas, contudo, razões técnicas, burocráticas e administrativas levaram ao seu adiamento, sendo o seu estudo de viabilidade retomado em finais da década de 1950 e, finalmente, concluído integralmente entre 1961 e 1968¹⁹⁷. Numa primeira fase, cada folha indicava o diagrama das folhas da Carta (Militar) na escala 1:50 000, informação que desapareceu nas edições seguintes.

Embora seja, genericamente, um mapa itinerário, esta informação é complementada por um vasto conjunto de outras informações, como a altimetria (equidistância de 100 m entre curvas de nível), a orografia, a cobertura vegetal, a batimetria, ...). A série, que apenas abrange o território peninsular, compõe-se de um conjunto de 8 folhas numeradas e identificadas pelo nome da povoação mais importante, geralmente uma capital de distrito (a exceção é Lagos), cada uma com uma área útil de 128 x 160 km². Contudo, este seccionamento retangular (com o lado maior orientado na direção norte-sul) não está vinculado a nenhuma divisão territorial atual, pelo que, em si mesma, não representa uma visão regional do conjunto do país.

Quando confrontamos a edição mais antiga com a mais recente, como nos casos dos mapas nº 30 e 31, que abarcam a antiga província da Beira, é possível realizar um exercício de análise cartográfica comparativa e evolutiva deste território, ao longo de um período de cerca de 40 anos, o que permitirá aferir as suas mudanças mais significativas, uma vez que, os mapas, mesmo os mais antigos, constituem um repositório de informação georreferenciada.

Se entre a primeira edição completa e o início da segunda, decorreram 32 anos, entre as duas últimas edições, apenas decorreram três. Não serão, unicamente, razões de ordem técnica que explicam estas

196 Para acompanhar o contexto da produção cartográfica militar de Portugal no século XX, ver OGeo, 2016.

197 Devo esta informação ao senhor coronel Fernando Soares e ao senhor tenente-coronel Luís Crispim.

diferenças, o número de utilizadores deste tipo de produto cartográfico também terá aumentado, afinal, trata-se de um completo mapa das estradas!

Em todo o caso, há um detalhe importante a reter: nas primeiras edições, para além da informação coligida a partir dos levantamentos da *Carta Militar de Portugal* na escala 1:25 000 – que, de resto, ainda se mantém como a principal fonte de informação – também se utilizaram informações obtidas a partir de fotografia aérea e de fontes cartográficas provenientes do Ministério da Economia (Reconhecimento e Ordenamento Agrário), enquanto que nas edições mais recentes, utilizaram-se imagens de satélite, para além de informações provenientes das outras entidades, o que permite fazer uma atualização mais rápida destas cartas (nº 10, nº 21, nº 42 e nº 54).

A esta escala regional 1:250 000, a série M586 não é única. O Serviço Cartográfico do Exército e, posteriormente, o Instituto Geográfico do Exército, foram responsáveis pela criação de uma outra série, com duas versões distintas: a *Carta Militar de Portugal*, série 1501A (série aeronáutica, “Air”) e 1501G (série terrestre, ou Ground) de acordo com as exigências da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO/OTAN).

Um dos maiores desafios que, ainda hoje, se coloca à NATO (uma aliança formada por 30 países) é o de garantir a sua interoperabilidade, tanto ao nível estratégico – e que se manifesta, por exemplo, pelas diferenças nos orçamentos ou das indústrias de defesa entre os diversos países membros – como ao nível tático/operacional, como sejam as diferenças tecnológicas e de armamentos utilizados. Por esta razão, a NATO procura uniformizar os seus procedimentos e doutrinas, assim como muito do material utilizado em comum pelas forças armadas dos estados membros, sendo os mapas um bom exemplo.

Beneficiando da sua experiência na II Guerra Mundial, os norte-americanos prestaram uma maior atenção ao poder aéreo e, já no âmbito da Aliança do Atlântico Norte, procuraram uniformizar as cartas aeronáuticas, publicando especificações técnicas detalhadas para a elaboração deste tipo de mapas, os denominados *standardization agreements* (STANAG), concretizados nos *Joint Operations Graphics*.¹⁹⁸ No caso dos mapas aeronáuticos da série 1501A, esta uniformização aplica-se a elementos como sistemas de referência, projeção, dimensões, simbologia, escala (apresenta três, em milhas terrestres, em quilómetros e em milhas náuticas), unidades de medida de altitude (fornecidas em pés), etc.

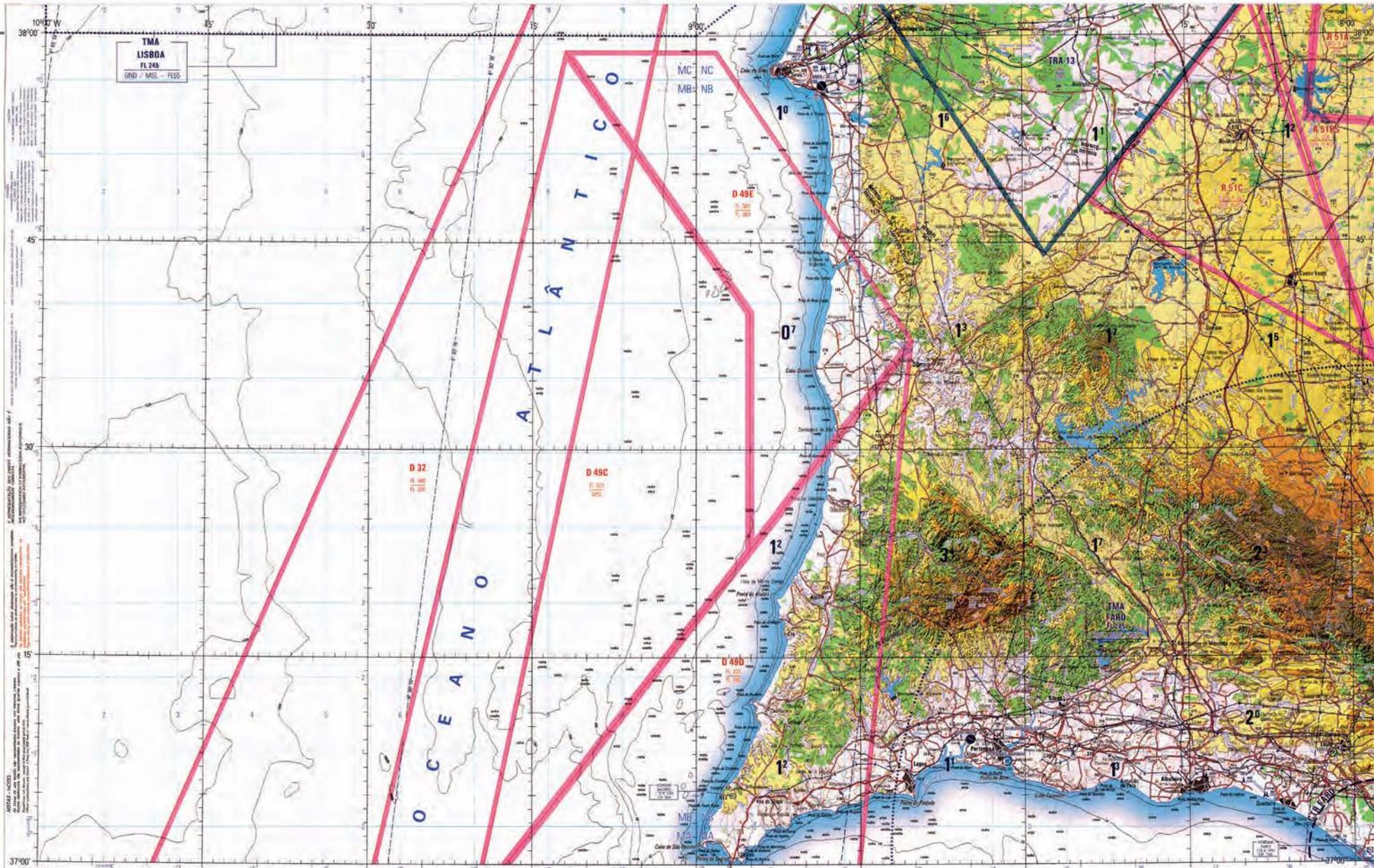
O conteúdo destas cartas aeronáuticas inclui uma base topográfica/corográfica, geralmente muito generalizada, mas identificando elementos como localidades, estradas e ferrovias, bem como as formas terrestres que podem ser usados pelos pilotos como marcos de navegação aérea. Neste particular, o relevo é representado com um cuidado especial, de forma a que os pilotos possam estabelecer o valor mínimo seguro de altitude, razão pela qual foram acrescentadas cores hipsométricas para retratar melhor as diferenças de altitude, enquanto o carácter ilustrativo do relevo foi aumentado através do sombreamento¹⁹⁹.

O mapa *Joint Operations Graphic*, na escala 1:250 000, é um documento para fins militares, classificado como operacional e estratégico, para ser utilizado tanto pelas forças aéreas em voos de baixa altitude

Carta Militar de Portugal
1:250 000. Série 1501A, folha
NJ 29-8, Instituto Geográfico
do Exército, 2003

198 STANAG 3600. *Topographical Land Maps and Aeronautical Charts 1:250 000 for Joint Operations*, 2000. Brussels: NATO Standardization Office

199 Sobre a cartografia militar aeronáutica, em especial esta série, ver E. Sobczyński e J. Pietruszka, 2018, pp. 1–26.



ESCALA 1:250 000
PORTUGAL, PORTUGAL

SÉRIE 1001 AIR
FOLHA N1 20-A
EDICÃO 2 1987

ESTRADAS - ROADS

CAMINHOS DE FERRO - RAILROADS

LIMITES SONDADOS

VEGETAÇÃO - VEGETATION

ESCALA (PIÉTS) / METRAGEM (METERS)

ESCALA - SCALE 1:250 000

PONTOS DE REFERÊNCIA - LANDMARK FEATURES

JOINT OPERATIONS GRAPHIC (AIR)
ESCALA - SCALE 1:250 000

RELIABILIDADE DESTA FOLHA
RELIABILITY OF THIS SHEET

ALTIMETRIA - TERRAIN ELEVATIONS

DIAGRAMA DE LOCALIZAÇÃO
LOCATION DIAGRAM

CONVERSÃO DE ALTITUDE
CONVERSION OF ALTITUDES

ESCALA 1:500 000
PORTUGAL, PORTUGAL

SÉRIE 1001 AIR
FOLHA N1 20-B
EDICÃO 2 1987

ou ataque ao solo, como pelas tropas no terreno que com elas estão a interagir. Por esta razão, este mapa era, inicialmente de venda restrita, mas, atualmente, encontra-se disponível para todos os tipos de utilizadores.

O território continental é coberto por 11 folhas desta série cartográfica (que já conta com duas edições completas, a primeira entre 1969-1972 e a segunda em 2002-2003), num seccionamento retangular correspondente à quadrícula militar U.T.M., estando identificadas pelo nome da localidade principal e pelo código da quadrícula do sistema militar de referência. No caso do mapa nº 66 trata-se da folha “NJ-29-8 – Portimão”, editada em 2003 e a folha “NJ-29-9 – Faro”, também editada em 2003, na sua terceira edição e que, em conjunto, permitem obter a representação da região do Algarve.

A outra versão, a série 1501G, tem praticamente as mesmas características técnicas e gráficas que a anterior, embora com algumas diferenças que decorrem do facto de ter sido preparada para ser utilizada pelas forças terrestres. Também já existem duas edições completas, tendo sido a primeira preparada ao mesmo tempo que a anterior, mas a segunda edição ficou completa entre 1997-1999. Assim, a informação aeronáutica desapareceu e embora se mantenha o sombreado para realçar o vigor do relevo, não foram acrescentadas cores hipsométricas, sendo a altitude representada por curvas de nível, tendo o seu valor sido referido em metros e não em pés. Como se constata pela análise do mapa nº 11, correspondente à folha NK-29-8 Porto, esta versão assemelha-se bastante à série M586, mas utilizando o *design* e a simbologia definida pelas normas STANAG da NATO/OTAN.

A partir das primeiras décadas do século XX, os levantamentos cartográficos militares dividiram o território nacional peninsular num mosaico retangular, composto por um número variável de folhas, de acordo com a escala escolhida, no entanto, a sua conjugação torna possível identificar os territórios das antigas províncias históricas.

Descrição dos documentos cartográficos

Lista de Instituições

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Bibliothèque National de France (BNF)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Biblioteca Pública de Braga (BPB)

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)

Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE)

Direção Geral do Território (DGT)

Direção de Infraestruturas do Exército (DIE)

Museu de Lisboa (ML-CML)

Museu Nacional Machado de Castro (MNMC)

Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)

Introdução

GRANDPRÉ, Charles, fl. 1729-1736

Mappa geral dos Reynos de Portugal e dos Algarves divididos pelas suas províncias, conforme as informações mais exac. / composto por Carlos de Grandprez e dedicado a Sacra Real e Augusta Magest. del Rey D. João o V. ; G. F. L. Debrie invenit et fecit. – Escala [ca. 1:656 000], 10 [léguas] = [9,4 cm]. - 1730. – 1 mapa : ms., color. ; 102 x 66 cm
BNF, Ge DD-2987 (1871 B)



Província de Entre Douro e Minho

n.º 1 LESCOlLES, Michel, ?-1688

Carta geographica da provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661 / por M.^{el} Lescolles. – Escala [ca. 1:350 000], 5 legoas = [11,7 cm]. – 1661. – 1 mapa : ms., color. ; 34 x 46 cm
BNF, Ge D-13875



n.º 2 PROVÍNCIA DE ENTRE DOURO E MINHO

Província de Entre Douro e Minho / sculp. Laurent - Escala [ca. 1:620 000], [3 léguas] = [3 cm] . - [S.l. : s.n., ca. 1762]. - 1 mapa : color. ; 25 x 18 cm

Este mapa foi inserto na segunda edição da obra de João Bautista de Castro *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.
BNP, C.C. 163 P1



n.º **3 BRANDÃO, Gonçalo Luís da Silva, fl. 1758-1776**

Carta geographica do continente da prov.^a de Entre Douro e Minho e de sua costa marítima e raya. – Escala [ca. 1:300 000], 5 legoas = [12 cm]. - 1758. - 1 mapa : ms., color. ; 30 x 44 cm

In *Topografia da província de Entre Douro e Minho* / por Gonçalo Luís da Silva Brandão. – 1758.

Esta obra é composta por 24 plantas e mapas das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral daquela província BPMP, RES Ms. 1909(1)



n.º **4 PYTHON, Jean Benoît, 17..-1790**

Mappa da fronteira da província do Minho : feito por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} D. Jorge Cary do Conselho de S.^a Mag^{de} tenente general de seus Exercitos, governador das Armas da Província de Tras dos Montes e comandante general do Exercito Volante da mesma província, da do Minho, e Partido do Porto, &a / feito, e designado p.lo cap. am de Inf.a com o exercício de engenheiro, João Bento Python no mez de janeiro de 1763. - Escala [ca. 1:255 000], 6 legoas portuguezas = [15,7 cm].- 1763. - 1 mapa : ms., color. ; 45 x 62 cm

DIE, 3602/I-3-32-44



n.º **5 VILAS BOAS, Custódio José Gomes de, 1771-1809**

Mapa da província d'Entre Douro e Minho : levantado em 1794 e 1795, de par com as indagações economico-políticas, tudo para servir à regulação das comarcas da mesma província, e outros objectos de utilidade publica / por Custodio Jozé Gomes de Villas-Boas. – Escala [ca. 1:96 500], 2 legoas portuguezas de 18 ao gr. = [12,8 cm]. - 1794-1795. – 1 mapa e 1 quadro estatístico : ms., color. ; 91 x 61 cm

BNP, D. 94 R.



n.º **6 VILAS BOAS, Custódio José Gomes de, 1771-1809**

Mappa da província do Minho, que tem por título mappa da província d'Entre Douro e Minho, com o quadro da sua população dividida em classes, e outras particularidades economico políticas : completado no ano de 1798 / por Custódio Jozé Gomes de Villasboas, primeiro tenente do Real Corpo de Engenheiros, socio d'Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e director das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cavado. - Escala [ca. 1:97 000], 1 legoa de 2818 braças = [6,4 cm]. - 1798. – 1 mapa e 1 quadro estatístico : ms., color. ; 128 x 100 cm

DGT, CA 60



- n.º **7** **VILAS BOAS, Custódio José Gomes de, 1771-1809**
Mappa do districto entre os rios Douro e Minho, feito por ordem do Ill.º e Ex.º S.º Nicolau Trant brigadeiro general encarregado do Governo das Armes do Partido do Porto, anno 1813 / [Custódio José Gomes de Vilas Boas]. - Escala [ca. 1:196 000], 2 legoas de 18 ao grao = [6,3 cm]. - London, Strand : S[amuel] J[ohn] Neele, 1813. - 1 mapa em 2 folhas e 1 quadro estatístico : p&b ; 44 x 60 cm cada folha
DGT, CA 62 e CA 62a



- n.º **8** **P., J. B., fl. 1832**
Carta da provincia do Minho / por J. B. P. ; Lemos fecit na O. R. Lith. - Escala [ca. 1:153 000], 3 legoas = [12 cm]. - [Lisboa] : O[ficina] R[égia] Lith[ográfica], 1832. - 1 mapa : p&b ; 94 x 70 cm
DIE, 3601/I-3-32-44



- n.º **9** **CARTA DOS RIOS, MONTANHAS E TERRENOS INCULTOS DA PROVÍNCIA DO MINHO**
Carta dos rios, montanhas e terrenos incultos da provincia do Minho / Carvalho gr. - Escala 1:500 000. - [Lisboa] : Lithographia da Imprensa Nacional, [ca. 1886]. - 1 mapa : color. ; 26 x 22 cm
Este mapa integrava a obra de José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*. vol. 1, Lisboa : Livraria de A. M. Pereira, 1886, p. VI-VII. [Mapa 2]
BNP, H.G. 3642 A.



- n.º **10** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005**
[Entre Douro e Minho] : Porto / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 5. - Escala 1:250 000. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 1 folha : color. ; 75 x 54 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 1)
CIGeoE, B5VA-PT250-CL01/4

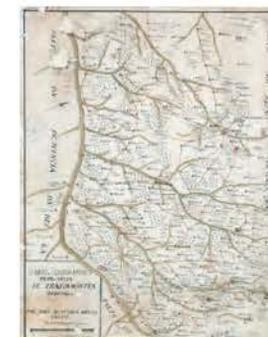


- n.º **11** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005**
 [Entre Douro e Minho] : Vigo, Porto / Instituto Geográfico do Exército. – Ed. 2. - Escala 1:250 000. – Lisboa : I. G. E., 1999. – 2 folhas : color. ; 45 x 70 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M1501G ; fl. NK 29-5 e NK 29-8)
 CIGeoE, B5VA-PT250-CL10/3 e B5VA-PT250-CL10/5

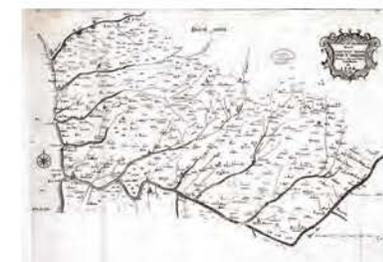


● Província de Trás-os-Montes

- n.º **12** **CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780**
 Carta geographica da província de Trás-os-Montes / dedicada por Jozé Monteiro de Carvalho. - Escala [ca. 1:400 000], 5 legoas portuguezas = [7,6 cm]. - 1755. - 1 mapa : ms., color. ; 41 x 33 cm
 DGT, CA 75



- n.º **13** **S., I. E. M., fl. 1762**
 Mapa da prova de Tras os M.^{tes} e Minho dedicado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Fran.^{co} X.^{er} de Mend.^{sa} Menistro e Secretario de Estado da Marinha / por I. E. M. S. – Escala [ca. 1:440 000], 7 legoas = [9,8 cm]. - 1762. - 1 mapa : ms., p&b ; 41 x 59 cm
 DIE, 3593/I-3-32-44



- n.º **14** **CARVALHO, Luís Gomes de, 1771-1826**
 Carta topographica da parte da província de Trás os Montes comprehendida entre o Douro e o Sabor até Bragança : que para melhor cumprimento das ordens do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Srn. tenente general governador das Armas da mesma província levantou o capitão do Real Corpo de Engenheiros Luíz Gomes de Carvalho desde o 1.º até 16 de setembro em que reconhecia o mesmo terreno / pello mesmo cap.^{am} do R. C. d'Eng^{os} Luíz Gomes de Carvalho. – Escala [ca.1:110 000], 3 legoas de 2 500 braças = [15,1 cm]. -19 de outubro de 1797. - 1 mapa : ms., color. ; 65 x 93 cm
 DGT, CA 76



n.º **15** **MAPA TOPOGRÁFICO DE PARTE DA FRONTEIRA DA PROVÍNCIA DE TRÁS-OS-MONTES ENTRE CHAVES E O RIO SABO**

Mappa topographico de parte da fronteira da provincia de Tráz os Montes entre Chaves e o rio Sabôr. – Escala [ca. 1:93 500], 3 leguas de 18 ao gráo = [19,8 cm]. – [post. 1750]. - 1 mapa : ms., color. ; 82 x 65 cm
DGT, CA 77



n.º **16** **CIBRÃO, José Joaquim Pereira, 17.-18..**

Carta geogaf.^a da provincia de Tras-os-Montes : para uso do Quartel General do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Bernardim Freire de Andrada e Castro, fidalgo da Caza de S. A. R., senhor e alcaide mor da villa das Galveas, commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, tenente general doas Reais Exercitos, e commandante em chefe do Exercito do Norte / extr. por Jozé Joaquim Pereira Cibrão, sargento mor de Milicias do Regimento de Barcelos, empregado no mesmo Quartel General. - Escala [1:63 000], 4 [léguas] = [9,8 cm]. – [ca. 1808-1809].- 1 mapa : ms., color. ; 58 x 77 cm
DIE, 3591-3-33-45



n.º **17** **TRÁS-OS-MONTES**

[Trás-os-Montes]. – [Escala não determinada]. – [post. 1820]. - 1 mapa : ms., color. ; 35 x 47 cm
DIE, 3592-3-32-44



n.º **18** **PROVÍNCIA DE TRÁS-OS-MONTES**

Provincia de Tras-os Montes. - Escala [ca. 1:500 000], 5 [léguas] = [6,2 cm]. - [S.l. : s.n., 1826]. - 1 mapa : color. ; 25 x 38 cm
Este mapa integrava o *Atlas geografico das provincias do reino de Portugal e Algarve* (Lisboa, 1826).
BNP, C.C. 401 P2



n.º **19** **SÁ, Alexandre José Botelho Vasconcelos e, 1805-1871**

Reconhecimento chorográfico feito em 1840 pelo capitão do Corpo de Engenheiros Vasconcellos, aos concelhos limítrophes da raia estrangeira da provincia de Traz-os-Montes. - Escala [ca. 1:207 500], 4 legoas = [11,9 cm]. - 1840. - 1 mapa : ms., color. ; 63 x 97 cm
DIE, 3590-3-32-44



n.º **20** **PORTUGAL. Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1994-2002**

Trás-os-Montes e Alto Douro / Instituto Português de Cartografia e Cadastro. - Ed. 1. - Escala 1:200 000. - Lisboa : I. P. C. C., 1999. - 1 folha : color. ; 80 x 64 cm. - (Carta de Portugal 1:200 000. Continente, série M 585 ; fl. 2)
DGT



n.º **21** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005**

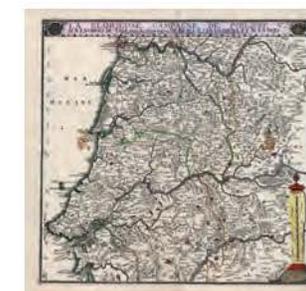
[Trás-os-Montes] : Porto, Bragança / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 5. - Escala 1:250 000. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 2 folhas : color. ; 75 x 54 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 1 e 2)
CIGeoE, B5VA-PT250-CL01/4 e B5VA-PT250-CL02/4



● **Província da Beira**

n.º **22** **FER, Nicolas de, 1646-1720**

La glorieuse campagne de Pilippe V aux environs du Tage dans les provinces de Beira, Estremadura et Alentejo / par N. de Fer geographe de sa Majesté Catolique et de Monseigneur le Dauphin. - Escala [ca 1:850 000], vingt lieües de France = [10,9 cm]. - Paris : chez l'auteur, avec privilege du Roy, 1704. - 1 mapa : color. ; 45 x 47 cm
BNP, C.C. 1795 A.



n.º **23** **GRANDPRÉ, Charles, fl. 1729-1736**

Provincia da Beira / Grandprez fecit et excud. - Escala [ca. 1:850 000], 5 [léguas] = [3,6 cm]. - Lisboa : [s.n.], 1730. - 1 mapa : color. ; 18 x 25 cm

Este exemplar, faz parte do volume factício "Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas" coligidos por Diogo Barbosa Machado.

BNRJ, cart1078074



n.º **24** **LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1730-1802**

Mapa de la provincia de Beira, construído segun las mas modernas memorias / por Thomás Lopez, pensionista de S. M. - Escala [ca. 1:634 900], 6 leguas de 17 1/2 al grado = [6 cm]. - Madrid : se hallara frente de S. Bernardo [Tomás López], 1762. - 1 mapa : p&b ; 35 x 30 cm

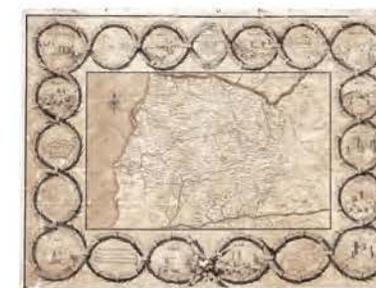
DIE, 3927-2-20-29



n.º **25** **CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780**

Carta geographica da provincia da Beira oferecida a S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal / pelo sargento mor de Infantaria com exercicio de engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho.

- Escala [ca. 1:378 000], 9 legoas portuguezas = [14,7 cm]. - [entre 1777 e 1780?]. - 1 mapa : ms., p&b ; 133 x 96 cm
BNP, D. 159 R.



n.º **26** **MAGNI, José Carlos, fl. 1778-1797**

Mappa topographico das villas, e terras, q formavão a comarca d'Arganil antes da Lei de 19 de Julho de 1790, de toda a comarca de Coimbra, e de parte das comarcas da Guarda, Vizeo, Aveiro, Leiria e Thomar, q confinão com as terras da mesma comarca d'Arganil, no qual não só se distinguem as comarcas humas das outras, mas os termos, e conselhos de q ellas se formão / Joze Carlos Magni o fez no anno de 1790. - Escala [ca. 1:107 300], 2 legoas portuguezas = [11,5 cm]. - 1790. - 1 mapa : ms., color. ; 128 x 65 cm

DGT, CA 86



n.º **27** **BLUMENSTEIN, barão de, fl. 1797-1802**

Mapa da fronteira da Beira, para a inteligência das disposições de defesa feitas pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo marquês de Alorna marchal de campo enquanto comandou nesta província no ano de 1801 / o barão de Blumenstein tenente coronel, sargento mor cavaleiro de Míremont. - Escala [ca. 1:200 000], 6 legoas portuguezas de 18 por cada hum gráo = [15,8 cm]. - 1801. - 1 mapa : ms., color. ; 98 x 75 cm
DIE, 1894-2-21-30



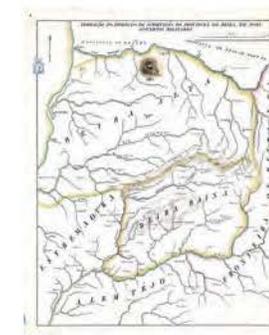
n.º **28** **CONFIGURAÇÃO DO RECONHECIMENTO MILITAR DE UMA PARTE DA PROVÍNCIA DA BEIRA**

Configuração do reconhecimento militar de huma parte da província da Beira. - Escala [ca. 1:190 000], 3 leguas [18 ao grau] = [10 cm]. - [post. 1825]. - 1 mapa : ms., color. ; 74 x 75 cm
DIE, 1861-2-20-29



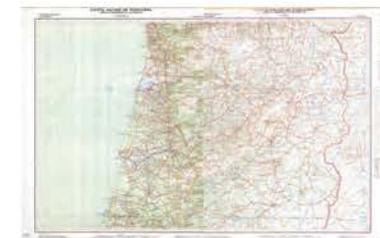
n.º **29** **INDICAÇÃO DO PROJETO DA SUBDIVISÃO DA PROVÍNCIA DA BEIRA EM DOIS GOVERNOS MILITARES**

Indicação do projecto da subdivisão da província da Beira em dois governos militares. - Escala [ca. 1:441 000], 10 leguas = [14 cm]. - [1825]. - 1 mapa : ms., color. ; 61 x 50 cm
DIE, 1849-2-19-28



n.º **30** **PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993**

[Beira]: Coimbra, Viseu / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:250 000. - Lisboa: S. C. E., 1965-1967. - 1 mapa em 2 folhas : color. ; 75 x 54 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 3 e 4)
CIGeoE, B5VA-PT250-CL03/1 e B5VA-PT250-CL04/1



n.º **31** PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005

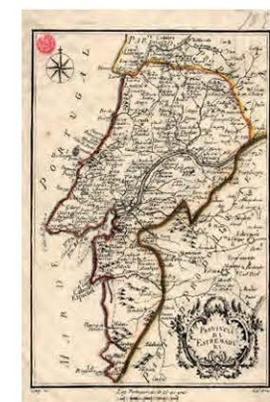
[Beira] : Coimbra, Viseu / Instituto Geográfico do Exército. – Ed. 5. – Escala 1:250 000. – Lisboa : I. G. E., 2008. – 1 mapa em 2 folhas : color. ; 75 x 54 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 3 e 4) CIGeoE, B5VA-PT250-CL03/4 e B5VA-PT250-CL04/4



● Estremadura

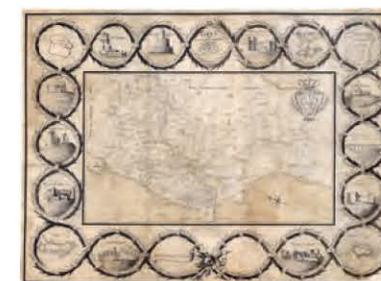
n.º **32** CARPINETTI, João Silvério, 1725-1803

Provincia da Estremadura / Carp. sc. – Escala [ca. 1:1 300 000], 9 leg. portuguesas de 18 ao grão = [4,3 cm]. – Lisboa : [Imp. Francisco Manuel], 1762. – 1 mapa : p&b com traçados a cores ; 25,7 x 17,8 cm
Este mapa integrava a obra João Silvério Carpinetti, *Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa, [...] oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Marquez de Pombal [...]*. Lisboa: Imp. Francisco Manuel, [1762].
BNP, C.C. 166 P1



n.º **33** CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780

Carta geographica da provincia da Estremadura que a S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal / oferece o sargento mor engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho. - Escala [ca. 1:405 000], [9] legoas = [13,7 cm].- [entre 1777 e 1780?]. - 1 mapa : ms., p&b ; 133 x 95 cm
BNP, D. 156 R.



n.º **34** SILVA, João Manuel da, 1764?-1849

Planta geographica de parte da provincia da Extremadura em que se notão os actuaes districtos dos seus Regim.^{tos} de Milicias feito no anno de 1804 / pellos officiaes eng.^{tos} o major João M.^{el} da S.^a e o pr.^o t.^e Jozé Carlos de Fig.^{do}. - Escala [ca. 1:100 000], 10 000 braças = [21,6 cm]. - 1804. - 1 mapa e 1 quadro estatístico : ms., color. ; 60 x 203 cm
DIE, 4276-2-19-28



n.º **35** **SILVA, João Manuel, 1764?-1849**

Planta da provincia da Extremadura ao sul do Tejo para servir à nova divizão dos Governos das Armas, Brigadas de Ordenanças, e Regimentos de Milícias / feita e levantada em 1806 pellos officiaes engenheiros o sargento mor João Manuel da Silva e o primeiro tenente Joze Carlos de Figueiredo. - Escala [ca. 1:100 000], 15 000 braças = [28,8 cm]. - 1806. - 1 mapa e 1 quadro estatístico : ms., color. ; 97 x 203 cm
DIE, 1899-2-20-29



n.º **36** **PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868**

Carta corographica da provincia da Extramadura em que se mostra aproximadamente a pozição e numero de povoaçoens que compreende o seu governo militar / construida no Archívo Militar em 1808, por ordem do Ill.ºº e Ex.ºº Senhor D. Antonio Soares de Noronha general desta provincia. - Escala [ca. 1:200 000], 4 legoas = [10,4 cm]. - 1 mapa : ms., color. ; 57 x 119 cm
DIE, 1904-2-20-29



n.º **37** **NEVES COSTA, José Maria das, 1774-1841**

Esboço da carta itineraria militar que contem a topographia do terreno de huma parte da provincia da Estremadura : para servir em quanto se não desenha aquella que n'huma maior escalla, deve exprimir mais perfeitamente a dita topographia / Joze Maria das Neves Costa. - Escala [ca. 1:110 000], 6 milhas ou 2 legoas = [10,9 cm]. - 1809-1810. - 1 mapa : ms., color. ; 75 x 56 cm

Este mapa acompanhava a *Memoria militar sobre as posições defensivas que se encontram no terreno visinho a Lisboa, referida á carta militar do dito terreno construida pelo Major do Real Corpo d'Engenheiros, Joze Maria das Neves Costa, no fim do anno de 1808, e principio de 1809; e por elle escripta, datada de 24 de Maio de 1809, manuscrito que se conserva no Arquivo Histórico Militar (PT/AHM/DIV/3/01/04/10).*

DIE, 1915-2-21-30



n.º **38** **FADEN, William, 1749-1836**

A military sketch of the country between Lisbon and Vimeiro occupied by the British Army under the command of lieutenant general viscounte Wellington / published with permission of the Quarter Master General by W. Faden geographer to his Magestaty & to his Royal Highness the Prince of Wales. - Escala [ca 1:95 000], 8 British miles = [13,5 cm]. - [Londres], Sharing Cross : W. Faden, 1810. - 1 mapa : color. ; 58 x 47 cm

BNP, C.C. 284 A.



n.º **39** **NEVES COSTA, José Maria das, 1774-1841**

Carta militar que serve de suplemento á carta topographica, de hua parte da provincia da Estremadura, vesinha a Lisboa : na qual, ominittindose a configuração e detalhes topographicos, se tem unicamente por objecto, apresentar a hum só golpe de vista, o numero, força, situação, e direcção das diversas linhas de defesa formadas pelos obstaculos naturaes : acompanhada de huma memoria que contem observações militares sobre as vantagens e defeitos das referidas linhas relativamente á defença da capital / por Joze Maria das Neves Costa, major do Real Corpo de Engenheiros. - Escala [ca. 1:98 000], 2540 braças ou hua legoa = [5,7 cm]. - 1811. - 1 mapa : ms., color. ; 73 x 53 cm
DIE, 1910-3-34-47



n.º **40** **PORTUGAL, Arquivo Militar, 1802-1868**

Carta topográfica da provincia da Estremadura, comprehendida entre o Oceano e os rios Tejo, Mondego e Zêzere : redigida sobre as melhores cartas particulares existentes no Real Arquivo Militar, ajustadas à triangulação dos pontos geodésicos da Carta Geral do Reino / Arquivo Militar. - Escala [ca. 1:250 000]. - 1829. - 1 mapa : ms., color. ; 105 x 68 cm
Escala calculada a partir de um mapa de escala conhecida.
DIE, 1896-2-20-29



n.º **41** **PORTUGAL. Corpo do Estado-Maior, 1834-1899**

Carta itineraria da 1a Divisão Militar / [Corpo do Estado-Maior] ; gravado e impresso por Erhard F.^{res}. - Escala 1:250 000. - [Lisboa : Corpo do Estado-Maior], 1881 (Paris ; 35.bis rue Denfert-Rochereau : Erhard F.^{res}). - 1 mapa : color. ; 117 x 91 cm
DIE, 9951-1-3



n.º **42** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005**

[Estremadura] : Lisboa / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 5. - Escala 1:250 000. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 1 folha : color. ; 75 x 54 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 5)
CIGeoE, B5VA-PT250-CL05/4



- n.º **43** **PORTUGAL. Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1994-2002**
 Estremadura / Instituto Português de Cartografia e Cadastro. - Ed. 1. - Escala 1:200 000. - Lisboa : I. P. C. C., 1974. - 1 folha : color. ; 80 x 64 cm. - (Carta de Portugal 1:200 000. Continente, série M585 ; fl. 5)
 DGT



● Alentejo

- n.º **44** **ALBERNAZ, João Teixeira, I, fl. 1602-1649**
 [Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola] / [João Teixeira Albernaz, I] ; L[ucas] V[orsterman].
 - Escala [ca 1:370 000], 7 léguas espanholas = [11,9 cm]. - [S.l. : s.n., 1644]. - 1 mapa : p&b ; 42 x 59 cm
 BNP, C.C. 254 A.



- n.º **45** **SOUSA, Bartolomeu de fl. 1665**
 Descrição da provincia de Alentejo : ao Exc.^{mo} Senhor D. Luis de Vasconcellos e Souza conde de Castel Melhor do Conselho de Estado da Sr.^{ma} Magestade del Rey D. Afonso VI & seu escrivão da Puridade / Bertholomeu de Souza o fez. - [Escala ca. 1:303 000], 9 legoas de Espanha = [18,8 cm]. - [1665]. - 1 mapa : ms., p&b ; 66 x 46 cm
 DIE, 4185-1-4-7



- n.º **46** **LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1730-1802**
 Mapa de la provincia de Alentejo, construido segun las mas modernas memorias / por Thomás Lopez, pensionista de S. M. - Escala [ca. 1:635 000], 7 leguas de 17 ^{1/2} al grado = [7 cm]. - Madrid : Se hallara frente de S. Bernardo [Tomás López], 1762. - 1 mapa : p&b ; 40 x 30 cm
 DIE, 4184-1-4-7



n.º **47** REILLY, Franz, 1760-1820

Der Landschaft Alentejo Noerdlicher Theil, nº 528. - Escala [ca 1:700 000], 8 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [6,7 cm]. - [Wien : s.n., 1799?]. - 1 mapa : color. ; 23 x 26 cm
Este mapa integrava o atlas *Schauplatz der fünf Theile der Welt*, editado entre 1789 e 1806.
BNP, C.C. 860 V.



n.º **48** REILLY, Franz, 1760-1820

Der Landschaft Alentejo südlicher Theil, nº 529. - Escala [ca 1:670 000], 8 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [7 cm]. - [Wien : s.n., 1799?]. - 1 mapa : color. ; 23 x 30 cm
Este mapa integrava o atlas *Schauplatz der fünf Theile der Welt*. Wien: F. Reilly, 1789 - 1806.
BNP, C.C. 861 V.



n.º **49** COSTA, José Maria das Neves, 1774-1841

Mappa geographico de huma parte das provincias de Alemtejo e Estremadura : para servir á intelligencia das observaçoens sobre o plano de ataque e defesa do Reino de Portugal no qual se achão tambem notadas as posiçoens occupadas pelo nosso Exercito no campo da Campanha de 1801/ por J. M. d. N. C. - Escala [ca. 1:463 000], 6 legoas de 18 ao grão = [8 cm]. - 1801. - 1 mapa : ms., color. ; 36 x 50 cm
Este mapa, muito possivelmente, serviu para ilustrar a segunda parte das *Observações sobre o plano de ataque e defesa do Reino de Portugal* (1801), preparadas pelo mesmo autor.
BNP, D. 190 A.



n.º **50** PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

[Carta de parte da Estemadura e do Alentejo e Algarve / Arquivo Militar]. - [Escala1:250 000]. - [post. 1800]. - 1 mapa em 2 folhas : ms., color. ; 97x121cm cada folha
DIE, 4083/IV-2A-29-41
DIE, 4083/II-2A-29-41



- n.º **51** **PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868**
 Planta topographica da provincia do Alentejo / [Arquivo Militar]. - Escala [ca. 1:144 000], 20 milhas = [28,5 cm]. - post. 1838. - 1 mapa : ms., color. ; 127 x 90 cm
 DIE, 503-1-4-7



- n.º **52** **PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868**
 Devizão militar do Alentejo / copiado no A. Militar por Antonio Cazemiro Ferr.^a em 1845. - Escala [ca. 1:444 000], 10 legoas = [13,9 cm]. - 1845. - 1 mapa : ms., color. ; 72 x 51 cm
 DIE, 504-1-4-7



- n.º **53** **BONNET, Charles, 1816-1867**
 Mappa geographico da provincia do Alemtejo e do reino do Algarve : Portugal = Carte geographique de la province de l^a Alemtejo e du royaume de l'Algarve : Portugal ; indicando os districtos, concelhos, com as divisões respectivas, freguesias notaveis, serras rios e ribeiras principaes pontes, estradas & / pelo eng.º Carlos Bonnet encarregado dos Trabalhos Geologicos de Portugal & & J. E. Penaguão desenhou ; Sá, lith. - Escala [ca 1:810 000], 60 milhas de 60 ao gráu de latitude = [13,7 cm]. - [Lisboa : Comissão Geodésica e Topográfica do Reino], 1851 (Lisboa ; R. N. dos M.es nº 14 : Lith. de Lopes & Bastos). - 1 mapa : p&b, com traços coloridos ; 64 x 47 cm
 BNP, C.C. 36 A.



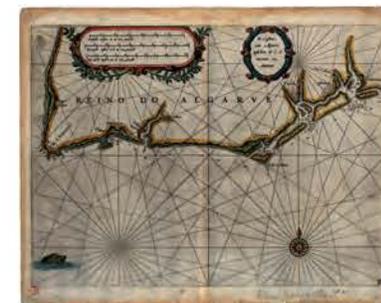
- n.º **54** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2005**
 [Alentejo] : Lisboa, Évora, Lagos, Faro / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 5. - Escala 1:250 000. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 4 folhas : color. ; 75 x 54 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Continente, série M586 ; fl. 5 a 8)
 CIGeoE, B5VA-PT250-CL05/4, B5VA-PT250-CL06/4, B5VA-PT250-CL07/4 e B5VA-PT250-CL08/4



Algarve

n.º **55** THEUNISZ LOOTSMAN, Jacob, 1631-1679

De custen van Algarve tusschen de C. S. Vincente en Airmonte / [Jacob Theunisz]. - Escala [ca. 1:550 000], 7 Duijtsche mijlen 15 in een graedt = [9,5 cm]. - [S.l. : s.n., 16--]. - 1 mapa : color. ; 26 x 36 cm
BNP, C.C. 406 P2



n.º **56** MASSAI, Alexandre, 15-- -1638

[Reino do Algarve / Massai]. - [Escala não determinada]. - 1621. - 1 mapa : ms., color. ; 47 x 31 cm
Este mapa ilustra a obra de Alexandre Massai, *Descrição do Reino do Algarve*, (1617 -1621) e que deveria constituir um relatório sobre as condições de defesa militar da costa algarvia.
ML, MC.DES.1402.34 fólios 94 e 95



n.º **57** VASCONCELOS, José de Sande, 1738-1808

Configuração corografica de baxo dos preceitos da Geografia moderna do Reyno do Algarve : por ordem do Ill.º e Ex.º Senhor conde de Rezende, governador, cappitão general deste Reyno do Algarve, & & / feita e dezenhada pello sargento mor engenheiro Joze de Sande Vasconcellos. - Escala [ca. 1:198 000], 6 legoas = [18,7 cm]. - 22 de Dezembro de 1783. - 1 mapa : ms., color. ; 71 x 145 cm
DGT, CA 243



n.º **58** COUTINHO, Baltazar de Azevedo, 1765-1823

Mappa geografico do reyno do Algarve dividido em suas tres comarcas, e subdividido pelos termos que pertencem a cada huma das ditas comarcas com as observaçoens mais notaveis do mesmo reyno tanto da producção dos seus fructos e generos, como de tudo o mais que toca a configuração e posição giografica das cidades, villas e aldeas montes, e serras do mesmo reyno, e do numero de abitantes, que nelle existe / feito e dezenhado por Balthazar Azevedo de Couttinho, ajudante de inffan.ª com exercicio de engenheiro do dito reyno em o anno de 1791. - Escala [ca 1:140 000], 4 léguas de 18 ao grau = [18 cm]. - 1791. - 1 mapa : ms., color. ; 140 x 228 cm
BNP, BPE Gav. 4 n. 23



n.º **59** **PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868**

Carta topografica do Reyno do Algarve / fornecida do R. A. M.^{ar} em 1825 à commição dos off.^{es} do R. C. Eng.^{ros} encarregada do levantam.to da carta m.ar e chorographica do dito Reyno. – Escala [ca. 1:435 000], 5 lg. de 20 ao gráo = [7,1 cm]. - 1825. - 1 mapa : ms., p&b. ; 52 x 43 cm
DIE, 517-1-3-5



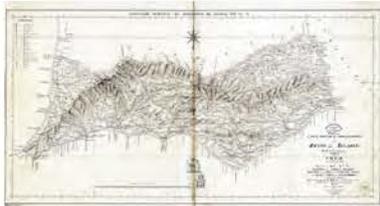
n.º **60** **REINO DO ALGARVE**

Reyno do Algarve. – Escala [ca. 1: 772 600], 4 [léguas?] = [3,2 cm]. - [S.l.: s.n., 1826]. - 1 mapa : ms., color. ; 22 x 30 cm
Muito provavelmente integrado no *Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e Algarve* (Lisboa, 1826)
DIE, 531-1-3-5



n.º **61** **FIGUEIREDO, José Carlos de, 1773-1843**

Carta militar, e chorographica do Reyno do Algarve : mandada levantar por ordem de S. M. I, e R. em Julho de 1825 : remetida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Manoel de Souza Ramos, marechal de campo, e commandt.^e geral do Real Corpo de Engenheiros em Maço de 1826 / pella commissão, dos officiaes do dito Corpo [o tenente-coronel José Carlos de Figueiredo, o major Francisco de Arbués Moreira e o primeiro-tenente Miguel Joaquim Pires], encarregada deste, e outros serviços, no mesmo Reyno. - Escala [ca. 1:200 000], 8 legoas de 20 gráo = [22,4 cm]. - 1826. - 1 mapa : ms., color. ; 48 x 90 cm
DIE, 527-1-3-5



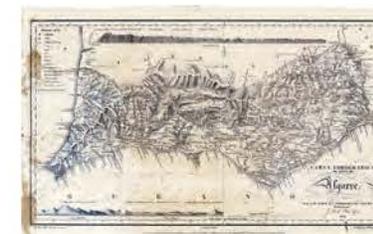
n.º **62** **R., J. M. fl 1837**

Mapa do Reyno do Algarve / por J. M. R. - Escala [ca. 1:253 000], 5 legoas = [12,2 cm]. - 18 de janeiro de 1837. - 1 mapa : ms., color. ; 68 x 48 cm
DIE, 530-1-3-5



n.º **63** **LOPES, João Baptista da Silva, 1781-1850**

Carta corográfica do Reino do Algarve, que faz parte da corografia do mesmo reino / publicada por J. B. da Silva Lopes ; J. A. de Abreu [primeiro ensaio a lápis]. - Escala [ca. 1:200 000], 5 legoas de 20 ao grau = [13,9 cm]. - Lisboa : J. B. da Silva Lopes, 1842 (Lisboa: Off[icína] Lith[ográfica] de M[anu]el Luiz da Costa). - 1 mapa : p&b ; 43 x 80 cm
BNP, C.C. 543 A.



n.º **64** **PORTUGAL. Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino**

[Algarve] / levantada, construída e gravada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino. - Escala 1:100 000. - [Lisboa] : D.G. T. G. R., 1884-1893. - 2 folhas ; p&b ; 55 x 85cm cada folha. - ([Carta corográfica de] Portugal ; fl. 36 e 37)
CIGeoE, B2HC-G2/59 e B2HC-G2/60



n.º **65** **PORTUGAL. Corpo do Estado-Maior, 1834-1899**

[Alentejo e Algarve] / Corpo do Estado Maior ; Diniz, Luna des. - Escala 1:250 000. - [Lisboa] : CEM, 1898 (Lith.da C.ª N.ª Editora). - 1 folha ; color. ; 71 x 52 cm (Carta itineraria de Portugal ; fl. 9)
DIE, 10537-2-19A-27



n.º **66** **PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1999-2003**

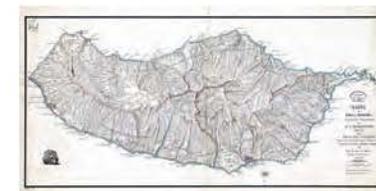
[Algarve] : Portimão, Faro / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. e 3. - Escala 1:250 000. - Lisboa : I. G. E., 1999-2003. - 2 folhas : color. ; 45 x 70 cm cada folha. - (Carta Militar de Portugal 1:250 000. Série 1501A ; fl. NJ 29-8 e 29-9)
CIGeoE, B5VA-PT250-CL12/6 e B5VA-PT250-CL12/9



● Madeira

n.º 67 ALMEIDA, Paulo Dias, 1779-1833

Mappa da ilha da Madeira / levantado por ordem de Sua Magestade em 1817 por Paulo Dias d'Almeida, tenente coronel do Real Corpo d'Engenheiros ; copiada no Real Archivo Militar por Jozé António de Abreu, capitão do dicto Corpo em 1827. - Escala [ca. 1:65 000], 1500 braças = [5,1 cm]. - 1827. - 1 mapa : ms., color. ; 54 x 90 cm
DIE, 1343-1A-12-15



n.º 68 AZEVEDO, António Pedro de, 1812-1889

Carta geo-hydrographica da ilha da Madeira e dos ilheos e baixos adjacentes / levantada collectivamente em 1842-43 pellos officiaes do vapor de guerra britânico Styx e o capitão do corpo de engenheiros António Pedro de Azevedo, hoje general de divisão reformado ; J. F. M. Palha, grav. - Escala 1:36 450, 6 poleg. íng. por legoa de 20 ao gráo. - [Lisboa] : Direcção Geral de Engenharia, 1879. - 1 mapa em 3 folhas : litografia, color. ; 88 x 64 cm cada folha
DIE, 5505-1A-12A-16



n.º 69 PORTUGAL. Instituto Geográfico e Cadastral, 1926-1994

Carta corográfica da ilha da Madeira / levantada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, em 1915 ; revista e actualizada pelo Instituto Geográfico e Cadastral ; gravada e impressa no Instituto Geográfico e Cadastral. - Escala 1:50 000. - Lisboa : I. G. C., 1934. - 1 mapa em 2 folhas : color. ; 70 x 64 cm cada folha
BNP, C.C. 713 R.



n.º 70 PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-2015

Ilha da Madeira / levantamento, digitalização, processamento e desenho por meios automáticos executados pelo Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000. - Lisboa : I. G. E., 2002-2003. - 1 mapa em 9 folhas : color. ; 40 x 64 cm cada folha. -(Carta Militar de Portugal 1:25 000. Madeira, série P821 ; fl. 1 a 9)
CIGeoE



● Açores

n.º **71** **CORONELLI, , 1650-1718**

Isole Azzori, ò Azzoridi dette altrimenti Acipitrum, Tertiae, Flandriae et Superiores, Possedute nel Mar Atlantico da Portoghesi / descritte, e dedicate dal Pre Mrõ Coronelli, M. C. Cosmografo della Serenissima Republica di Venetia, all'Ill.^{mo} et Excell.^{mo} Sig.^r Giovanì Priuli de S.r Alessandro. - Escala [ca. 1:1 500 000], 60 miglia d'Italia = [7,2 cm]. - [s.l : s.n., ca. 1695]. - 1 mapa : color. ; 46 x 61 cm

Este mapa íntegrava a obra Vincenzo Coronelli *Isolario dell'Atlante Veneto*. Veneza, 1696. – Inclui: Vedua della Citta D'Angra nell'Isola di Tercera Capitalle dell'Azzori.

BNP, C.C. 1815 A.



n.º **72** **LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1730-1802**

Carta reducida y general de los Azores, llamadas también Terceras, para uso de los navegantes / por D. Tomas y D. Juan Lopez. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 leguas marinas que se usan en España, Francia, e Inglaterra, de las que entran 20 en un grado = [27,2 cm]. – Madrid : [Tomás López], 1781. – 1 mapa em 2 folhas : p&b, aguarelada ; 39 x 80 cm cada folha

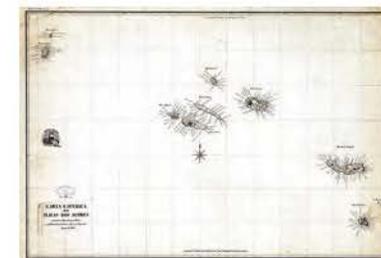
BNP, C.C. 653//1-2 A.



n.º **73** **CARTA ESFERICA DAS ILHAS DOS AÇORES**

Carta esférica das ilhas dos Açores / copiada no Real Archivo Militar, por Pedro Celestino Soares, alferes do Exercito. - Escala [ca. 1:790 000], 1 grau de latitude = [14,1 cm]. - 1826. - 1 mapa : ms., color. ; 53 x 77 cm

DIE, 1097-3-44-4



n.º **74** **PORTUGAL. Centro de Informação Geoespacial do Exército, 2015-**

[Arquipélago dos Açores / Centro de Informação Geoespacial do Exército]. - Escala 1:700 000. – Lisboa : C. I. G. E., 2018. - 1 mapa : color. ; 99 x 69 cm

CIGeoE



Referências bibliográficas

- ALEGRIA, M. F. (2011). O Códice de Hamburgo desvenda o primeiro mapa de Portugal? *Finisterra*, XLVI, 92, pp. 123-127.
- ALEGRIA Maria Fernanda, DAVEAU, Suzanne, GARCIA, João Carlos e RELAÑO, Francesc (2012). *História da Cartografia Portuguesa*. Porto: Fio da Palavra.
- AMÂNDIO, Bernardino (1994). *O Engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo: Edição dos Amigos do Mar.
- AMARAL, Manuel (2004). Olivença 1801. *Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Lisboa: Tribuna da História.
- AMARAL, Manuel (2010). *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Tribuna da História.
- BARRENTO, António (2006). *Guerra Fantástica – 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História.
- BRABO, Francisco (2006). José de Sande Vasconcelos: engenheiro militar e cartógrafo no Algarve do final do século XVIII. In FERNANDES, Mário Gonçalves (coord.) *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território, pp. 73-98.
- BRAGA, Sofia e SERRÃO, Vítor (2014). Um Tratado Desconhecido de Félix da Costa Meesen (1639-1712): Descoberto na Biblioteca da Ajuda. *Revista de História da Arte e Ciências do Património*. 2 (2ª série), pp.194-195.
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (2003). *O Mapa de Portugal, Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BRITO, Pedro de (2010). Nicolau Trant: o Governo de Armas do Porto e os Regimentos de Milícias do Norte In *O Exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*. Vol. II, Lisboa: Lisboa Direcção de História e Cultura Militar do Exército e Tribuna da História, pp. 101-132.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira (2003). *Desenho e Designio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- CADAVEZ, Cláudia (2012). *A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: FLUL.
- CAIXARIA, José Eduardo (2006-2013). *O Real Arquivo Militar : cronologia histórica e documental : 1802-1821 e 1822-1832*. 2 vols., Lisboa: Direcção de Infra-Estruturas: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

- CARPINETTI, José Silvério (1993). *Mappas das Províncias de Portugal, Novamente abertos, e Estampados em Portugal...*, 2ª edição fac simile, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- CARVALHO, Ayres de (1977). *Catálogo da Coleção de Desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- CATROGA, Fernando (2005). Geografia política: a querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo. In FONSECA, Fernando Taveira (coord.) *O poder local em tempo de Globalização uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 171-242.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO (2016). *Centro de Informação Geoespacial do Exército – Os caminhos trilhados*. Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- CETRE, F. O. (1991). “Beresford and the Portuguese Army, 1809 1814”. In *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula Selected Papers 1780 1840*, s/l: The British Historical Society of Portugal, pp. 149 155.
- CHAVES, Luís (1927). *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2000). Transformação do espaço urbano em Valença: de Duarte de Armas a Champalimaud de Nussane. *Monumentos – Revista da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 12, pp. 32-39.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2002). *Da Vila Cercada à Praça de Guerra – Formação do espaço Urbano em Almeida (Século XVI-XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2011). Os desenhos do engenheiro militar Miguel Luís Jacob e a cartografia das praças de guerra no século XVIII. In *Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*, Porto: F.L.U.P. [em linha], URL: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/944_IVCLBCH_Os%20desenhos%20de%20Miguel%20Lu%EDs%20Jacob.pdf.
- CORTÉS CORTÉS, Fernando (1990). *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CORTESÃO, Jaime (1984). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 2ª ed., 4 vols., Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Eduarda M. (2004). A Organização Administrativa. In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.) *Geografia de Portugal*. Vol.4, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 42-57.
- COUTINHO, Ana Sofia (2007). *Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII*. Dissertação de mestrado. Porto: F.L.U.P.
- CRESPO SANZ, António. (2009). El Atlas de El Escorial. *Ciudades*, 12, pp. 251-264.
- CRUZ, António (1970). *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudo Humanísticos - F.L.U.P.
- DAVEAU, Suzanne (2010). *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c.1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

- DAVEAU, Suzanne (1997). Lugares e Regiões em Mapas Antigos. In Romero Magalhães (org.) *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 37-40.
- DAVEAU, Suzanne (1993). Os Mappas das Provincias de Portugal, de J.S. Carpinetti, na História da Cartografia Portuguesa. In CARPINETTI, José Silvério, *Mappas das Provincias de Portugal, Novamente abertos, e Estampados em Portugal...*, 2ª edição fac simile, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- DAVEAU, Suzanne (1991). Comentários e Actualização. In Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal*. Vol. IV, Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 1267-1294.
- DIAS, Maria Helena (2015). Um contributo português para a representação cartográfica da fronteira luso-espanhola: a acção do engenheiro militar Vasconcelos e Sá. *Revista de Historiografia*, 23, pp. 101-118.
- DIAS, Maria Helena (2015). *Cartografando com o mar no horizonte... Conhecimento e soberania em antigas missões do Exército português* (Exposição virtual). Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- DIAS, Maria Helena (2007). *Portugal em vésperas das Invasões Francesas: conhecimento geográfico e configurações*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Direcção de Infra-Estruturas do Exército e Instituto Geográfico do Exército.
- DIAS, Maria Helena (2005 a). Neves Costa: uma figura emblemática da Cartografia militar portuguesa. *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, 67, pp. 4-7.
- DIAS, Maria Helena (2005 b). *Brigadeiro José Maria das Neves Costa, 1774-1841: patrono do Instituto Geográfico do Exército*. [Lisboa]: Instituto Geográfico do Exército.
- DIAS, Maria Helena (2003). As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, XIX, pp. 383-396.
- DIAS, Maria Helena e Centro de Informação Geoespacial do Exército (2019). *Ad Occidentem Solem. Na rota do sol-poente. Figuração das ilhas da Madeira, na obra do Exército português*. Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- DIAS, M. H.; ROSSA, J. M. R. (2007) – *Dos Serviços Cartográficos ao Instituto Geográfico do Exército: 75 anos de actividade a servir Portugal (1932-2007)*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.
- DOMINGOS, Manuela D. (2000). *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DÖRFLINGER, Johannes (2003). *Reilly, Franz Johann Joseph von*. In EBNETH, Bernhard (ed.), *Neue Deutsche Biographie*. Vol. 21, Berlin: Duncker & Humblot, p. 334.
- DÖRFLINGER, Johannes (1981). The First Austrian World Atlases: Schrämbel and Reilly. *Imago Mundi*, 33, pp. 65 - 71.

- ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2009). *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração 1640-1668*. Lisboa: Caleidoscópio.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2008). *Restauração*. Matosinhos: Quidnovi.
- FERNANDES, Mário (2011). *Corsários do Islão no Atlântico Norte (1580-1700)*. Lisboa: Chiado Editora.
- FERREIRA, Mário Olímpio Clemente (2001). *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional – Os Trabalhos Demarcadores das Partidas do Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- FLOR, Susana (2014). A presença de artistas estrangeiros no Portugal restaurado. In Susana Flor (coord.) *A Herança de Santos Simões. Novas perspectivas para o estudo da Azulejaria e da Cerâmica*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 413-438.
- FORTES, Manuel de Azevedo (1722). *Tratado do Modo o Mais Fácil e o Mais Exacto de Fazer as Cartas Geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrução à fabrica das Cartas Geograficas da Historia Ecclesiastica, e Secular de Portugal*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva.
- GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne (1986). *O Numeramento de 1527-1532 – Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GARCIA, João Carlos (2019). Uma carta militar e corográfica do Algarve (1825-1842). *Al-úlyá*, 21, pp. 59-80.
- GARCIA, João Carlos (2010). A Lusitânia para o Cardeal Guido Sforza: um mapa de Portugal de 1561 na Biblioteca Nacional. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA – Porto*, III Série, 11, pp. 363-368
- GARCIA, João Carlos (2009) – Os Mapas da Segunda Invasão Francesa. In OLIVEIRA, Valente de (coord.), *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. Vol. 1, Porto: Público e Câmara Municipal do Porto: 251-276.
- GARCIA, João Carlos (2006). Manoel de Azevedo Fortes e os mapas da Academia Real da História Portuguesa, 1720-1736. In FERNANDES, Mário Gonçalves (coord.) *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território, pp. 141-173.
- GARCIA, João Carlos (1999). O Alentejo c.1644: Comentário a um Mapa. *Arquivo de Beja*, X, pp. 29-47.
- GARCIA, João Carlos e MOREIRA, Luís Miguel (2008). «El geógrafo trabaja en su casa»: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás López. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5, pp. 103-125.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1933). *Esboço de uma Carta regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, Francisco Palma (2011). A Cartografia Militar portuguesa no século XX: contributos do Instituto Geográfico do Exército. In *Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: F.L.U.P.

- GUEDES, Livio da Costa (1992). A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão Von Wiederhold 1798. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 60, pp. 15-40.
- GUEDES, Lívio da Costa (1988). Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massai (1621). *In Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 57, pp. 15-269.
- HARLEY, Brian (2002). Maps, Knowledge and power. *In* COSGROVE, Denis & DANIELS, Stephen (eds.) *The iconography of landscape: Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. 7th ed., Cambridge: Cambridge University Press, pp. 277-312.
- HENRIQUES, Mendo Castro (2002). *Salamanca 1812- Companheiros de Honra*. Lisboa: Prefácio.
- HERNANDO, Agustín (2008). *El geógrafo Juan López (1765-1825) y el comercio de mapas en España*. Madrid: C.S.I.C. y Ediciones Doce Calles.
- JUNOT, Jean Andoche (2007). *Diário da I Invasão Francesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- KROGT, Peter Van der (1993). Commercial cartography *In* The Netherlands with particular reference to atlas production (16th-18th centuries). *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia Art Curs - La Cartografia dels Països Baixos*. Barcelona: Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya, p. 73-140.
- LEITÃO, Vanda Maria Viana Soares (2004). *Assentar a primeira pedra: As primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- LEMA, Paulo Bordalo (1998). Espaço, Fronteiras e Transições. O acervo da Geografia e a questão actual do projecto de regionalização. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 11, pp. 355-386.
- LENCART, Joana (2019). Estudo da Obra. *In* BARROS, João de, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal, pp. 9-56.
- LOBO, Francisco Sousa (2015). *A Defesa de Lisboa. Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814)*. Cascais: Tribuna da História.
- MACEDO, Marta (2012). *Projectar e Construir a Nação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MACHADO, Alberto de Sousa (1956). *Para a História das Invasões Francesas*. Arquivo do Alto Minho, vol. VI, pp. 10-19.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997). O Enquadramento do Espaço Nacional. *In* MATTOSO, J. (coord.) *História de Portugal*. Vol.3, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 19-59.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, GARCIA, João Carlos e FLORES, Jorge Manuel (Coord.) (1997). *Tesouros da Cartografia Portuguesa*. Lisboa: Edições INAPA.
- MANIQUE, Luís de Pina (1950). O Convénio Luso-Brasileiro de 1867 sobre Cartografia Portuguesa. *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 4, pp. 451-484.

- MANIQUE, António Pedro (2011). Junot e as influências francesas na reforma da administração pública em Portugal – O papel dos corregedores-mores, *Ler História*, 60, pp. 73-99.
- MARQUES, Miguel da Silva (2001). *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas cálculo de escalas e conversão de valores e coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MARTINS, Carlos Henrique (2014). *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Dissertação de doutoramento. 2 vol, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MATTHEWS, John e HERBERT, David (2008). *Geography: a very short introduction*. Oxford: Oxford university Press.
- MATTOSO, José (1997). A consolidação da Monarquia e a Unidade Política. In MATTOSO, José (coord.) *História de Portugal*. Vol.2, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 221-259.
- MENDES, Humberto Gabriel (1983). O convénio cartográfico luso-brasileiro de 1867: a Cartografia portuguesa ao serviço da comunidade luso-brasileira. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, 3, pp. 53-95.
- MENDES, José Amado (1980). Memória sobre a Província do Minho. *Revista Portuguesa de História*, 18, pp. 31-69.
- MOREIRA, Luís Miguel (2013). *Cartografia, geografia e poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- MOREIRA, Luís Miguel (2012). Mapas para uma Guerra Fantástica: Propaganda, Diplomacia e Ação Militar na Província de Entre Douro e Minho In SILVA, Júlio Joaquim (Coord.) *Atas do XXI Colóquio de História Militar–Nos 250 Anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 1049-1068.
- MOREIRA, Luís Miguel (2011). *O Alto Minho na obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- MOREIRA, Luís Miguel (2007). Um “coup d’oeil” sobre o Entre Douro e Minho pelo Engenheiro Militar Michel Lescolles, em 1661”. In *Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*. Lisboa, Instituto Geográfico Português, [em linha], URL: www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/014_LuisMoreira.pdf.
- MOREIRA, Luís Miguel e PORTUGAL, Centro de Informação Geoespacial do Exército (2018). *Das ilhas a Portugal sujeitas no oceano ocidental...: o papel do Exército português no reconhecimento cartográfico dos Açores*. Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- MORENO, Humberto Baquero (coord.) (2003). *Demarcações de Fronteira*. 3 vols., Porto: Universidade Portucalense.
- MOTA, Isabel F. (2003). *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições Minerva.

- NOGUEIRA, José Manuel (2004). *As Guerras Liberais. Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.
- NONELL, Anni Günther.(2002). *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- NUNES, Maria de Fátima (1988). *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- PETTO, Christine Marie (2007). *When France was king of cartography: the patronage and the production of maps in early modern France*. Plymouth: Lexington Books.
- QUARESMA, António Martins (2011). Litoral alentejano: dois séculos de cartografia (XVII e XVIII) *In Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: F.L.U.P. <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/34.pdf>
- QUARESMA, António Martins (2008). *Alexandre Massai: a 'Escola Italiana' de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Centro Cultural Emmérico Nunes.
- REGUERA RODRÍGUEZ, António (1993). Territorio Ordenado, Territorio Dominado: Espacios, Políticas y conflictos en la España de la Ilustracion. León: Universidad de León.
- REIS, António de Matos (1995) Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do Séc. XVIII. *Cadernos Vianenses*, 19, pp. 159 166.
- RIBEIRO, Carlos e DELGADO, Filipe Nery (1868). *Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz apresentado a sua excelencia o Ministro das Obra Publicas, Commercio e Industri em resposta aos Quesitos do artigo 1º do Decreto de 21 de Setembro*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, Orlando (1991). As Regiões Geográficas. *In* RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*. Vol. IV, Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 1241-1265.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, e DAVEAU, Suzanne (1987-1991). *Geografia de Portugal*. 4 Vols., 2ª ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- RODRÍGUEZ CAMPOMANES, Pedro (1808). *Notícia Geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*. Madrid: Imprenta de la Hija de Ibarra.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (1995). *Bragança no século XVIII: Urbanismo e Arquitectura*. Dissertação de mestrado. 2 vols., Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SAMPAIO, Joaquim (2012). Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo. *In* José Alberto R. Fernandes (coord.) *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia*. Porto: FLUP.
- SANTOS, José A. (1985). *Regionalização. Processo histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Ana Cristina (1998). *O Modelo Espacial do Estado Moderno. Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Livros do Horizonte.

- SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel (1998). O Quadro Espacial. In MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Vol. 4, Lisboa: Editorial Estampa pp. 35-41.
- SILVA, André (2013). A obra de Miguel Lescole na fronteira do Minho durante a Guerra da Restauração. In J. Silva (coord.), *Nos 250 anos da chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidades, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no exército português*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 985-1008.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997). *Território e Poder. Nas Origens do estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia Histórica.
- SOARES, Ernesto (1966). *Estampadores e Impressores – Contribuição para o Estudo das Artes Gráficas*. Lisboa: Academia Portuguesa de Ex. Libris.
- SOARES, Ernesto (1940). *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Tomo I, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- SOBCZYŃSKI, Eugeniusz e PIETRUSZKA, Jerzy (2018). Military aeronautical charts in the past and today. *Polish Cartographical Review*, 50, 1, pp. 1-26. DOI: 10.2478/pcr-2018-0002
- SOROMENHO, Miguel (1991). *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Dissertação de mestrado. 3 vols, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa.
- SOUSA, Fernando de (1995). A População portuguesa em finais do século XVIII. *População e Sociedade*, 1, pp. 41 a 55.
- SOUSA, Armindo de (1997). Condicionamentos Básicos. In MATTOSO, José (coord.) *História de Portugal*. Vol.2, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 263-326.
- THOMPSON, Mark S. (2015). *Wellington's Engineers. Military Engineering in the Peninsular War 1808-1814*. Barnsley: Pen and Sword Books.
- VALENTE, Vasco (1949). O Governador Sir Nicholas Trant, apologista do vinho. *Suplemento ao Caderno nº 119 do Instituto do Vinho do Porto*.
- VENTURA, António (2004). *A Guerra das Laranjas e a Perda de Olivença 1796 - 1801*, Lisboa: Prefácio.
- VICENTE, António Pedro (2013). “Os Champalimaud ao serviço do Exército Português”. In XXI *Colóquio de História Militar, Nos 250 Anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 727-739.
- VICENTE, António Pedro (2000). Para a História da Engenharia Francesa em Portugal – Aspectos da Actuação do Coronel Vincent (1807-1808). In *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 237- 251.
- VICENTE, António Pedro (1998). Do Rossilhão às Invasões Francesas. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *Portugal e*

a Guerra, história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX). Lisboa: Edições Colibri, pp. 34 -46.

VICENTE, António Pedro (1971). Memórias Políticas Geográficas e Militares de Portugal, 1792 1796. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 41.

VICENTE, António Pedro (1970). Um Soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro. *Separata do nº 40 do Boletim Histórico Militar*, Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

VILAS BOAS, Custódio José Gomes de (1997). Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Provincia do Minho. Offerecida à Real Sociedade Marítima de Lisboa, por

Custódio Jozé Gomes de Villasboas, capitão do Real Corpo de Engenheiros e membro da mesma Real Sociedade, em 1800. In SOUSA, Fernando e ALVES, Jorge Fernandes (org.) *Alto Minho – População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 102-162.

VITERBO, Sousa (1899). *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*. Vol. III, Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa.

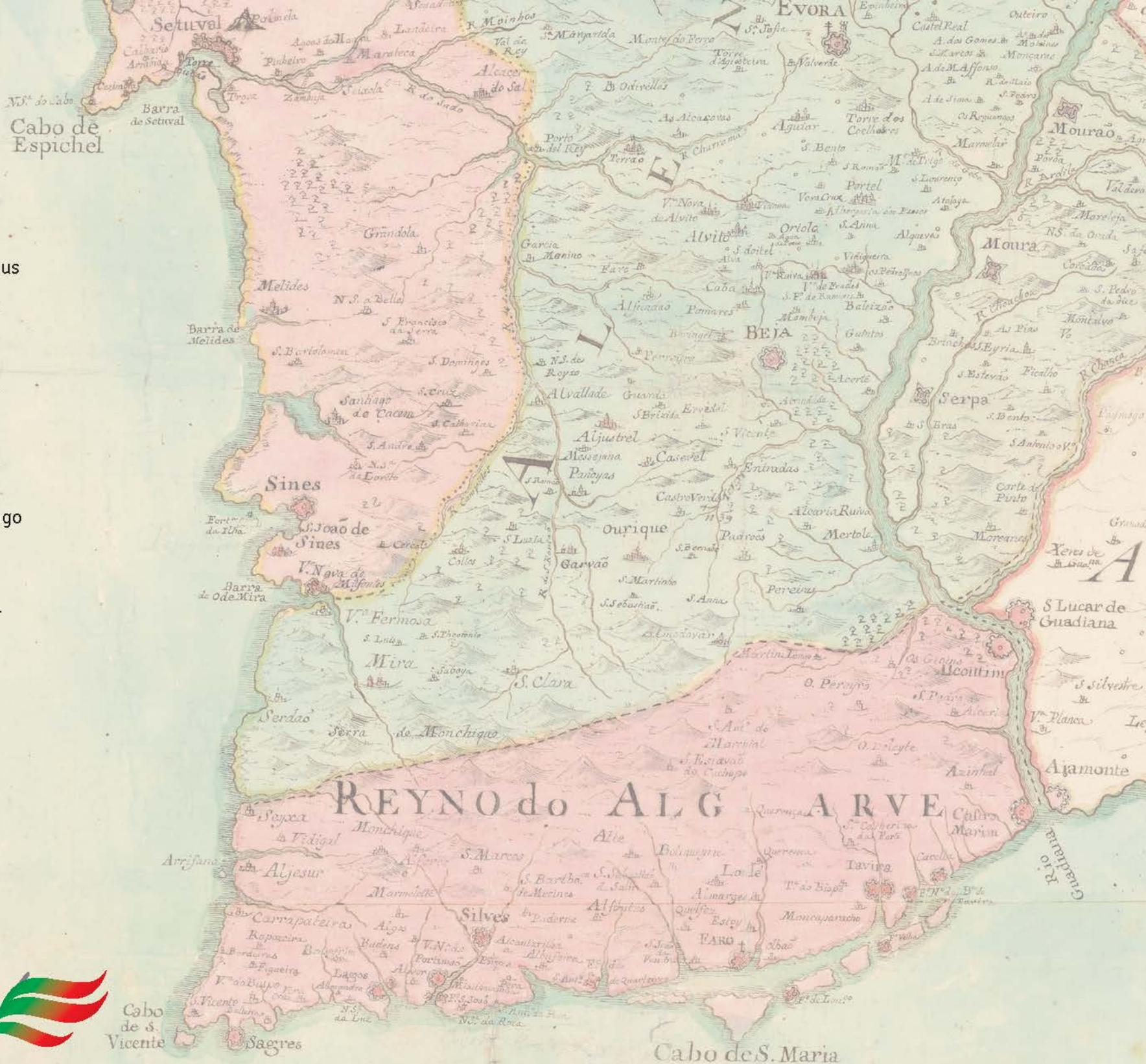
YORK, Laura Suzanne (2013). *Redeeming the Truth: Robert Morden and the Marketing of Authority in Early World Atlases*. Dissertation for the degree Doctor of Philosophy in History. Los Angeles: University of California.

Um espaço pode ser dividido de acordo com diferentes critérios, assim surgindo diferentes tipos de regiões: geográficas, económicas, políticas, administrativas, agrícolas, históricas, militares, não sendo os seus limites coincidentes, nem tão pouco, imutáveis.

[...]

Aquilo que se propõe dar a conhecer neste trabalho, são as perspetivas regionais/provinciais do nosso País, a partir de uma seleção de mapas, manuscritos e impressos, que, ao longo do tempo, serviram de ilustração às descrições coro-geográficas, ou de suporte às decisões político-jurídico-administrativas e militares.

In "Introdução",
Luís Miguel Moreira



Cabo de S. Vicente

Cabo de S. Maria